APROVADA POR
UNANIMIDADE

A FAVOR:

PSD – 58
PS – 32
CH – 6
CDS – 3
IL – 1
TB - 1
L – 1
IND –22

O PRESIDENTE DA AMB

ATA

DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

BARCELOS

SESSÃO DE 2026/06/26

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

ATA NÚMERO NOVE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

---------Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, no Auditório dos Paços do Concelho, reuniu, pelas dezoito horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Barcelos, depois de ter sido previamente anunciada por edital datado de dezassete de junho de dois mil e vinte e seis, o qual foi afixado nos lugares habituais e publicado num jornal semanal desta cidade para conhecimento público, com a seguinte ordem de trabalhos:----------

---------ANTES DA ORDEM DO DIA.----------

---------Sessenta minutos destinados à discussão dos assuntos constantes no artigo décimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal.----------

---------INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.----------

---------Trinta minutos reservados ao público nos termos do artigo décimo terceiro do Regimento da Assembleia.----------

---------ORDEM DO DIA.----------

---------Ponto um – Aprovação das atas das sessões de dezassete e vinte cinco de abril e dezanove de maio de dois mil e vinte seis;----------

---------Ponto dois – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;----------

---------Ponto três – Discussão e votação das Contas Consolidadas do Exercício de dois mil e vinte e cinco;----------

---------Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/Uniões de Freguesias;----------

---------Ponto cinco – Discussão e votação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos;----------

---------Ponto seis – Discussão e votação do Regulamento do Cartão Barcelos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Sessenta e Cinco Mais do Município de Barcelos;----------

---------Ponto sete – Discussão e votação do Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos;----------

---------Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, para os anos letivos e escolares de dois mil e vinte seis/dois mil e vinte sete, dois mil e vinte e sete/dois mil e vinte e oito e dois mil e vinte e oito/dois mil e vinte e nove, com prorrogação até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e nove;----------

---------Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à minuta de Contrato-Programa a outorgar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube;----------

---------Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de trezentos e vinte e oito metros quadrados, para posterior alienação, sita na Urbanização do Sardoal, freguesia de Abade de Neiva;----------

---------Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais;--

---------Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Cidades Europeias para a Saúde Mental – European Mental Health Cities Network (EMHCN);----------

---------Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Autarquias para a Igualdade;----------

---------Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cambeses e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

(processo camarário cento e noventa/dois mil e vinte cinco LOEDI);----------

---------Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Pereira e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário GUD oitenta e seis mil e vinte um);----------

---------Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Fornelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário trezentos e dez/dois mil e vinte e cinco LEGED);----------

---------Ponto dezassete - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Abade de Neiva e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário doze/dois mil e vinte e seis LOEDI);----------

---------Ponto dezoito - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Alvelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário quarenta e cinco/dois mil e vinte e seis IPSIM);----------

---------Ponto dezanove - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da terceira alteração pontual ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Barcelos;----------

---------Ponto vinte - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição do júri de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de terceiro grau de Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão Financeira e Reporte de Informação a prover na autarquia;----------

---------Ponto vinte e um - Apresentação, para conhecimento, do Quarto Relatório trimestral de execução orçamental da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de dois mil e vinte e cinco;----------

---------Ponto vinte e dois - Apresentação, para conhecimento, do Relatório de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Gestão da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de dois mil e vinte e cinco;----------

---------Ponto vinte e três - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.----------

---------Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:----------

---------Abel da Silva Sá, Alberto Manuel da Silva Fernandes, Alexandra Daniela Peixoto Barbosa, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Alfredo Cardoso da Conceição, Ana Cristina Ferreira Morgado, Ana Filipa Marques Figueiredo Ferreira, Ângela Flávia da Silva Sousa, Anselmo Miranda Vasconcelos, António Costa Neves, António Fernandes Jardim, António Gonçalves Faria, António Jorge da Silva Ribeiro, António Manuel Carvalho Reis, António Manuel Faria da Costa, António da Silva Ferreira, Armando Ricardo Pereira Costa, Armindo Manuel Sousa Leite, Berta Maria de Magalhães Pereira da Costa, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Carla Maria Lima Vasconcelos, Carlos Alberto Cibrão de Vasconcelos, Carlos Alberto Mandim Gomes, Carlos Alberto Vasconcelos Vinagre, Carlos Miguel da Silva Dantas, Cátia Alexandra Matos Silvestre da Costa, Célia Mariana Amorim Garrido, Cristiana Carneiro Faria, Cristina Maria da Silva Miranda, David José Falcão Torres, David José Pereira Carvalho, Domingos Alberto Meneses da Costa, Félix Falcão de Araújo, Fernando Gonçalo Brito Faria, Fernando Santos Pereira, Filipe Faria Silva Rosa, Filipe Manuel Maciel Mendes, Filipe Senra de Oliveira, Firmino Manuel Lopes da Silva, Flora Patrícia Leiras Barbosa, Gonçalo Jorge Barbosa Pereira, Gonçalo José Vilas Boas Gomes, Gonçalo Miguel Faria Santos, Henrique Pedro de Sousa Roselho, Ilda Maria Fonseca Trilho Silva, Isaías da Silva Macedo Gomes, Joana Isabel da Costa Martins, Joana Patrícia de Sousa Teixeira, João José Longras Maciel, João Paulo da Costa Araújo, João Paulo da Silva Ferreira, João Pedro Ribeiro Gomes,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge César Fernandes da Silva, Jorge Manuel Coelho Miranda, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Oliveira Araújo, José António Machado Batista, José António Passadiço Serra, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Carlos Esteves da Costa, José Carlos Magalhães Vilas Boas, José Ilídio da Silva Torres, José Luís Dias Pereira, José Manuel Padrão Ferreira, José Manuel Pereira Martins, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Carina Barreiro Faria, Luís Miguel Fernandes Figueiredo, Luís Miguel Ferreira Rosa, Luís Miguel Gomes Barbosa da Costa Pereira, Luís Miguel da Silva Pereira, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Fernandes de Sousa, Manuel Francisco Real Tomé, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Joaquim Araújo da Silva, Manuel Joaquim Gomes de Sousa Martins Machado, Manuel Jorge Martins Cardoso, Manuel Maria Beninger Simões Correia, Manuel Oliveira Gomes, Marco Paulo Ferreira Linhares, Maria Arminda Silva Cruz, Maria Isabel Araújo Abreu Gonçalves, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Nélson Carlos Teixeira de Brito, Nélson Henrique Rodrigues Ferraz, Patrícia Sofia Pereira Vilas Boas, Paulo César Carvalho Batista, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Paulo José da Costa Lima, Paulo Martins Cardoso, Pedro Filipe Soares de Sousa, Pedro Miguel Araújo Torres, Ricardo Barroso da Silva, Ricardo Bruno Ferreira de Vasconcelos, Ricardo João Martins Moreira, Roberto Alexandre Martins Bogas, Rosa Maria Alves Correia, Rosa Maria Fernandes da Costa, Rosa dos Prazeres Nascimento da Costa Faria, Rui Manuel de Araújo Silva, Rui Manuel Dias Faria, Rui Manuel Faria Silva Ferreira, Rui Manuel Novais Miranda, Rui Pedro da Silva Oliveira, Rui Sérgio Gomes Azevedo, Sandra Cristina Ferreira Simões, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Secundino Gonçalves Ferros, Sérgio Paulo Carvalho Pinto, Sérgio Paulo Martins Pereira, Sofia Raquel Duarte Pereira, Susana Patrícia Ferreira Barbosa, Tânia Cristina Macedo Ferreira, Teresa Maria Carvalho Figueiredo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos, Tiago Augusto Diogo da Silva Dias, Víctor

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Manuel Martins Pinho da Silva, Vítor Filipe Monteiro Fonseca, Vítor Hugo Miranda Faria e Vítor Miguel Arantes Pombo----------

---------Faltaram os seguintes membros:----------

---------Adelino Lima da Silva Fernandes, Diogo André Barbosa Fernandes, Edite Maria Barreto Arantes, Fernando Jorge Ramos Lima, João Vítor Senra Coelho, José Cardoso Rodrigues, Luís Filipe Cerdeira da Silva e Miguel Ângelo Silva Pereira.----------

----------INÍCIO DOS TRABALHOS----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa tarde a todos.----------

---------Declaro aberta a sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Barcelos.----------

---------Queria apenas clarificar, porque suscitaram-se algumas dúvidas como é que se vai desenrolar esta sessão, iremos interromper esta sessão fazendo um intervalo para jantar. Portanto, teremos uma única sessão e uma única reunião. E pedia desculpa por qualquer interpretação que possa ter surgido e qualquer transtorno que possa ter surgido relativamente a esta matéria. Portanto, faremos um intervalo na nossa sessão.----------

---------Também quero dar uma explicação. Estamos a fazer um teste e pedia a vossa compreensão para tentar fazer num só dia aquilo que temos feito em dois dias, em duas reuniões. Vamos ver como é que este modelo resulta, qual é a recetividade.----------

---------Sabemos que se for ao sábado de manhã há quem goste, se for à sexta de tarde também há quem goste, se for em dois dias também há quem goste, é impossível agradar a todos. Vamos ver depois de sentir o pulsar da Assembleia, se for equilibrado continuaremos, se não regressaremos ao outro modelo, pedia a compreensão de todos.----------

---------Vamos iniciar os trabalhos, pedia à senhora deputada secretária para informar os senhores deputados das substituições que ocorreram.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

SEGUNDA SECRETÁRIA – Berta Costa – Solicitaram a substituição para esta sessão os seguintes deputados municipais:----------

---------Francisco António Albuquerque Torres;----------

---------Substituta: Flora Patrícia Leiras Barbosa;----------

---------Hugo Miguel de Araújo Cardoso;----------

---------Substituto: Gonçalo Miguel Faria Santos;----------

---------Bárbara Regina Barbosa Marques;----------

---------Substituto: António Gonçalves Faria;----------

---------Manuel Albino da Silva Oliveira;----------

---------Substituto: Adelino Lima da Silva Fernandes;----------

---------Ana Cristina Peixoto Lopes;----------

---------Substituta: Rosa Maria Alves Correia;----------

---------José Augusto Sousa Vilas Boas;----------

---------Substituto: Ricardo João Martins Moreira;----------

---------António Pedro Neves da Costa Pereira;----------

---------Substituto: Manuel Francisco Real Tomé;----------

---------Ana Luísa Santos Ferreira;----------

---------Substituta: Joana Isabel da Costa Martins;----------

---------Margarida Maria Figueiredo Ferreira;----------

---------Substituto: Pedro Miguel Araújo Torres;----------

---------Vera Patrícia Araújo Martins;----------

---------Substituto: António Costa Neves;----------

---------Tânia Isabel Vilaça Lopes;----------

---------Substituto: Armindo Manuel Sousa Leite;----------

---------Maria José Correia Simões;----------

---------Substituto: José António Passadiço Serra;----------

---------Isabel Catarina Silva Costa;----------

---------Substituto: Gonçalo José Vilas Boas Gomes;----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------José Carlos da Silva Brito;----------

---------Substituta: Joana Patrícia de Sousa Teixeira;----------

---------Catarina Marina Faria Duarte;----------

---------Substituto: Anselmo Miranda Vasconcelos;----------

---------Aurélio Miranda Machado;----------

---------Substituta: Ana Filipe Marques Figueiredo Ferreira;----------

---------Elsa Joana Carvalho Coutinho;----------

---------Substituto: Henrique Pedro de Sousa Roselho;----------

---------Avelino Gomes de Carvalho;----------

---------Substituto: David José Ferreira Carvalho;----------

---------António Augusto Martins de Carvalho;----------

---------Substituto: Manuel Joaquim Araújo da Silva;----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada secretária.---

---------Vamos às informações:----------

---------O que tenho a informar à Assembleia é que, nesta fase, reuniu a Comissão Revisora do Regimento e elaborou uma proposta que será depois discutida penso que no segundo ponto da ordem de trabalhos.----------

---------Também informava os senhores deputados que deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma petição pública acerca do Regulamento Geral de Estacionamento e Parqueamento do Município de Barcelos.----------

---------Seguindo a tramitação regimental, esta petição baixará para a Comissão Permanente e já está marcada uma reunião da Comissão Permanente para quarta-feira, para se iniciar a apreciação desta mesma petição.----------

---------Assim sendo, depois das informações, vamos passar ao período de antes da ordem do dia que funcionará com as regras do atual regimento ainda, sendo a primeira intervenção do senhor deputado António Ribeiro, do CDS-PP.----------

---------Tenha a bondade, senhor deputado, de usar da palavra.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro – Senhor Presidente da Assembleia

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Presidentes de Junta e União, Público que nos segue via Web.----------

---------Vivemos um tempo de profundas transformações. Olhamos para o mundo e vemos guerras que persistem, incerteza económica, desafios energéticos, tensões geopolíticas e uma aceleração tecnológica sem precedentes. Olhamos para Portugal e encontramos preocupações que afetam diariamente os cidadãos: o aumento do custo de vida, as dificuldades no acesso à habitação, a pressão sobre os serviços públicos e o envelhecimento crescente da população.----------

---------Perante estes desafios, o papel dos municípios torna-se cada vez mais importante. É nas autarquias que os cidadãos procuram respostas concretas para os problemas que se sentem no seu dia a dia. E é precisamente por isso que devemos ter a capacidade de olhar para as grandes tendências globais sem perder de vista as necessidades concretas das pessoas.----------

---------Uma dessas grandes tendências é o envelhecimento demográfico. Portugal é hoje um dos países mais envelhecidos da Europa e Barcelos acompanha essa realidade. Temos cada vez mais idosos, mais pessoas a viver sozinhas e mais famílias confrontadas com a responsabilidade de apoiar pais e avós numa fase da vida que exige cuidados acrescidos.----------

---------O CDS sempre defendeu uma visão humanista da sociedade, assente na valorização da pessoa e da família. Por isso, entendemos que uma comunidade desenvolvida não é apenas aquela que investe no futuro, mas também aquela que respeita quem construiu esse futuro. Os nossos idosos não são um problema para resolver; são uma riqueza para valorizar.----------

---------Mas também sabemos que ser idoso é, muitas vezes, um fator acrescido de vulnerabilidade. A idade traz limitações físicas, dificuldades de mobilidade, situações de isolamento e, em muitos casos, rendimentos reduzidos. Cabe às

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

instituições públicas criar condições para que o envelhecimento seja vivido com dignidade, autonomia e qualidade de vida.----------

---------É nesse sentido que valorizamos todas as medidas que promovam o envelhecimento ativo, a participação social dos sénios e o acesso facilitado a bens e serviços essenciais. Investir nos idosos é investir na coesão da nossa comunidade. Salientamos aqui o Programa de Envelhecimento Ativo e Saudável de Barcelos em desenvolvimento até dois mil e vinte sete.----------

---------Senhoras e Senhores Deputados,----------

---------Uma das questões que mais têm marcado a atualidade barcelense é a mobilidade e o estacionamento. E importa dizer com clareza que este não é um debate apenas sobre carros ou lugares de estacionamento. É um debate sobre qualidade de vida, acessibilidade e inclusão. Mobilidade é muito mais do que tirar da estrada o carro que vai à minha frente. Estacionamento é muito mais que arranjar um lugar privativo junto à casa ou ao trabalho.----------

---------Há, finalmente, um investimento sério no transporte público, com um grande aumento de ofertas já agora, que será triplicado nos próximos anos. Aprovou-se também, finalmente, o regulamento de estacionamento.----------

---------O CDS compreende e apoia a necessidade de organizar o espaço urbano, melhorar a circulação e promover uma utilização mais racional do estacionamento. Qualquer regulamento deve ter sempre como principal preocupação as pessoas e a realidade concreta de quem vive, trabalha e utiliza a cidade. E este regulamento tem essa preocupação.----------

---------Claro que quem vive no centro urbano não pode sentir-se prejudicado ou beneficiado por essa condição.----------

---------No regulamento foi tido em conta o direito dos residentes a encontrar soluções adequadas para o estacionamento, que é uma prioridade e um princípio orientador da política municipal nesta matéria. Evidentemente que o regulamento não agradará a todos e não será perfeito.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Há, igualmente, outras realidades que merecem uma atenção especial. Refiro-me às pessoas com deficiência, aos cidadãos com mobilidade reduzida, aos idosos, às famílias numerosas e aos pais com filhos pequenos, porque para estas pessoas a questão da mobilidade não é uma mera comodidade é muitas vezes uma necessidade.----------

---------Uma cidade verdadeiramente inclusiva deve ser capaz de reconhecer estas diferenças e responder-lhes de forma adequada. Isso significa garantir acessibilidade, criar condições diferenciadas para quem enfrenta maiores dificuldades e assegurar que a organização do espaço urbano não se transforma numa barreira adicional para quem já enfrenta desafios diários.----------

---------O CDS defende, por isso, que a implementação do novo regulamento seja acompanhada com diálogo, bom senso e capacidade de ajustamento. As políticas públicas são melhores quando escutam os cidadãos, quando avaliam os seus impactos e quando têm a humildade de corrigir aquilo que na prática demonstra necessitar de melhorias.----------

---------No fundo, aquilo que está em causa é a construção de um concelho mais próximo das pessoas, mais inclusivo.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Terminou o seu tempo.----------

---------Vamos passar à próxima intervenção.----------

---------Antes disso informava, portanto, porque o CDS não tinha nenhuma moção apresentada, que existem vários documentos que foram apresentados: uma recomendação da Iniciativa Liberal relativa ao índice de transparência municipal; um voto de congratulação e reconhecimento pelo dez de junho, comunidades portuguesas e diáspora barcelense, do Todos Barcelos; uma moção do LIVRE para a criação de uma comissão municipal de mobilidade; uma recomendação do Partido Social Democrata pela criação de regime especial de estacionamento para residentes com necessidades familiares específicas nas

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

zonas de estacionamento de duração limitada; e uma proposta de recomendação, candidatura de Barcelos a capital nacional da juventude dois mil e vinte e sete, apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista.----------

---------Assim sendo, a próxima intervenção, senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses presentes, nas redes sociais ou acompanhar-nos aqui presencialmente.----------

---------A Iniciativa Liberal apresenta hoje uma recomendação simples, tornar Barcelos num dos municípios mais transparentes de Portugal.----------

---------O PSD, pela voz do seu líder do grupo municipal, o deputado Alexandrino Ribeiro, na sessão da Assembleia Municipal de abril, destacou o resultado alcançado pelo município de Barcelos no Índice DYNTRA. Ora, no fundo, este resultado corresponde sessenta e três por cento em cem por cento.----------

---------Reconhecemos a evolução, pois claro, mas aquilo que distingue a Iniciativa Liberal do PSD é a ambição.----------

---------Porque quando atingimos quase sessenta e três por cento, também vemos o outro lado da realidade, em que trinta e sete por cento dos critérios da transparência continuam por cumprir. Dos cento e trinta e nove indicadores avaliados, apenas oitenta e sete foram publicados. Ou seja, existem ainda cinquenta e dois indicadores para concretizar.----------

---------E há um facto que não podemos ignorar: neste ranking, Barcelos desceu desde abril do décimo terceiro lugar para a vigésima posição. Estando atrás de municípios como Cascais, Águeda, Freixo da Espada à Cinta, Matosinhos, Porto ou Coimbra.----------

---------Mais do que isso: os cinco municípios mais transparentes do país ultrapassam os noventa e quatro por cento no índice. Cascais lidera com

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

noventa e oito por cento, Águeda com noventa e sete por cento e Freixo de Espada à Cinta com noventa e seis por cento.----------

---------Isto mostra-nos duas coisas. Primeiro que os noventa por cento a que nos propomos não são uma fantasia política, são uma meta perfeitamente atingível. E segundo, que Barcelos tem imagem real para melhorar, se houver vontade e ambição política.----------

---------Quando analisamos os dados com detalhe, percebemos onde estão as falhas.----------

---------Na transparência económica-financeira, Barcelos obtém apenas vinte e seis por cento. No que toca à publicação sobre as contas municipais, o resultado é zero. Sobre o endividamento municipal e a documentação disponível, também tem um resultado igual a zero. Ainda há lacunas na divulgação das agendas dos membros do executivo, despesas de representação e ajudas de custo e execução de obras públicas. Por último, no que toca ao Open Data, que permite aos barcelenses e empresas reutilizar a informação pública, Barcelos volta a ter um resultado igual a zero.----------

---------Senhoras e Senhores Deputados,----------

---------A nossa recomendação é uma estratégia de melhoria contínua: focada na atualização permanente dos indicadores, das metas públicas anuais e na comparação regular com os municípios de referência.----------

---------Queremos o Barcelos entre os dez municípios mais transparentes de Portugal. Porque uma autarquia transparente é uma autarquia mais credível, mais atrativa para o investimento e que melhora a democracia local.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.----------

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Restantes Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Presidente da Camara Municipal e demais Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------A recente atualização dos dados demográficos do INE veio confirmar aquilo que já se percebia no terreno: Portugal mudou e mudou depressa. Hoje temos onze milhões quatrocentos e vinte e quatro mil residentes, o valor mais elevado de sempre, com um crescimento, muito impulsionado pelos fluxos migratórios entre dois mil e um e dois mil e vinte cinco.----------

---------Isto tem implicações claras, pois não se governa nem se planeia com números antigos. É preciso ajustar a realidade às novas dimensões do país.-------

---------Barcelos é um exemplo evidente. O concelho terá hoje cerca de cento e vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e sete habitantes, mais quase seis mil do que em dois mil e vinte e um. É como se, em poucos anos, tivéssemos acrescentado duas ou três novas freguesias ao território, sem que o território tivesse preparado para isso. Este crescimento é positivo, naturalmente. Traz população ativa, dinamiza a economia, aumenta a base fiscal e ajuda a contrariar o envelhecimento.----------

---------Mas convém ter noção do que isto significa na prática.----------

---------Com base nos índices nacionais de motorização, estes seis mil novos habitantes de Barcelos representam mais ou menos cerca de três mil e setecentas novas viaturas em circulação no concelho. E isso explica muito do que hoje sentimos: mais trânsito, mais pressão nos acessos, mais tempo perdido nas deslocações. Barcelos não ficou mais longe, ficou mais congestionado.----------

---------Por outro lado, este crescimento não tem o perfil médio da população existente. Trata-se, em grande parte, de população em idade ativa, maioritariamente com família. Isso significa que estamos a falar mais ou menos entre novecentas a mil e duzentas crianças e jovens adicionais no nosso concelho.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Mais alunos. Mais turmas. Mais pressão sobre escolas, creches e serviços públicos. E tudo isto chegou num período muito curto. A questão que se impõe é simples: estava o concelho preparado para isto?----------

---------A resposta, olhando para o dia a dia, parece evidente.----------

---------Vemos pressão crescente na rede viária, com acessos saturados e mobilidade cada vez mais difícil.----------

---------Vemos serviços públicos com maior procura e respostas no limite.----------

---------E vemos, sobretudo, uma habitação sob enorme tensão. Porque mais população, num mercado já limitado, significa preços a subir, dificuldade de acesso e um fenómeno que começa já a preocupar: jovens que não conseguem viver no concelho onde cresceram.----------

---------E aqui convém dizer com clareza: isto não é coincidência. Se o crescimento populacional foi acelerado, então é natural que se agudizem problemas na mobilidade e na habitação. É a consequência direta de crescimento sem planeamento. Barcelos cresceu, mas cresceu sem que as respostas acompanhassem o ritmo.----------

---------E é por isso que, hoje, começamos a sentir sinais de desequilíbrio, de desordem no território e de maior dificuldade no acesso à habitação. O crescimento populacional só é oportunidade se houver capacidade política para o acompanhar. Caso contrário, transforma-se em pressão, desigualdade, trânsito, falta de casas, serviços sobrecarregados e frustração.----------

---------Os dados estão aí. O país mudou. Barcelos mudou. Por isso não se pode governar como se estivéssemos em dois mil e vinte e um, com mapas antigos, respostas antigas e aquela fé administrativa de que, se esperarmos tempo suficiente, talvez o problema se resolva sozinho...----------

---------Estes números deixam de ser apenas estatística quando se traduzem em filas, em casas mais caras e em serviços pressionados, aí passam a ser o retrato fiel das dificuldades que hoje marcam o quotidiano dos barcelenses.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Crescer é bom. Crescer com visão é desenvolvimento. Crescer sem planeamento é apenas aumentar o tamanho dos problemas.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Caras e Caros Barcelenses aqui presentes e a quem nos ouve pela internet.----------

---------Antes mais gostava de deixar aqui umas palavras de solidariedade para com o povo da Venezuela e para com os muitos lusodescendentes que temos na Venezuela com a calamidade que aconteceu nos últimos dias, o terramoto que está a atingir de forma devastadora um povo, deixo aqui a minha palavra de solidariedade, principalmente com os muitos milhares de lusodescendentes e muitos barcelenses. Alguns deles eu também conheço, portanto, ficam aqui as minhas palavras.----------

---------Mas também queria falar daquilo que é a moção que eu, em nome do LIVRE, venho aqui apresentar e que tem um objetivo muito simples, mas também com um objetivo, na nossa opinião, pode ser transformador no seu alcance. A criação de uma comissão municipal de mobilidade.----------

--------Falamos de mobilidade, mas, na verdade, falamos também da forma como vivemos a cidade e como queremos pensar a cidade no futuro. Falamos do direito a cada pessoa a se deslocar com segurança, com dignidade, mas também com previsibilidade, com as alternativas reais. Falamos das pessoas que cá moram e que também querem ter essa previsibilidade no futuro.----------

---------Falamos da qualidade do ar que respiramos, do tempo que perdemos em filas, das acessibilidades para quem tem mobilidade condicionada e reduzida, mas também da vida do comércio local, das ligações entre freguesias, da relação entre as cidades e as aldeias, da justiça territorial que o LIVRE tanto fala, e da

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

qualidade de vida. Qualidade de vida é essa que também é importante perceber na qualidade do ar que respiramos. E são essas as cidades do futuro.----------

---------Quando falamos de cidades com menos carros ou cidades sem carros, falamos também daquilo que é a qualidade do ar que respiramos. Barcelos é verdade que cresceu muito nas últimas décadas, sem se calhar uma resposta integrada para a mobilidade. Temos atados estruturais conhecidos de todos, temos o fecho da circular urbana e periurbana, que demorou décadas, para termos a conclusão do nó de Santa Eugénia, ou a ligação entre estação ferroviária e a central de camionagem, que ainda tarda. E, obviamente, também temos a necessidade de fazer a requalificação da ponte medieval.----------

---------Estes problemas não são de hoje, mas isto também não pode servir de desculpa para continuarmos sem método, e acima de tudo, sem participação democrática.----------

---------É verdade que, em dois mil e vinte e quatro, esta Assembleia aprovou um regulamento geral de estacionamento no concelho de Barcelos.----------

-------Obviamente que o LIVRE defende a importância de um instrumento que regula o estacionamento, que tem de ser necessário para organizar aquilo que é o espaço público, disciplinar também a circulação e proteger a vivência urbana.-

---------Mas sejamos claros, nenhuma política de estacionamento será justa ou eficaz se não viver acompanhada por alternativas reais ao automóvel individual e, muito mais, sem respeitar aquilo que são os moradores, que, se calhar, neste regulamento estão a ser um bocadinho pouco tidos em conta. Não podemos pedir às pessoas que usem menos carros se não lhes forem dados transportes públicos melhores alternativas.----------

---------Não podemos falar de mobilidade sustentável se as freguesias continuarem mal servidas, se continuamos a ter estradas em que não permitem o uso de ciclovias ou a mobilidade que não seja com o automóvel ou que não seja possível usar a bicicleta ou outros meios de mobilidade suave. É por isso

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

que esta moção propõe a criação de uma comissão municipal de mobilidade com natureza consultiva, mas permanente, que seja capaz de ouvir as pessoas, que seja capaz de acompanhar este regulamento, que, certamente, como já foi reconhecido, estará a ser revisto. Mas também não podemos falar só do regulamento, podemos falar daquilo que queremos acionar nos próximos dez, quinze ou vinte anos.----------

---------Porque fazer obras de mobilidade são obras estruturantes que impactam na vida das pessoas ao longo de décadas. E por isso é que é importante que a democracia não seja só no ato do voto, mas seja mais participativa, mais integrada. E é assim que nós, certamente, conseguimos ouvir a voz das pessoas e que conseguimos, certamente, resolver os problemas.----------

---------Portanto, o LIVRE defende uma política feita com as pessoas e não apenas para as pessoas. Foi por isso que afirmámos que no nosso Programa Autárquico para Barcelos em dois mil e vinte e cinco queremos reforçar os orçamentos participativos, queremos um município mais transparente, queremos que todas as vozes contem, queremos ouvir e, acima de tudo, envolver a participação ativa nas decisões.----------

---------Na área da mobilidade, o programa do LIVRE é muito claro.----------

---------Defendemos um plano intermunicipal de mobilidade suave, com ciclovias dedicadas, com mapas cicláveis municipais e intermunicipais, ligações às escolas e ao IPCA, aos equipamentos desportivos e, com isso, se calhar, eliminar muita necessidade de vir com um automóvel individual para a cidade. E também, obviamente, pensar naquilo que são as ligações com os municípios vizinhos, com aquilo que é esta interoperabilidade estruturada.----------

---------Barcelos precisa, assim, de uma política de mobilidade democrática, ecológica e socialmente justa. Uma política que não veja apenas o automóvel como único no centro da cidade, mas uma política que reconheça o direito à cidade, à acessibilidade universal, à segurança rodoviária, à proteção ambiental

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

e à coesão territorial. E, obviamente, como já disse, que reconheça o direito dos moradores a poderem estacionar na cidade com as regras devidas e as regras justas.----------

---------Votar a favor desta comissão é pensar nos barcelenses e para os barcelenses, porque Barcelos precisa de se mover melhor, mas, acima de tudo, precisa decidir melhor.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, terminou o seu tempo. Muito obrigado.----------

---------Próxima intervenção do Partido Social Democrata, o senhor deputado Víctor Pinho.----------

DEPUTADO DO PSD – Víctor Pinho – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Senhoras e Senhores que nos estão a ver na internet, Senhores Representantes da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Ouvi aqui, com muita atenção, aquilo que alguns colegas deputados disseram acerca do regulamento de parqueamento e estacionamento de Barcelos. Convirá a dizer que este assunto remonta já a dois mil e vinte e quatro. Em dois mil e vinte e quatro foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal.----------

---------Foi aprovado por maioria de votos na Assembleia Municipal. Foi objeto de estudos de especialistas. Foi âmbito de uma discussão pública. E eu lamento que só agora muitos daqueles que deveriam ter participado nessa discussão pública não o fizessem, mas ainda bem que houve tempo e vieram aqui por algumas considerações.----------

---------Eu vou apresentar uma recomendação do grupo municipal do PSD, pela criação do regime especial de estacionamento para residentes com

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

necessidades familiares específicas nas zonas de estacionamento de duração limitada.----------

---------Considerando que o grupo municipal do PSD considera que o Município de Barcelos criou condições para a execução e localização do regulamento geral de estacionamento e parqueamento do concelho de Barcelos, originando um sistema de estacionamento tarifado que abrangerá mil trezentos e quarenta e nove lugares em zonas de maior pressão automóvel.----------

---------Que o estacionamento tarifado tem como objetivo aumentar a rotatividade dos lugares disponíveis, facilitar o acesso ao comércio local, à restauração e aos serviços públicos, reduzir a pressão automóvel nas zonas centrais e promover uma utilização mais eficiente no espaço público. Que a gestão de estacionamento constitui uma ferramenta essencial para melhorar a mobilidade urbana, reduzir a circulação desnecessária de veículos à procura do lugar e contribuir para uma sociedade mais sustentável. Que o próprio regulamento geral de estacionamento e parqueamento do concelho de Barcelos reconheça a necessidade de salvaguardar os interesses dos residentes e comerciantes, prevendo mecanismos específicos de apoio e diferenciação para estes utilizadores.----------

---------Que o regulamento municipal já prevê a atribuição da qualidade de residente limitada a um veículo por fogo, reconhecendo a necessidade da proteção dos cidadãos que habitam nas áreas abrangidas pelas zonas de estacionamento de duração limitada.----------

---------Que existem agregados familiares cuja a situação pessoal e familiar justifica uma proteção acrescida, nomeadamente, aqueles que entregam pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, dependência permanente ou crianças em idade até aos seis anos.----------

---------Que estas famílias possuem necessidades acrescidas de deslocação e acompanhamento, sendo frequentemente obrigadas a recorrer ao transporte

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

individual para assegurar cuidados de saúde, assistência permanente, apoio escolar ou atividades essenciais do quotidiano.----------

---------Que a cidade dispõe de uma capacidade estimada superior a três mil e cem lugares de estacionamento alternativo distribuídos por parques periféricos e parques internos de apoio à cidade, permitindo compatibilizar medidas de proteção social com os objetivos de gestão de mobilidade.----------

---------Considerando igualmente que o PSD reconhece a necessidade da implementação do estacionamento tarifado enquanto instrumento da organização da mobilidade urbana, promoção da rotatividade dos lugares disponíveis, melhoria da acessibilidade ao comércio local, aos serviços públicos e dinamização económica do centro da cidade, bem como que nenhuma política pública de mobilidade estará completa se não contemplar mecanismos de proteção para os residentes por razões familiares de saúde, dependência ou apoio à infância, possuem necessidades acrescidas de utilização do automóvel.--

---------O grupo municipal do PSD de Barcelos propõe que a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária de vinte seis de junho, recomende à Câmara Municipal de Barcelos que: proceda à criação do regime especial do residente aplicável às zonas de funcionamento por ação limitada, nas ruas tarifadas exista uma bolsa onde cerca de vinte e cinco lugares sejam para residentes sem garagem, os benefícios sejam limitados a um único veículo por fogo habitacional e possam beneficiar deste regime, agregados familiares que entreguem pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, devidamente comprovada ou com mais de sessenta e cinco anos, agregados familiares que entreguem pessoa em situação de dependência permanente ou que necessita assistência regular.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado, terminou o seu tempo.----------

---------Próxima intervenção, o senhor deputado Vítor Hugo Faria, do Partido

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Socialista.----------

DEPUTADO DO PS – Vítor Hugo Faria – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias da Assembleia, Senhor Presidente de Câmara, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, Representantes da Comunicação Social e a quem nos assiste à distância, boa tarde.----------

---------O Partido Socialista começa esta Assembleia com três temas distintos, mas com pontos em comum e que reforçam a necessidade de Barcelos definir prioridades claras e a intenção de colocar as pessoas no centro da decisão. Temos que deixar de governar por remendos ou por soluções que parecem mais pensadas para a fotografia e para a propaganda do que para resolver problemas concretos. Neste contexto, começamos pela juventude.----------

---------O Partido Socialista apresenta hoje uma proposta construtiva que Barcelos prepare de forma estruturada e em articulação com as entidades locais uma recandidatura a capital nacional da juventude em dois mil e vinte sete.------

---------Não se trata de uma bandeira partidária. Trata-se de uma oportunidade para mobilizar o concelho, envolver as escolas, as associações culturais e desportivas, as freguesias e, acima de tudo, os próprios jovens.----------

---------Queremos os jovens e Barcelos no centro das prioridades e acreditamos que uma candidatura bem preparada seria um compromisso público com essa agenda e uma forma de trabalharmos com método, avaliação e metas.----------

---------O segundo tema é a relação do município com as freguesias. Temos assistido efetivamente a uma redução efetiva da autonomia das juntas em resultado da redução das transferências deste executivo e isto tem sido uma opção clara por parte deste executivo, limitar o exercício destes eleitos locais nas freguesias.----------

---------E aqui, sugerimos pensar da seguinte forma: qual é o papel que se pretende para as freguesias? Os presidentes de junta estão confortáveis

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

perante esta situação? Queremos juntas que sejam meros executores de tarefas municipais? É isso que nós queremos? Queremos reduzir a margem de decisão das freguesias? Estas são algumas perguntas que deixamos, mas na nossa perspetiva não é aceitável que se apresente como apoio às freguesias aquilo que na prática corresponde à transferência de responsabilidades que deveriam continuar a ser assumidas pela Câmara Municipal. Não podemos confundir descentralização com desresponsabilização.----------

---------Descentralizar é transferir competências com meios adequados, previsíveis e justos.----------

---------Desresponsabilizar é empurrar para as freguesias encargos que são municipais, inflacionando depois os valores transferidos para criar aparência de reforço financeiro. Também já bem conhecemos os gráficos que a bancada do PSD aqui gosta de vir apresentar e bem sabemos o que vai dizer sobre isto, mas é exatamente neste nível de transferências, por exemplo: quando se incluem responsabilidades associadas a matérias estruturais, como o saneamento ou a rede de água no volume das transferências para as freguesias, quando esta deveria ser uma responsabilidade do município, sendo que, na nossa perspetiva, deveria ter ficado prevista até no respetivo contrato de concessão.----------

---------Senhoras e senhores deputados, estes eleitos nas freguesias devem ser respeitados como órgãos de proximidade, com autonomia e capacidade para responder às necessidades das populações que foram às urnas e que os elegeram.----------

---------Assim, entendemos que é imperativo que seja reposto o modelo de financiamento que vigorou até dois mil e vinte e quatro e seja revogado o corte da comparticipação municipal correspondente ao adicional, iniciado já em dois mil e vinte cinco e concluído no corrente ano.----------

---------Quanto ao terceiro tema, não poderíamos deixar aqui, naturalmente, de falar do estacionamento, é próprio PSD, que traz esse assunto para esta

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Assembleia.----------

---------Barcelos tem hoje dificuldades evidentes para moradores, comerciantes e visitantes. O estacionamento é, de facto, um problema. É necessário regulá-lo. Há zonas onde residir no centro se tornou um exercício diário de paciência. Há comerciantes que sentem que a política de estacionamento afasta os clientes. Há barcelenses que não percebem as regras, os horários e os custos e até os regimes especiais deste novo regulamento.----------

---------Recentemente, agravar tudo isto, nem tivemos esta confusão com as instalações dos parquímetros. O problema não é apenas cobrar ou não cobrar. O problema é saber qual é a estratégia de mobilidade para a cidade, como se protege quem vive no centro, como se apoia o comércio local.----------

---------Ou então, podemos até chegar à conclusão que o objetivo do estacionamento regulado é apenas obter uma receita municipal. O que nós não achamos que seja esse o grande objetivo.----------

---------Assim, o PS coloca uma questão: por que razão não se cria, de forma simples e clara, um verdadeiro dístico de residente e de comerciante que seja flexível? Não precisamos descobrir a pólvora. Não estamos a propor nada de novo. Estas soluções existem em tantos outros concelhos, bem maiores que o nosso, que protegem ao longo do dia e ao longo da noite quem vive nas zonas abrangidas pelos estacionamentos pagos.----------

---------No entanto, o PSD vem hoje tentar remendar a situação causada pelo executivo. Mas, mesmo assim, parece-nos que fica muito aquém das reais necessidades. Fica-nos a dúvida se o PSD, confrontado com todas estas questões, quer mesmo continuar a causar constrangimentos na vida dos barcelenses. O PS quer apenas condições razoáveis e que não se trate dos moradores como visitantes da sua própria rua.----------

---------Em conclusão, e relativamente a todos estes temas, pedimos ambição para a juventude, respeito pelas freguesias e soluções justas para a mobilidade

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

urbana. É este o nosso compromisso.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Próxima intervenção do senhor deputado António Jardim, do Chega.-------

---------Aproveitava, enquanto o senhor deputado António Jardim se dirige à mesa, para pedir às pessoas do público para não intervirem, para não se manifestarem acerca das intervenções que são feitas aqui pelos senhores deputados ou no âmbito da Assembleia.----------

---------Na altura não percecionei se teria sido da própria Assembleia ou do público, foi-me confirmado que foi do público.----------

---------Portanto, pedia essa mesma contenção.----------

---------Senhor deputado António Jardim, faça o favor.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Público, Comunicação Social e aqueles que nos acompanham via web.----------

---------A criminalidade.----------

---------Os números não mentem, mesmo quando são incómodos. A criminalidade aumentou em dois mil e vinte cinco no concelho de Barcelos, num contexto em que o distrito de Braga registou uma ligeira descida global. Barcelos vai na contramão do distrito. E na criminalidade violenta, o distrito registou um aumento de onze por cento em dois mil e vinte cinco, com destaque para o roubo de estição, a extorsão sexual e a violação.----------

---------Temos uma Polícia Municipal recém criada, com quinze efetivos. Mas, segundo o próprio executivo, a Polícia Municipal não irá fiscalizar o estacionamento pago, terá antes presente uma lógica pedagógica e não punitiva. Ou seja, criamos uma Polícia que funciona em modo pedagógico. Fica apenas a saber se os criminosos também vão ser tratados pedagogicamente.-----

---------Na verdade, os barcelenses precisam de segurança efetiva, não de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

policiamento decorativo. É importante saber quantos efetivos dispõem a PSP e a GNR, ou seja, saber quantos elementos estão destacados para o concelho e se esse número acompanhou o crescimento populacional e o aumento da criminalidade registada.----------

---------Relativamente ao estacionamento pago, o sistema de estacionamento pago à superfície do centro urbano de Barcelos vai entrar em vigor no próximo dia quinze de julho, com tarifas de sessenta a oitenta cêntimos por hora, e o número de lugares pagos a quadruplicar. O executivo apresenta isto como uma medida técnica de mobilidade, mas é também, na verdade, mais um custo para as famílias e para o comércio local, numa cidade onde os habitantes já se debatem com salários que mal chegam ao final do mês.----------

---------Reconhecemos que existem parques gratuitos e medidas para residentes, mas por questões de princípio: quem trabalha no centro, quem vê as compras ao mercado, quem tem uma consulta no centro de saúde - vai pagar mais para aceder à sua própria cidade. E quem não tiver alternativa a transporte público, porque as zonas rurais de Barcelos continuam subservidas, simplesmente paga ou então fica em casa.----------

---------O que nos leva ao próximo ponto. O envelhecimento e a desertificação das freguesias.----------

---------Barcelos tem cento e dezasseis mil habitantes, mas o rácio entre idosos e jovens agravou-se de um ponto seis em dois mil e vinte um, para um ponto oitenta seis em dois mil e vinte e quatro, revelando um envelhecimento rápido. O crescimento populacional entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e quatro foi apenas de zero ponto três por cento, muito abaixo da média nacional, que é de três ponto dois por cento.----------

---------Estamos a envelhecer mais depressa do que o resto do país. E enquanto a cidade cresce, as freguesias no interior do concelho perdem serviços, escolas, médias de família. O orçamento municipal é o maior de sempre – cento e

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

oitenta e quatro milhões de euros, mas perdem-se entre obras que não terminam e derrapagens que o próprio executivo acha normal acontecerem persistentemente.----------

---------Sabendo que Barcelos tem potencial, e não negando os investimentos feitos nem os que estão previstos, também não deixa de ser verdade que o potencial não paga consultas, não garante segurança nas ruas, não dá acesso aos hospitais a quem deles necessita e também não resolve o envelhecimento silencioso das nossas aldeias.----------

---------É envelhecimento este que acompanha o atual hospital, que funciona num edifício da Misericórdia com limitações estruturais, desde a urgência superlotada até a escassez dos blocos operatórios. Há inexistência de condições dignas para consultas e internamentos. Já temos terrenos comprados por quatro milhões de euros, temos um investimento anunciado de duzentos milhões, mas a realidade hoje, aqui e agora, é que os barcelenses continuam, semana após semana, a ir a urgências degradadas, a esperar meses por consultas, a partilhar instalações que ninguém aceitaria, senão obrigado. Não fossem os profissionais de saúde e a sua dedicação e profissionalismo e já estaríamos numa situação semelhante à de tantos outros casos de países subdesenvolvidos.----------

---------É verdade que em Barcelos, no exato momento em que nos encontramos aqui reunidos, lá fora estão muitas obras a decorrer que não era comum num passado recente, mas começa a fazer desesperar os barcelenses, porque, na verdade, estão muitas obras a decorrer, mas nenhuma fica concluída, o que leva à reflexão habitual. Será incompetência de quem as executa ou estão à espera que surge uma nova derrapagem financeira e, tal como tenho dito, assim vai o nosso concelho.----------

---------Muito obrigado.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Segunda intervenção, segunda ronda, o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP, tenha a bondade.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara e demais Vereação, Senhores Membros da Assembleia, Público em geral.----------

---------O CDS só se vai pronunciar aqui sobre as moções e as recomendações que foram aqui apresentadas pelas diversas forças políticas.----------

---------Em relação à recomendação da Iniciativa Liberal e ouvida a intervenção do seu elemento, ficámos com a sensação que, perante um copo a meio, a IL só olha para a parte que está meia vazia, não olha para o resto. O que é que eu quero dizer com isto? É que o Município de Barcelos ocupa a vigésima posição no índice de transparência DYNTRA em trezentos e oito municípios. Repito, em trezentos e oito municípios, o Município de Barcelos está em vigésimo e, certamente, que todos nós queremos que o município avance nessa classificação, que fique em primeiro, naturalmente.----------

---------Barcelos é o segundo município no distrito de Braga nesse índice.----------

---------Mais, Barcelos cumpre um total de oitenta e sete dos cento e trinta e nove indicadores avaliados, que se traduz numa taxa de transparência de sessenta e dois vírgula cinquenta e nove por cento.----------

---------A IL, no fundo, vem aqui fazer um elogio ao Município de Barcelos e que nós concordamos, como é óbvio, naturalmente que votaremos favoravelmente esta recomendação.----------

---------Em relação à recomendação do Partido Socialista quanto à candidatura de Barcelos à capital nacional de juventude de dois mil e vinte sete. O Partido Socialista acaba, no fundo, aqui também por fazer um elogio a este município. Vem reconhecer a existência de um conselho municipal de juventude, deste, do anterior executivo, a distinção de município amigo da juventude categoria cinco

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

estrelas, também do executivo e, portanto, vem, no fundo, reconhecer um trabalho desenvolvido pelo município em matéria de juventude. Naturalmente que nós iremos votar favoravelmente.----------

---------Achamos os prazos um pouco curtos, relativos a setembro, portanto, estamos a falar de setembro as candidaturas e lançamos aqui o repto, se não seria melhor pensar isto para o ano seguinte. Isto porquê? Porque o centenário da elevação de Barcelos à cidade vai-se celebrar em dois mil e vinte e oito e ficava bem a Barcelos ser-lhe atribuída também esta capital nacional da juventude. Portanto, votaremos favoravelmente.----------

---------Em relação à recomendação do PSD, naturalmente vamos votar favoravelmente, estamos inteiramente de acordo. Os regulamentos não são documentos estanques, que não possam ser sujeitos a alterações. Aliás, isso é o normal da vida, a evolução da vida, a evolução do dia-a-dia, leva-nos a que façamos alterações à própria legislação, aos próprios regulamentos. Portanto, votaremos favoravelmente.----------

---------Em relação ao voto de congratulação do Todos os Barcelos, naturalmente votaremos favoravelmente.----------

---------Em relação à moção do LIVRE, vamos votar contra. Isto porquê? No mandato anterior nós já tivemos uma comissão de acompanhamento da acessibilidade a pessoas com deficiência, já estivemos a tratar deste tema. Portanto, entendemos que é desnecessário nesta altura.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa - Excelsíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses que nos acompanham aqui ou nas redes sociais.-

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------A transparência não se mede apenas pelo que uma autarquia decide publicar. Mede-se, sobretudo, pela informação que os barcelenses ainda não conseguem encontrar. E é precisamente aí que a nossa recomendação se torna relevante.----------

---------Queremos ser um município que satisfaz com sessenta e dois vírgula cinquenta e nove por cento, ou queremos afirmar-nos como uma referência nacional nesta matéria.----------

---------Recordo as palavras do senhor deputado Alexandrino na intervenção realizada sobre o sistema na Assembleia Municipal de abril:----------

---------"A transparência da gestão pública norteia toda a relação entre os cidadãos e os decisores políticos."----------

---------É precisamente nesse sentido que se orienta a nossa recomendação.------

---------Esperamos, por isso, que esta Assembleia Municipal - e em particular o Partido Social Democrata - não perca o norte nesta matéria.----------

---------Quanto à proposta da recomendação apresentada pelo Partido Socialista, votaremos favoravelmente. Ainda assim, entendemos que este tipo de candidaturas exige tempo para a preparação e a apresentação de uma candidatura robusta e ambiciosa, capaz de responder de forma eficaz aos desafios e aos objetivos a que se propõe.----------

---------Votaremos igualmente a favor o voto congratulação e reconhecimento do Todos os Barcelos, bem como a moção apresentada pelo LIVRE.----------

---------Por último, relativamente à recomendação do PSD, também merecerá o nosso voto favorável. No entanto, consideramos que esta recomendação dificilmente teria sido necessária se o regulamento geral de estacionamento e parqueamento do concelho de Barcelos tivesse sido precedido por um verdadeiro processo de auscultação e envolvimento da comunidade.----------

---------Muitos dos problemas que hoje identificamos nesta recomendação poderiam ter sido antecipados e corrigidos ao longo do início do processo,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

através de um diálogo mais próximo e transparente com a população, em particular com os comerciantes e os residentes das zonas abrangentes.----------

---------Em suma, esta recomendação parece uma tentativa de corrigir falhas de um processo que não foi conduzido da melhor forma pelo executivo municipal.--

---------Por último, deixo um abraço de conforto a todos os familiares e amigos do Professor Joaquim da Costa Pereira, agradecendo o contributo inestimável que deu às diferentes instituições a quais pertenceu. O seu legado ficará certamente marcado na vida dos barcelenses.----------

---------Deixo também uma palavra de conforto e de solidariedade à família de Furriel Ismael Lamela, natural de Carapeços, militar do Exército Português e cidadão ativo nesta comunidade que infelizmente faleceu nas circunstâncias que todos conhecemos, cuja sua memória merece o nosso respeito e reconhecimento.----------

---------Por último, não poderíamos deixar de manifestar a nossa preocupação perante a situação catastrófica que se vive na Venezuela. Ao povo venezuelano, expressamos a nossa solidariedade e desejamos a todos força e coragem.---------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.----------

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa renove os cumprimentos a todos os presentes.----------

---------Como se tem apercebido, eu tipicamente gosto de trazer aqui números a esta Assembleia. É uma coisa que eu gosto de trazer aqui, mas os números têm que ser colhidos nos sítios certos. Em Portugal é o INE, a PORTADAT vai ver ao INE, se forem europeus é no EUROSTAT.----------

---------E convém retificar que os cento e dezasseis mil barcelenses, eram em dois mil e vinte um, agora são quase cento e vinte e dois mil e quinhentos. Depois, outra coisa que está disponível no INE, no final de dois mil e vinte cinco,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

a criminalidade geral aumentou três ponto um por cento, é verdade.----------

---------Mas a criminalidade violenta e grave desceu um ponto seis por cento. Portanto, é bom fixar os números e recolhê-los nos sítios corretos e não num qualquer site ou em qualquer Facebook onde as pessoas lançam notícias falsas.-

---------Depois, relativamente às moções e aos votos, votarei todos favoravelmente, mas quero deixar aqui uma outra nota.----------

---------Sobre a moção do LIVRE, apesar do tema ser premente, parece-me extemporâneo, por enquanto o regimento ainda está em fase de aprovação e mais dois ou menos três meses, não fará diferença. Não é um tema assim tão premente quanto isso.----------

---------Sobre a recomendação do PSD, eu gostava de haver como uma moção, uma moção que promete mais.----------

---------E relativamente aos vinte cinco por cento suscita-me uma dúvida, que é, esta receita é para todas as ruas? E digo isto porquê? Porque em determinadas ruas, vinte cinco por cento pode ser muito. E isto subverte um pouco o princípio do próprio regulamento, que é a rotatividade. Era só essa nota que queria deixar.----------

---------Em relação à recomendação da IL, é um pedido que depende muito de fatores externos, que nós não controlamos. Acaba por ser quase uma espécie de uma proposta genérica. Nós gostámos, recomendámos ficar melhor, sem dizer concretamente como lá chegar. É um bocado, como dizer-nos a um filho na escola, para ser o melhor da turma, se os outros forem todos nabos. Porque se os outros estudarem muito, não depende só do nosso filho, depende das outras turmas, dos outros filhos.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE, tenha a bondade.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Permita-me que renove os cumprimentos a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

todos aqui presentes na sua pessoa.----------

---------Também vou ocupar esta última parte um bocado para falar daquilo que são as moções e as recomendações que foram aqui apresentadas.----------

---------Em relação à recomendação do PS, nós somos obviamente a favor daquilo que é promover juventude e estas iniciativas que promovem a cidade, promovem aquilo que é o rejuvenescer de gerações, isso é importante, cria aqui uma certa dinâmica que nós achamos que poderá ser útil e também melhorar aquilo que é cuidar da vida de Portugal, de Barcelos, peço perdão.----------

---------Obviamente que o voto de congratulação do Todos Barcelos também votámos a favor, isso sem dúvida.----------

---------Em relação à recomendação da IL, é importante, claro, que se aumenta a transparência, isto é um desígnio, mas para nós no LIVRE, mais do que rankings, o LIVRE defende a transparência sim, mas na qualidade dos serviços públicos, e na melhoria da qualidade dos serviços públicos. Obviamente que não quero dizer com isso que estamos contra, mas é importante perceber que esta ideia dos rankings, põe aqui uns contra os outros e uns querem ser melhores que todos, mas o importante é perceber que nós estamos aqui para fazer serviço público, serviço público à população, a quem votou em nós e a quem nós temos de representar, e mesmo aqueles que não votaram, obviamente.----------

---------Em relação à recomendação do PSD, bem, nós, por regra, nós votámos sempre a favor naquilo que são medidas de mobilidade que sejam justas, neste caso estão a defender medidas de mobilidade para pessoas vulneráveis, mas também digo que esta recomendação é, acima de tudo, um remendo, e demonstra uma total desorganização e falta de comunicação do executivo nesta matéria, e a tentar aqui um bocado correr atrás do próprio prejuízo.----------

---------No entanto, nós votámos a favor, porque não votámos contra recomendações de melhoria da mobilidade.----------

---------Depois, em relação aqui a um comentário em relação às comissões, oh,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

senhor deputado do CDS, confundir uma comissão de mobilidade muito mais abrangente no âmbito do que aquilo que era uma comissão que foi para acessibilidade e para as pessoas com deficiência, é reduzir aquilo, e se calhar é esse que é o nosso problema aqui, é a falta de visão e da ambição daquilo que são as políticas.----------

---------As políticas têm de ser integradas, e uma comissão não sustentou a outra. Estamos a pensar que a mobilidade se reduz às acessibilidades das pessoas mais vulneráveis, a um regulamento de estacionamento, ou o fecho de uma circular, é não ver aquilo que nós vemos que é importante perceber a cidade. A cidade tem de ser pensada a longo tempo, em prazos muito mais alargados, com as pessoas, com os comerciantes, com os concelhos vizinhos, para realmente percebermos que Barcelos tem de crescer nessa ótica.----------

---------E por isso, nós mais uma vez defendemos, e vamos sempre defender, que este tipo de políticas abrangentes têm de ser aquilo que é, digamos, a linha política destes e dos próximos executivos.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do grupo municipal do Partido Social Democrata.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta e Uniões de Freguesias, Comunicação Social, Caro público aqui presente e todos aqueles que nos seguem via web.----------

---------Somente para partilhar com vocês a posição do PSD em relação às recomendações, à moção e ao voto de louvor hoje aqui apresentadas.----------

---------Relativamente à moção do LIVRE, votaremos contra, pois não nos parece

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

oportuno aprovar a criação de uma comissão antes da aprovação de um novo regimento que traz alterações ao nível da composição. Por outro lado, não concordamos com os moldes da proposta e não contem com o PSD para tomar decisões políticas com base nas redes sociais, na espuma dos dias ou para fazer apenas a capa de um qualquer jornal.----------

---------Quanto ao voto de congratulações do Todos Barcelos, votaremos naturalmente a favor.----------

---------Relativamente à proposta da Iniciativa Liberal, votaremos a favor, registrando o facto de reconhecerem e louvarem o excelente trabalho já realizado pelo executivo municipal em matéria de transparência.----------

---------Relativamente à recomendação do PS, votaremos a favor, pois, como reconhece o PS na sua proposta, o executivo municipal da coligação já apresentou uma candidatura à capital nacional da juventude dois mil e vinte e seis. Infelizmente perdeu para o Porto, mas ficou à frente de muitas cidades, uma delas Coimbra. E foi mais um passo dado e uma demonstração de como o executivo da coligação valoriza a juventude barcelense e implementa uma verdadeira política de juventude no concelho de Barcelos.----------

---------Prova disso é a distinção máxima recebida em dois mil e vinte cinco do município amigo da juventude, categoria cinco estrelas. Mas, infelizmente, nem sempre foi assim, senhor deputado Vítor Faria. E nesta, como em tantas outras matérias, o PSD não recebe lições do PS. Nesta, como em tantas outras matérias, não queremos os regressos ao passado socialista muito pobre nesta matéria.----------

---------Quanto à recomendação que apresentámos, votaremos naturalmente a favor. Apesar de acreditarmos na assertividade da medida dos parquímetros para regular e melhorar o estacionamento em Barcelos, algo que é normalíssimo nas grandes cidades europeias e nos concelhos nossos vizinhos, não nos custa reconhecer que existem alguns aspetos que se podem melhorar,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

essencialmente no que diz respeito aos moradores da zona urbana.----------

---------E todos os contributos são bem-vindos para esta discussão e sabemos que o município se encontra aberto e a ouvir as pessoas para melhorar o nosso regulamento nesta matéria senhor deputado Jorge Araújo.----------

---------Isto não belisca em nada assertividade da política, até porque, a mesma não é tomada de uma forma desgarrada, mas sim integrada numa política de mobilidade urbana ampla, que comtempla a criação de parques de estacionamento na zona urbana e na periferia, o reforço de linhas de transportes públicos, como o TUBA e a criação de melhores condições para uma mobilidade mais sustentada com as ciclovias e o TUBA BIKE.----------

---------Permitam-me ainda referir, que o regulamento teve discussão pública sem recolher um único contributo e foi aprovado na Câmara por unanimidade e na Assembleia Municipal com noventa e seis por cento dos votos favoráveis, inclusive do PS e do Chega.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Alguém que está no público a fazer comentários pedia para se abster, senão vou pedir para sair.----------

---------Tem agora a palavra a senhora deputada Alexandra Barbosa, do Partido Socialista.----------

DEPUTADA DO PS – Alexandra Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, Público aqui presente e que nos acompanha através das redes sociais, Caros Barcelenses.----------

---------A juventude é frequentemente apresentada como uma prioridade nos municípios, mas as prioridades não se medem pelos discursos, medem-se pelas

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

políticas públicas, pelo investimento e pela participação efetiva dos jovens. Barcelos candidatou-se ao título de capital nacional da juventude dois mil e vinte seis, alcançando o quinto lugar com sessenta e sete pontos a dezanove pontos do município vencedor, o Porto.----------

---------Este resultado demonstra que Barcelos tem potencial, tem associações, instituições, projetos e jovens capazes de sustentar uma candidatura desta dimensão, mas demonstra também que a candidatura apresentada não foi suficientemente diferenciadora para alcançar o objetivo.----------

---------E é precisamente por isso que Barcelos deve assumir desde já a ambição de voltar a apresentar uma candidatura em dois mil e vinte sete. Uma candidatura vencedora não se prepara quando o formulário é disponibilizado. Prepara-se com antecedência, estratégia, participação e capacidade para aprender com o que ficou aquém das expectativas.----------

---------Quanto a prazos, desconhecemos aquilo que foi referido aqui em setembro. Sabemos que em dois mil e vinte seis foi no final de dezembro que terminaram as candidaturas, mas se tem informações de que as candidaturas terminam em setembro, e não há qualquer informação pública sobre isto, diz muito sobre o governo que temos.----------

---------Até hoje, esta Assembleia Municipal desconhece quais foram as fragilidades identificadas pelo Júri na candidatura anterior e, sobretudo, desconhece-se se o executivo que pretendia voltar a apresentar Barcelos como candidata em dois mil e vinte sete.----------

---------Barcelos dispõe de uma estratégia municipal da juventude, um conselho municipal da juventude, associações e instituições capazes de construir uma candidatura forte. Aquilo que não podemos é confundir a existência de estruturas com a existência de uma verdadeira política municipal da juventude. Ter uma estratégia aprovada não significa que as medidas estejam concretizadas.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------E ter um conselho municipal da juventude não significa, por si só, que os jovens sejam efetivamente ouvidos. E neste ponto permitam-me dizer que o concelho municipal da juventude não reuniu ordinariamente como era expectável, de acordo com os seus estatutos, em dois mil e vinte cinco.----------

---------O regulamento refere que deveria reunir quatro vezes, reuniu metade das vezes.----------

---------Os jovens de Barcelos continuam a enfrentar dificuldades no acesso à habitação, ao emprego, à mobilidade e à sua emancipação. Muitos querem construir o seu futuro aqui, mas precisam de encontrar oportunidades para o fazer. Uma candidatura à capital nacional da juventude deve ser também um instrumento para responder a estes desafios.----------

---------É por isso que o Partido Socialista propõe que o município assuma o compromisso de preparar desde já esta candidatura.----------

---------Propomos igualmente que seja elaborado um plano de trabalho preliminar discutido no conselho municipal da juventude e aberto à participação dos jovens barcelenses. Porque uma candidatura sobre juventude não pode ser preparada sem os jovens.----------

---------Senhor Presidente da Câmara, Barcelos tem dimensão, juventude e capacidade para ambicionar este título. Mas a ambição exige começar já, exige aprender com o passado, envolver verdadeiramente os jovens e preparar uma candidatura capaz de vencer. Porque o mais importante de conquistar o título de capital nacional da juventude é fazer de Barcelos um concelho onde os jovens são ouvidos, encontram oportunidades e escolhem construir o seu futuro.----------

---------Relativamente à recomendação dos estacionamentos, vamos votar contra porque não responde às necessidades dos barcelenses.----------

---------Obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Última intervenção do período de antes da ordem do dia, o senhor deputado António Jardim, do Chega.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa renove os cumprimentos a todos os presentes e àqueles que nos acompanham via web.----------

---------Na recomendação do PS, e apesar da competência do executivo gerir a sua agenda e não obedecer diretamente a posições partidárias, concordámos, no entanto, com o conteúdo e a iniciativa de envolver os jovens em ações políticas que os afetam diretamente.----------

---------Quanto à recomendação da Iniciativa Liberal, tendo em conta que é apenas uma recomendação, a mesmo poderá não ter a importância que lhe é devida, mas só o de facto de abraçarem também a luta pela transparência e escrutínio do executivo municipal, também votaremos favoravelmente.----------

---------A recomendação do PSD vem demonstrar que nem tudo se faz bem e por vezes é melhor dar um passo atrás e reconhecer o erro. De salientar que algumas das considerações já estão previstas no regulamento municipal, mas entendemos ser um reforço das necessidades dos barcelenses e votaremos também favoravelmente.----------

---------Quanto à moção do LIVRE, entendemos ser importante a criação de uma comissão municipal para a mobilidade, mas discordámos dos critérios expostos no documento e como tal, votaremos contra a moção apresentada.----------

---------Para finalizar, também votaremos favoravelmente o voto congratulação e reconhecimento do Todos Barcelos e acrescentar que é bom ver a valorização que é dada a quem saiu do país para procurar melhores condições de vida e leva consigo um pedaço de Barcelos e, deste modo, dar-nos a conhecer por este mundo fora.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Vamos passar às votações!----------

---------Vamos votar inicialmente a primeira recomendação sobre o índice de transparência, reforçar a posição do Município de Barcelos, apresentada pela Iniciativa Liberal.----------

---------A recomendação fixa ou pretende que a Câmara Municipal de Barcelos estabeleça como objetivo já atingir até o final de dois mil e vinte e sete as seguintes metas:----------

---------*Integrar o grupo dos dez municípios melhor classificados no índice DYNTRA*;----------

---------*Alcançar uma pontuação mínima de noventa por cento nos principais indicadores nacionais de avaliação de transparência municipal*;----------

---------*Atualização permanente dos indicadores municipais avaliados pela plataforma de DYNTRA*".----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte IND).----------

---------Próxima votação, voto de congratulação e reconhecimento *"Dez de junho – Comunidades Portuguesas e Diáspora Barcelense"*, apresentado pelo Todos Barcelos, que diz o seguinte:----------

---------"*Congratular e reconhecer o contributo de todas as comunidades portuguesas e, em particular, da diáspora barcelense para o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho e o país*;----------

---------*Reconhecer o papel dos imigrantes como verdadeiros embaixadores da identidade portuguesa e barcelense, mantendo viva a ligação à terra de origem, independentemente da distância*;----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------*Expressar o orgulho coletivo numa comunidade que, estando longe, nunca deixou de fazer parte de Barcelos*".----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte IND).----------

---------A votação seguinte é uma moção apresentada pelo LIVRE. Propõe o LIVRE criar uma comissão de mobilidade com natureza consultiva, destinada a acompanhar de carácter permanente, de acompanhamento e emissão de recomendações ao executivo municipal.----------

---------A comissão será composta por um representante de cada força política com assento na Assembleia Municipal e presidida pelo presidente da mesma.----

---------A criação desta comissão pretende assim reforçar a participação da sociedade civil nas políticas públicas locais, promover a democracia participativa e as decisões conjuntas e partilhadas, reforçando a transparência e a cooperação institucional com a sociedade civil em matérias de mobilidade.-------

---------Quem vota a favor?----------

---------(Vinte: dezassete PS, um IL, um TB e um L)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------A moção foi rejeitada com noventa e sete votos contra (cinquenta e nove PSD, nove PS, seis CH, três CDS-PP e vinte IND) e vinte votos a favor.----------

---------A votação seguinte é uma recomendação apresentada pelo Partido Social Democrata, "*Pela Criação do Regime Especial de Estacionamento para Residentes com Necessidades Familiares Específicas nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada*".----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

----------Recomenda à Câmara Municipal que proceda à criação do regime especial de residente, aplicável à zona de estacionamento de duração limitada, que nas ruas tarifadas exista uma bolsa onde cerca de vinte cinco por cento dos lugares sejam para residentes sem garagem, preferencialmente nos casos indicados no ponto quatro da moção, que o benefício seja limitado a um único veículo por fogo habitacional, possam beneficiar deste regime agregados familiares que integrem pessoa com deficiência mobilidade reduzida devidamente comprovada ou com mais de sessenta e cinco anos, agregados familiares que integrem pessoa de situação de dependência permanente ou que necessite assistência regular e agregados familiares com crianças até aos seis anos de idade inclusive.----------

---------O benefício pode assumir a forma dos valores reduzidos, que a atribuição do benefício fique dependente da apresentação anual do comprovativo de residência fiscal e das condições de seriação anteriormente referidas, que o Município de Barcelos proceda à avaliação anual da medida, monitorizando o número de beneficiários, os custos associados e os seus impactos na gestão do estacionamento urbano e que a implementação desta medida seja efetuada sem prejuízo dos objetivos de rotatividade, acessibilidade e sustentabilidade e gestão eficiente do espaço público que justificam a criação do estacionamento tarifado.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Dezassete PS)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------A recomendação está aprovada por maioria com cento e um votos a favor (cinquenta e nove PSD, nove PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND) e dezassete votos contra.----------

---------O Partido Socialista informou que vai apresentar uma declaração de voto

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

sobre este ponto.----------

---------Vamos então à moção seguinte, é uma proposta de recomendação do Partido Socialista que diz:----------

---------"*A iniciativa "Capital Nacional de Juventude", promovida pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, pretende reconhecer os municípios que desenvolvem políticas públicas de juventude consistentes, participadas, inovadoras e capazes de produzir impacto efetivo na vida das pessoas jovens nos seus territórios*".----------

---------E assim, o Partido Socialista vem por isso recomendar à Câmara Municipal que:----------

---------"*Assuma o compromisso de preparar e apresentar a candidatura do município de Barcelos à Capital Nacional de Juventude dois mil e vinte sete, logo que seja aberto o respetivo período de candidaturas;*----------

---------*Apresentar, até trinta de setembro de dois mil e vinte seis, uma proposta preliminar de plano de atividades e planeamento financeiro para a Capital Nacional de Juventude dois mil e vinte e sete, incluindo objetivos, medidas, calendário, orçamento, parceiros, indicadores de execução e resultados esperados;*----------

---------*Submeta a proposta à apreciação do Conselho Municipal de Juventude e a um processo público de participação dos jovens barcelenses*".----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Por fim, temos um voto de pesar, que vou passar a ler:----------

---------"A Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

vinte seis de junho de dois mil e vinte e seis, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Joaquim da Costa Pereira, ocorrido no passado dia quatro de maio de dois mil e vinte e seis, prestando-lhe uma sentida homenagem pelo seu percurso de vida exemplar, marcado por uma permanente dedicação ao serviço público, à educação e às instituições do concelho de Barcelos.----------

---------Nascido em Barcelos, a trinta e um de março de mil novecentos e quarenta, Joaquim da Costa Pereira dedicou grande parte da sua vida à causa pública, distinguindo-se pelo seu compromisso cívico, pela sua participação ativa na vida política e social e pelo contributo relevante que prestou ao desenvolvimento do concelho e da região.----------

---------Professor do Ensino Primário Oficial e Particular, exerceu funções docentes no Colégio D. António Barroso, deixando uma marca significativa na formação de várias gerações de alunos. Desempenhou igualmente o cargo de Delegado Escolar do Concelho de Barcelos, contribuindo de forma empenhada para a valorização e expansão do ensino escolar e pré-escolar no território.-------

---------Ao nível da representação democrática, integrou esta Assembleia Municipal de Barcelos durante vários mandatos, participando ativamente nos seus trabalhos e em comissões, sempre pautando a sua intervenção por um elevado sentido de responsabilidade, dedicação e serviço à comunidade.----------

---------Exerceu ainda funções como membro da extinta Assembleia Distrital do Governo Civil de Braga, reforçando a sua participação na vida pública e institucional da região.----------

---------A sua intervenção cívica estendeu-se igualmente a importantes instituições de solidariedade e de carácter religioso do concelho. Foi Irmão da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, onde integrou, ao longo dos anos, diferentes órgãos sociais, designadamente a Mesa da Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Definitório. Foi também Irmão da Real Irmandade do Senhor Bom Jesus da Cruz, exercendo funções na Mesa da Assembleia Geral e na Mesa

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Administrativa, contribuindo para a prossecução dos fins e da missão daquela instituição secular.----------

---------Na freguesia de Tamel São Veríssimo, participou ativamente na vida comunitária, tendo sido membro da Assembleia de Freguesia e associado do Centro de Solidariedade Social de São Veríssimo.----------

---------No plano partidário, desempenhou funções como membro efetivo da Comissão Política Concelhia e da Comissão Política Distrital do Partido Social Democrata.----------

---------Casado e pai de três filhos, Joaquim da Costa Pereira deixa igualmente um legado familiar de dedicação à causa pública, sendo um dos seus filhos, o Senhor Deputado Municipal Miguel Costa Pereira, atual membro desta Assembleia Municipal.----------

---------Pelo exemplo de cidadania, pelo seu percurso de serviço à comunidade e pelo contributo prestado ao concelho de Barcelos ao longo de décadas, a Assembleia Municipal de Barcelos expressa o seu reconhecimento e gratidão pela vida e obra de Joaquim da Costa Pereira.----------

---------Neste momento de luto, a Assembleia Municipal de Barcelos endereça à sua esposa, filhos, ao nosso colega Miguel Costa Pereira, que aqui está, e ao seu irmão, ao doutor Pedro Pereira, demais familiares e amigos as mais sentidas condolências, associando-se à dor da sua perda".----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Pedia um minuto de silêncio.----------

---------(Guardou-se um minuto de silêncio)----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Vamos passar então ao período da ordem do dia, visto que da parte do público, não tivemos inscrições.----------

---------Ponto um: aprovação das atas de dezassete e vinte cinco de abril e dezanove de maio de dois mil e vinte seis.----------

---------Pedia a dispensa da leitura das atas.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade a dispensa da leitura das atas (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Vamos votar a ata da sessão de dezassete de abril – primeira reunião!-----

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------A ata da segunda reunião da sessão de dezassete de abril, que ocorreu em dezoito de abril de dois mil e vinte seis.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Vamos votar a ata também da sessão solene do vinte e cinco de abril.-----

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Ata da sessão de dezanove de maio.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e nove PSD, vinte e seis PS, seis CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Ponto dois da ordem de trabalhos, que é o Regimento da Assembleia Municipal.----------

---------As inscrições são por ordem crescente partidária, conforme ficou acertado em comissão permanente.----------

---------A palavra será dada à deputada Sara Magalhães, deputada independente.----------

DEPUTADA IND – Sara Magalhães – Muito boa tarde.----------

----------Começo por cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, estimados Membros desta Assembleia, Caríssimo Público, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Este pode parecer apenas mais um momento do quotidiano desta Assembleia, mas permitam-me que traga para o debate o novo regimento da Assembleia Municipal de Barcelos, a emoção, o reconhecimento e a importância que este momento verdadeiramente merece.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Até hoje, esta Assembleia descurava o estatuto dos seus membros independentes. Estavam impedidos de intervir no período antes da ordem do dia, justamente no momento de maior relevância política, impedidos de integrar comissões, excluídos da conferência de líderes e limitados a apenas três minutos de intervenção por sessão, independentemente do número e da importância dos pontos da ordem de trabalhos.----------

---------Mais do que isso, os membros independentes nem sequer tinham consagração no regimento desta Assembleia. Eram tratados como se fossem uma realidade invisível em clara contradição com os princípios da participação democrática, da igualdade e da justiça. Estou convicta de que o resultado da votação será favorável e de que, a partir de hoje, a história dos independentes nesta casa muda.----------

---------A Assembleia Municipal de Barcelos dará um passo em frente, tornando-se um órgão mais justo, mais participado e mais digno.----------

---------Permitam-me também uma nota de satisfação pessoal e coletiva. Os membros que, no mandato de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, representaram o Movimento Independente do BTF Barcelos Terra de Futuro e que hoje se encontram associados à Associação BTF, contribuíram para esta mudança.----------

---------Não apenas porque, na ausência de um grupo municipal, se juntam aos restantes membros independentes que representam hoje dezoito vírgula três por cento da composição desta Assembleia, quando em mandatos anteriores não ultrapassavam os cinco por cento, tornando-se assim a terceira maior expressão deste órgão.----------

---------Mas também porque tive a honra de ser signatária de uma proposta apresentada à comissão revisora do regimento, propondo precisamente a intervenção dos independentes no período antes da ordem do dia, a participação em todas as sessões e debates da Assembleia em igualdade de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

regras, a integração em delegações, comissões e grupos de trabalho e, por fim, a integração na comissão permanente. A maioria destas propostas foi acolhida, o que merece o nosso reconhecimento.----------

---------Permitam-me, contudo, dizer que a comissão revisora poderia ter ido um pouco mais longe. Ficou de fora apenas a integração dos membros independentes na comissão permanente e confesso que não compreendo essa posição. Tanto mais que, no parecer número cento e oitenta e sete barra duzentos e dezoito da CCDR Centro, afirma expressamente que, cito, " O que deve ser assegurado a todos os membros da Assembleia, sem qualquer exclusão, são os direitos de participação democrática, intervenção e decisão sobre os assuntos e temas debatidos no seu seio, quer isso seja efetuado através de grupos municipais, quer individualmente como membros não integrados em grupos municipais" fim da citação.----------

---------Espero que, no futuro próximo, todos os membros desta Assembleia, integrados ou não em grupos municipais, possam participar plenamente, mas também decidir em igualdade sobre todos os assuntos debatidos nesta casa. É este o caminho que hoje iniciamos.----------

---------Muito obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigada, senhora deputada.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados, Público aqui presente.----------

---------A Assembleia Municipal é, por natureza, o órgão deliberativo e fiscalizador do executivo. É aqui que devemos ter a voz as diferentes forças políticas representativas dos barcelenses e é aqui que a oposição deve dispor de condições efetivas para questionar, escrutinar e apresentar alternativas à ação do executivo municipal.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Num contexto em que a maioria que apoia o executivo dispõe já de uma posição politicamente dominante, quer na Câmara, quer na Assembleia, seria exigível um regulamento especialmente atento ao equilíbrio democrático, à proteção do pluralismo, ao reforço dos direitos das forças minoritárias e à participação da sociedade civil. A proposta em votação faz, no nosso entender, exatamente o contrário.----------

---------Importa sublinhar que esta alteração à grelha de tempos que não foi promovida no mandato anterior, e a sua introdução agora neste novo contexto político não pode ser vista como uma mera alteração técnica ou neutra. Ao surgir no momento em que o PSD e a Coligação Barcelos Mais Futuro têm a maioria absoluta na Assembleia Municipal e no executivo e em que existem deputados municipais independentes que integram a coligação de apoio ao executivo, esta alteração tem um efeito político claro. Reforça o espaço de intervenção no campo da maioria e fragiliza, na prática, o espaço útil de intervenção da oposição.----------

---------O regimento em vigor assentava numa lógica de distribuição paritária dos tempos dos grupos municipais. A nova proposta rompe com esta lógica e passa a consagrar uma grelha em que a distribuição do tempo é diferenciada em função da representação. Atribuindo mais tempo ao PSD enquanto força maioritária, criando tempos próprios para deputados municipais independentes que são parte, volto a repetir, que são parte da Coligação Barcelos Mais Futuro.-

---------Não está em causa o direito de intervenção de qualquer membro da Assembleia. Todos os eleitos e eleitas têm legitimidade democrática e devem poder exercer plenamente o seu mandato. O que está em causa é a arquitetura política do regimento. Quando a maioria já dispõe na força dos votos, da liderança, do executivo e da capacidade de definir e orientar as políticas do município, não deve ainda beneficiar de uma organização dos tempos que reduza o contraditório e enfraqueça o escrutínio, na nossa opinião.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Preocupa-nos assim igualmente a possibilidade de acedência de tempos entre grupos parlamentares e deputados municipais independentes e a própria Câmara Municipal. A Câmara já dispõe do tempo próprio para apresentar e defender as suas próprias propostas. Permitir que o órgão fiscalizado possa beneficiar de mais tempo cedido no âmbito dos trabalhos da Assembleia não reforça a fiscalização democrática, pelo contrário, pode acentuar o desequilíbrio entre quem governa e quem tem o dever de escrutinar.----------

---------Por estas razões, o LIVRE entende que esta proposta não reforça o equilíbrio da pluralidade democrática na Assembleia Municipal de Barcelos, não valoriza suficientemente o papel da oposição, não protege como deveria o pluralismo político e restringe a participação cidadã.----------

---------Sendo assim, e na coerência e na defesa de uma democracia local mais participativa, plural e transparente, o grupo municipal do LIVRE vota contra a proposta de novo regimento da Assembleia Municipal de Barcelos.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASEEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Próxima intervenção do senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.--

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que na sua pessoa renove os cumprimentos a todos os presentes.----------

---------Ao fim de mais de cinquenta anos do poder local democrático e, no meu caso, vinte e cinco nesta Assembleia, confesso que já pensei em ter visto praticamente tudo. E quando digo tudo, é mesmo tudo. E quero relembrar aqui algumas peripécias:----------

---------Sessões sem quórum, sessões a arrastar pela madrugada fora até às quatro da manhã, membros a dormir, público sentado em lugares de deputados... E até um presidente da mesa a mandar calar um deputado dizendo-lhe nem mais um pio. Momentos ternurentos em que falar parecia

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

quase um ato de resistência. Mas há uma coisa que nunca tínhamos visto. Nunca ninguém ousou mexer desta forma na distribuição dos tempos.----------

---------Resolveram inovar precisamente naquilo que nunca foi problema.----------

---------Foi a forma como damos a palavra. O regimento anterior, com praticamente a mesma configuração, funcionou sempre muito bem. Temos agora uma grelha rígida, fechada, que transforma o debate num exercício de gestão de minutos e que, na prática, vai concentrando cada vez mais tempo em quem já tem mais.----------

---------Percebo perfeitamente que os partidos com o maior número de eleitos tenham a tentação de consolidar uma certa hegemonia no funcionamento desta Assembleia. É humano, é político, faz parte. Mas também é preciso dizer o óbvio. Esses partidos já têm mais eleitos, mais capacidade, mais meios, mais presença nos vários pontos e, sobretudo, têm garantia de aprovação das suas posições, sejam elas quais forem.----------

---------Ou seja, têm tudo e parece que ainda não é suficiente. Na prática, o que este regimento faz é obrigar a quem está fora dos maiores grupos a fazer escolhas artificiais. Invoca-se o princípio da previsibilidade. Mas previsibilidade, sem equidade, é só uma forma simpática de dizer controlo, ainda que terá vestido de uma certa ideia de proporcionalidade que, curiosamente, tende a coincidir sempre com os interesses dos maiores, deixando pelo caminho uma representatividade que deveria ser o verdadeiro critério.----------

---------Uma coisa é eu não falar porque não me apetece ou porque não tenho interesse.----------

---------Outra, bem diferente, é não poder falar porque me impõe esse limite.-----

---------Dito isto, admito que veria com bons olhos uma aprovação por unanimidade deste regimento. Seria um bom sinal desta Assembleia, mas, quando o princípio essencial é ultrapassado, não posso contribuir para essa unanimidade. É pena, porque seria melhor. Mas isso faz parte.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------A democracia não se resume a contar votos. Também se mede pela forma como se ouvem vozes.----------

---------Por uma questão de princípio, votarei contra, relativamente a este regimento, que também passará a ser o meu regimento.----------

---------Informo a mesa que apresentarei declaração de voto escrito.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal, tenha a bondade de usar da palavra.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses presentes nesta sala ou acompanhar-nos através das redes sociais.----------

---------A revisão do regimento da Assembleia Municipal constitui um exercício exigente. Mas revela também a capacidade desta casa em promover o diálogo democrático e o respeito institucional entre todas as forças políticas nela representadas.----------

---------Ao longo deste processo, foi possível construir um espaço de debate marcado pela procura de consensos, pela negociação e pela apresentação de diferentes perspetivas. Naturalmente, numa democracia plural, nem sempre existe unanimidade.----------

---------A Iniciativa Liberal participou neste processo com sentido de responsabilidade, em que apresentámos um conjunto de propostas orientadas para modernizar este órgão, o reforço da transparência, a melhoria da informação disponibilizada e uma maior aproximação entre a Assembleia e os barcelenses.----------

---------Entre as medidas apresentadas, destacámos a melhoria dos documentos de apoio aos deputados municipais, a criação de canais próprios de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

comunicação institucional da Assembleia Municipal, a promoção da acessibilidade através da língua gestual portuguesa e a realização descentralizada de reuniões das delegações, comissões ou grupos de trabalho.----------Não menos importante, desde o início deste processo, defendemos que a Assembleia Municipal deve acompanhar a evolução da realidade política local e refletir a pluralidade das escolhas expressas pelos barcelenses. Por isso, consideramos importante que as comissões constituídas por este órgão possam contar também com a participação dos deputados municipais independentes.----------Naturalmente, nem todas as propostas apresentadas tiveram o mesmo acolhimento e ainda assim consideramos positivo que muitas das questões levantadas pela Iniciativa Liberal tenham contribuído para enriquecer a discussão e influenciar o resultado final.----------Importa também reconhecer que o principal desafio desta revisão esteve relacionado com a definição da nova distribuição dos tempos de intervenção.----------Para a Iniciativa Liberal, encontrar um modelo equilibrado exigia consolidar dois princípios essenciais, a proporcionalidade e a garantia que todos os eleitos pudessem participar nos debates com condições adequadas e efetivas.----------Termino com o apelo a todas as forças políticas aqui representadas e desculpe senhor presidente da Assembleia Municipal por o substituir neste termo.----------Mas, independentemente das posições assumidas durante este processo, dos votos expressos ou das diferenças que possam permanecer, saibamos utilizar este regimento, caso seja aprovado, como um instrumento que dignifica a maior Assembleia Municipal do país.----------Porque esta é, acima de tudo, a casa da Democracia de todos os barcelenses.----------Muito obrigado.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de mais Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Proposta de Regimento.----------

---------O texto do documento que nos é apresentado para discussão e votação, o Regimento da Assembleia, foi resultado da discussão e contributo de todos quantos compuseram a comissão incumbida de proceder à revisão do regimento desta casa.----------

---------Que o presente regimento necessitava de alterações, por todos era reconhecida essa necessidade, até porque haveria que acomodar as intervenções dos deputados independentes.----------

---------Esta proposta de regimento toma por base o regimento atualmente em vigor, inserindo pequenas alterações de pormenor não relevantes, sendo a exceção a distribuição dos tempos de intervenção.----------

---------A alteração mais relevante nesta proposta de regimento é precisamente a das grelhas de distribuição de tempos no período da ordem do dia.----------

---------Importará aqui deixar registado para conhecimento público que a proposta de distribuição de tempos de intervenção proporcional à representatividade, proporcionalidade esta mitigada, é certo, tem como autores proponentes PS e o PSD.----------

---------A consequência disto é distribuir o tempo de intervenção de cada partido com base na proporcionalidade da respetiva representação numérica, ou seja, quem tiver maior representatividade nesta Assembleia, quem tiver maior número de membros, mais tempo terá para intervir no período da ordem do dia.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------O CDS sempre se bateu nos trabalhos de revisão dos regimentos em mandatos anteriores para que uma tal disposição nunca viesse a constar no texto dos sucessivos regimentos.----------

---------Os argumentos invocados pelo CDS, para que tal não ocorresse, não teve a concordância dos dois partidos mais representados nesta Assembleia Municipal.----------

---------O CDS sempre se bateu para que os tempos de intervenção das várias forças políticas, independentemente da sua representatividade, fossem distribuídas de forma paritária, igualitária, quer no tempo do período antes da ordem do dia, quer no período da ordem do dia.----------

---------O CDS entende que a Assembleia Municipal, como um espaço privilegiado de discussão da política local, deverá permitir a intervenção de todas as forças políticas em pé de igualdade.----------

---------O argumentário, por aí já ouvido, "de que há partidos que não intervenham ou não esgotam o seu tempo de intervenção", não colhe.----------

----------Isto porque uma coisa é uma força política poder intervir/falar e não o querer fazer por opção, está na sua disponibilidade de fazê-lo.----------

---------Coisa completamente diferente, é essa mesma força política querer intervir/falar, sobre um determinado tema e não o poder fazer, pois não tem tempo para tal.----------

---------O que fica prejudicado é o debate político.----------

---------O CDS, enquanto parceiro da coligação que está a frente dos destinos do concelho, pauta a sua conduta, no seio da coligação pela lealdade, tendo disso, provas dada.----------

---------Mas essa lealdade não retira ao CDS a sua autonomia e a sua liberdade de votar.----------

---------O CDS não poderá votar favoravelmente.----------

---------Muito obrigado.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Checa.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente novamente os presentes.----------

---------Hoje apresento uma reflexão necessária sobre o novo regimento da Assembleia Municipal, comparando-o com a anterior e analisando o impacto que estas alterações têm no funcionamento democrático desta casa. Quero começar por reconhecer de forma clara que o presidente da Assembleia tem exercido as suas funções com competência, rigor e imparcialidade. O cumprimento do regimento, a disciplina das sessões e a condução dos trabalhos têm sido assegurados de forma exemplar, como aliás o próprio documento determina, quando afirma que compete ao presidente, "dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões" e "assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações".----------

---------Mas apesar destes exercício responsável da presidência, não podemos ignorar que o novo regimento introduz alterações que reforçam de forma significativa a influência do executivo municipal sobre os trabalhos da Assembleia. E é aqui que reside a nossa preocupação.----------

---------Comparando o regimento atual com o anterior, verificamos que no essencial a estrutura mantém-se: a mesa continua a definir ordem de dia, os tempos continuam a ser rigidamente distribuídos e o executivo mantém um papel relevante na condução dos debates. No entanto, surgem agora assimetrias que não existiam antes. Os tempos de intervenção, que anteriormente eram distribuídos de forma mais equilibrada, passam agora a beneficiar claramente os grupos maiores. Reduzindo a capacidade de intervenção dos restantes grupos e limitando o espaço democrático de debate.-

---------Além disso, a ordem de trabalhos ganha um peso ainda maior na condução das sessões. O regimento é explícito ao afirmar que "a ordem do dia é

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

estabelecida pela mesa da Assembleia", mas na prática, com a nova composição da Assembleia e com a força do executivo, esta definição transforma-se num instrumento que condiciona o tempo disponível para cada tema, a profundidade do debate e até a capacidade dos partidos em exercerem plenamente o seu mandato.----------

---------Senhor presidente, a atual composição da Assembleia Municipal é inédita na história do concelho. Nunca tivemos uma distribuição tão fragmentada, com tantos grupos independentes. Esta realidade exige uma reorganização no regimento, mais aberto e mais justo. Mas, para tal, o mesmo acaba também por reforçar a influência do executivo e reduz o espaço de intervenção dos restantes representantes eleitos.----------

---------Por isso, sublinho que é fundamental uma adaptação também por parte do executivo quanto aos pontos propostos para a realização de cada sessão, sabendo que ainda há um caminho a percorrer. Um caminho para garantir que esta Assembleia seja verdadeiramente plural, verdadeiramente democrática e verdadeiramente representativa dos barcelenses. O regimento deve servir à Assembleia, não ao executivo.----------

---------Senhor presidente da Câmara, qual o compromisso do seu executivo para fazer desta Assembleia aquilo que tem sido nos últimos quatro anos – uma referência nacional quanto ao seu funcionamento?----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Alfredo Cardoso, do Partido Socialista.-

DEPUTADO DO PS – Alfredo Cardoso – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores.----------

---------Ontem, dia vinte e cinco de junho, chegou ao fim o trabalho da comissão revisora do regimento da Assembleia Municipal. O Partido Socialista saúda a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

iniciativa da constituição desta comissão, o seu funcionamento e o trabalho produzido com origem em todas as formações partidárias e no movimento de cidadãos, o que atesta a importância atribuída por todos a este instrumento de trabalho e à sua melhoria como pilar de funcionamento do Governo Municipal Democrático.----------

---------O Partido Socialista firmou a sua convicção que, enquanto a lei prevista no artigo duzentos e trinta e nove da Constituição da República não for aprovada, as Assembleias Municipais serão sempre órgãos menores perante as Câmaras Municipais e, particularmente, os seus presidentes.----------

---------Não obstante este constrangimento, os membros que integraram esta comissão tiveram a oportunidade de caminhar no sentido de valorizar os eleitos, introduzindo em todos os debates a declaração de voto oral, no máximo cinco minutos por sessão, de forma, por todos os eleitos que quisessem usar esta figura regimental, e, por esta via, serem os membros da Assembleia Municipal, a fecharem os debates e não a Câmara Municipal. Tiveram ainda a oportunidade de reduzir os tempos atribuídos à Câmara Municipal em todas as grelhas, atento o princípio que determina que a Câmara Municipal de Barcelos é responsável perante a Assembleia Municipal e não o seu contrário.----------

---------De referir, que, ao longo dos trabalhos da comissão revisora do regimento, porque consideramos que o regimento não é estático, fomos adaptando e determinando o nosso ajustamento, com cedências em diversos casos, tendo em conta as diversas propostas em análise, designadamente cedências de tempo aos partidos e movimentos cidadãos com pouca expressão na Assembleia.----------

---------Tal não foi possível. A declaração de voto oral e os tempos atribuídos nos debates à Câmara Municipal, nas diversas grelhas, foram os assuntos que não permitiram tal consenso.----------

---------Porque não tenho tempo, e por tudo que fica dito, iremos votar contra a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

aprovação do Regimento da Assembleia Municipal.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

----------Tem a palavra, para encerrar o debate, o senhor deputado Alexandrino Ribeiro.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Permita-me que em si renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos Meus Colegas e ao Público.----------

---------Discutir e votar o regimento desta Assembleia Municipal é discutir o modo como a democracia se concretiza no plano local;----------

---------Não discutimos e votamos um mero conjunto de normas regimentais, mas sim como se organizará o debate político na Assembleia Municipal de Barcelos, como se distribui a palavra e, acima de tudo, como se respeita a vontade e o sentido de voto dos barcelenses nas urnas;----------

---------A proposta de regimento que hoje discutimos e votamos privilegia o facto dos tempos de intervenção tendam a refletir a expressão eleitoral de cada uma das forças políticas, tal como acontece na Assembleia da República, tal como acontece já em muitas das Assembleias Municipais a nível nacional. Não por uma questão de privilégio de algumas forças políticas, mas sim por uma questão de justiça democrática;----------

---------Mas também uma proposta de regimento que não silencia os partidos minoritários da oposição. E os números são bem evidentes. Nesta proposta de regimento dois ponto quatro por cento dos deputados, das três bancadas mais pequenas, falam cerca de trinta por cento do tempo;----------

---------Porque o PSD reconhece que a oposição tem um papel importantíssimo nesta Assembleia. Deve poder questionar, fiscalizar, pedir esclarecimentos ao executivo municipal. Esse direito é essencial e é plenamente assegurado nesta

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

proposta de regimento;----------

---------Um regimento onde verdadeiramente se reconhece o estatuto de deputado independente;----------

---------Um regimento onde se assegura também que não transformamos a Assembleia Municipal de Barcelos num espaço político onde se questiona muito mas se responde pouco por falta de tempo. Daí que, contrariamente ao que o PS pretendia, o PSD privilegia um regimento onde o executivo municipal, até por respeito à oposição, deve dispor de tempo suficiente para esclarecer todas as questões colocadas;----------

---------Não queremos senhor deputado Alfredo Cardoso, nem podemos pactuar com quem queira "regressos ao passado socialista", e a um tempo político onde o presidente da câmara, para se esgueirar matreiramente a perguntas difíceis, abusava das hipotéticas "respostas por escrito" que nunca chegaram a acontecer;----------

---------Em relação à declaração de voto oral que incomoda o PS, senhor deputado Alfredo Cardoso a proposta mantém exatamente o que o PS votou favoravelmente no anterior mandato;----------

---------E o PS vota contra a proposta de regimento porque queria uma coisa que não conseguiu: silenciar o presidente da câmara;----------

---------O PSD votará favoravelmente esta proposta de regimento;----------

---------Muito Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Terminou o seu tempo, senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Vamos passar à votação da proposta de regimento oriunda da Comissão Revisora do Regimento!----------

---------Como percebemos, há posições diferentes sobre os diversos pontos, mas esta é a proposta que veio da comissão para ser votada.----------

---------Relativamente à proposta que foi aqui apreciada, que foi discutida e que

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

foi vertida aqui para esta sessão.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Vinte e três: vinte e um PS, um TB e um L)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Nove: seis CH e três CDS-PP)----------

---------Está aprovada a proposta que veio da Comissão Revisora do Regimento por maioria com oitenta e dois votos a favor, (cinquenta e sete PSD, cinco PS, um IL e dezanove IND), vinte e três votos contra e nove abstenções.----------

---------Regimento que entrará em vigor após terminada esta reunião.----------

---------Queria informar que vamos fazer agora um intervalo, para continuarmos a sessão às vinte e uma e trinta. Ficam interrompidos os trabalhos.----------

---------(Interrupção dos trabalhos às vinte horas por um período de hora e meia)----------

---------Senhores deputados, vamos retomar agora os trabalhos da sessão de junho.----------

---------Vamos passar ao ponto três da ordem do dia, que é: discussão e votação das contas consolidadas do exercício de dois mil e vinte e cinco.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Senhor deputado José Rosa, do Todos os Barcelos, tenha a bondade de usar a palavra.----------

DEPUTADO DO TB – José Rosa - Presidente da Assembleia, permita-me que na sua pessoa renova os cumprimentos a todos presentes e espero que tenham todos jantado muito bem.----------

---------As contas consolidadas de dois mil e vinte cinco cumprem, respeitam as regras, fecham números, alinham saldos. Mas governar não é só cumprir formalismos. Governar é muito mais do que fazer contas certas. É decidir, é usar, é arriscar, é transformar.----------

---------E é precisamente aí que estas contas ficam aquém. Porque quando

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

saímos da aritmética e olhámos para o território, o que vemos não é consolidação, é adiamento.----------

---------Só para citar algumas obras: o novo hospital não arranca, a casa Conde de Vilas Boas não evolui, temos a requalificação do Centro Histórico a decorrer, mas ainda sem capacidade de devolver vida, habitação e atividade económica ao coração da cidade, temos passadiços cuja extensão permanece inalterada, temos mobilidade que continua dependente de obras faseadas, prometidas relançadas, mas que insistem em não mudar verdadeiramente o quotidiano de quem cá vive, à saneamento por concluir em várias freguesias, rede de água incompleta em algumas zonas, habitação acessível continua mais num plano de intenções do que no terreno.----------

---------Ou seja, temos tudo o que é essencial em curso.----------

---------Estas contas contam o que foi pago, mas não contam bem o que ficou por fazer e o tempo que foi perdido. Há aqui uma espécie de talento especial para transformar o futuro num sítio confortável onde tudo está prestes a acontecer.----------

---------Mas governar além de gerir expectativas, também é concretizar. O município apresenta-se sólido, certo, mas também previsível, cauteloso, quase avesso ao risco. E convém dizer com clareza que a prudência a mais também é uma escolha política. E neste caso, uma escolha que começa a custar algum desenvolvimento ao concelho.----------

---------Estas contas não são más, são até credíveis. O problema é que Barcelos precisa de contas não só atinadas, precisa de políticas que saiam da zona de conforto. Precisa de decisões que avancem mais depressa que os comunicados. Precisa de menos, vamos fazer, e mais está feito.----------

---------Por isso o meu voto é abstenção. Não voto contra, porque o documento formalmente cumpre os mínimos olímpicos. Mas também não voto a favor, porque cumprir formalmente não chega.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Esta abstenção não trava, mas também não valida uma governação que prefere a segurança da gestão à exigência da transformação. As contas estão consolidadas, o futuro continua adiado.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Luís Rosa.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia e Caros Barcelenses presentes nesta sala, ou acompanhamos através das plataformas digitais.----------

---------Relativamente ao relatório de contas consolidadas de dois mil e vinte cinco, em primeiro lugar, importa reconhecer alguns aspetos positivos. Este apresenta um resultado líquido de consolidado positivo de cerca de cinco vírgula oito milhões de euros, um património líquido superior a duzentos e setenta milhões de euros e um saldo de gerência de cerca de dezanove vírgula três milhões de euros. Estes números revelam uma situação financeira globalmente estável.----------

---------Contudo, verificamos que a EMEC, a Empresa Municipal de Educação e Cultura, continua a ser o principal fator de fragilidade do perímetro consolidado. O próprio relatório reconhece que a empresa apresenta uma situação económica-financeira frágil dependente do apoio financeiro permanente da Câmara Municipal, através de contratos de programa e mecanismos de reposição de equilíbrio financeiro, sem esquecer os empréstimos à banca.--------

---------É verdade que, em dois mil e vinte cinco a EMEC registrou um resultado positivo de cerca de trezentos e seis mil euros, invertendo a tendência dos últimos anos, mas não podemos ignorar que mantém um património líquido negativo próximo de novecentos e vinte e sete mil euros, resultado de sucessivos prejuízos acumulados.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Para a Iniciativa Liberal esta situação deve levar uma reflexão séria sobre o modelo de gestão desta empresa municipal. Não basta corrigir resultados num único exercício. É necessário garantir sustentabilidade, autonomia financeira e uma avaliação permanente em relação ao custo-benefício.----------

---------Outro aspeto que merece atenção é o crescimento do passivo consolidado para cerca de quarenta e cinco milhões de euros, um aumento de quase nove por cento face ao ano anterior. Embora a dívida bancária de médio e longo prazo tenha vindo a diminuir, assistimos a um aumento significativo das responsabilidades de curto prazo e de compromissos com fornecedores.----------

---------Também constatámos que os gastos com o pessoal aumentaram mais de dois vírgula sete milhões de euros, cerca de sete por cento num único ano. Naturalmente valorizamos o trabalho realizado por estes funcionários, mas este crescimento deve ser acompanhado de ganhos de produtividade, modernização administrativa e melhoria efetiva dos serviços prestados aos barcelenses.---------

---------Por isso, importa olhar para estes números não apenas com um retrato do passado, mas com uma responsabilidade para o futuro, em que as entidades, e neste caso a empresa municipal, sob a alçada da Câmara Municipal de Barcelos, precisa de uma gestão que assegure a sua sustentabilidade.----------

---------Tenho dito.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado Joaquim Barbosa, do Partido Socialista, tenha a bondade de usar da palavra.----------

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores e Senhores Deputados.----------

---------O Partido Socialista teve já a oportunidade de efetuar a análise política do relatório de contas de dois mil e vinte cinco, ainda antes de serem contas consolidadas e ainda antes da incorporação dos resultados da EMEC.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Salientámos na ocasião a baixa realização do plano plurianual de investimentos, o que evidenciava as dificuldades do executivo na sua execução e que se traduzia num saldo de gerência de dezoito ponto oito milhões. Muito se debateu politicamente nesta Assembleia sobre a capacidade deste executivo em executar ou não os investimentos previstos e sobre as virtudes ou não da existência de um saldo de gerência deste montante. Uma conclusão é evidente. A execução do plano plurianual de investimentos esteve longe de corresponder ao previsto por parte deste executivo, como se exigia.----------

---------E também comentamos na ocasião o aumento de trinta por cento da cobrança de impostos diretos aos barcelenses, de quase seis milhões de euros, bem como uma participação variável no IRS com mais de dez por cento em aumento face a dois mil e vinte e quatro, e sobre se isso se traduziu ou não num aumento de impostos. Os aumentos da cobrança permitiriam, diríamos até, exigiam, uma redução dos impostos municipais. Também aqui uma conclusão é fundamental. Não aconteceu essa redução como se exigiria e que as contas permitiriam, com evidente prejuízo para os barcelenses, por opção deste executivo.----------

---------Tivemos também a oportunidade de chamar a atenção para o aumento do endividamento do município, conforme dados técnicos externos que o evidenciam, quando comparado com a realidade nacional. E esta evidência é incontornável. De acordo com o anuário económico ao financeiro dos municípios, ainda de dois mil e vinte e quatro, que é a versão mais recente, Barcelos foi o quarto município do país em termos absolutos com maior volume de passivos financeiros. Leia-se que através da contratação de empréstimos bancários, com dezoito milhões de euros, o quarto município do país.----------

---------Ou ainda o terceiro município do país com a maior diferença negativa entre o valor da amortização de empréstimos e o valor de novos empréstimos, o que mais uma vez nos preocupa e vamos ver o que nos reserva o ano de dois

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

mil e vinte cinco, quanto aos resultados nesta matéria.----------

---------E chamamos ainda a atenção para a rede pública de saneamento, onde milhares de barcelenses continuam privados destes serviços essenciais, numa lógica, não há outra maneira de dizer, de cidadãos de primeira e de segunda categoria. Por isso, consideramos necessário que o executivo assuma metas temporais concretas quanto ao avanço da rede de água e saneamento e que identifique e que assuma de uma vez por todas um horizonte temporal para a cobertura total da rede de água e saneamento no concelho. Talvez seja menos popular investir em água canalizada e saneamento do que alguns certos investimentos com muito maior visibilidade, mas estes satisfazem uma das necessidades mais básicas em termos de saúde pública para uma parte significativa dos barcelenses com impacto direto na sua saúde individual plenamente evidenciado.----------

---------As contas consolidadas distinguem-se ainda por incorporarem os resultados da EMEC.----------

---------E obviamente os resultados do município agravam-se com os próprios resultados da EMEC, que falaremos no ponto próprio mais à frente. Há, todavia, um dado que chama a atenção e que consta da página dez das contas consolidadas.----------

---------É uma referência ao artigo trigésimo quinto do código das sociedades comerciais que se aplica à situação da EMEC, e que refere que está abrangida por esse artigo trigésimo quinto, ou seja, perdeu metade do seu capital social e são exigidas medidas urgentes, nomeadamente através da convocação de uma Assembleia Geral, que não sabemos se ainda acontecerá.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado, terminou o seu tempo.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Luís Pereira, deputado

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Independente.—----------

DEPUTADO IND – Luís Pereira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Neste ponto três da ordem do dia, discutimos e votámos a consolidação das contas do ano de dois mil e vinte cinco.----------

---------E confesso que não encontro quaisquer motivos para uma apreciação negativa, como às vezes nesta casa querem fazer passar sobre as contas municipais.----------

---------No entanto, permitam-me algumas notas:----------

---------Desde logo, para observar que o município está numa situação privilegiada quanto à sua autonomia económica e financeira, porque das cinco entidades societárias e vinte e oito não societários do Grupo Municipal, só consolida com uma delas: a EMEC.----------

---------Esta situação é muito importante se compararmos o Município de Barcelos com muitos outros do país, detentores de várias empresas municipais suscetíveis de criarem desequilíbrios nos resultados económicos e financeiros com reflexos na consolidação das contas numa lógica de grupo.----------

---------Portanto, só a EMEC contribui para melhorar ou piorar os resultados das contas municipais que, independentemente dos seus resultados, praticamente não influenciam a consolidação, mesmo que muitas vezes negativos.----------

---------Assim, ao contrário do que aqui certa oposição tem falando, a consolidação das contas do município demonstra um resultado patrimonial líquido em dois mil e vinte e cinco, superior ao comparado com o período homólogo, com um efeito positivo de oito vírgula noventa e sete por cento.------

---------Acresce, ainda que o resultado da EMEC, (que a mesma oposição tanto fala como sendo uma catástrofe financeira), apenas interfere negativamente na

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

consolidação municipal num valor da ordem dos oitocentos e setenta mil euros correspondente a uma influência marginal de apenas zero vírgula trinta e dois por cento.----------

---------Aliás, as contas da EMEC no ano de dois mil e vinte e cinco apresentaram um resultado líquido do período positivo acima dos trezentos e seis mil euros.---

---------Portanto, as contas do município demonstram uma sólida saúde financeira e patrimonial, já do nosso conhecimento, desde a apreciação do relatório de contas na sessão de abril passado em linha com os demais anos.-----

---------Em face de tudo o que disse, votaremos favoravelmente a presente proposta em sintonia com os demais parceiros da Coligação PSD/CDS/BTF.--------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

----------Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, grupo municipal do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos, Respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------O documento de prestação de contas consolidadas no exercício de dois mil e vinte cinco do Município de Barcelos, é um documento que espelha rigor, compromisso com o desenvolvimento local e estabilidade financeira.----------

---------A consolidação de contas assegura que a saúde financeira do nosso perímetro autárquico é transparente.----------

---------Este relatório vai para além da soma aritmética das parcelas orçamentais, ele consolida a realidade económica do universo municipal, integrando as contas da autarquia e da EMEC.----------

---------O resultado demonstra uma gestão pública madura e focada no futuro de Barcelos.----------

---------O CDS gostaria de deixar aqui destacados, pois que relevantes, alguns dos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

resultados espelhados neste documento:----------

---------O resultado líquido consolidado foi de cinco milhões setecentos e sessenta e dois mil euros. No ano de dois mil e vinte quatro tinha sido de três vírgula onze milhões de euros;----------

---------O património líquido consolidado, já aqui foi referido, atingiu duzentos e setenta milhões seiscentos e quarenta e um mil euros, verificando-se um aumento de vinte e dois milhões duzentos e oitenta e dois mil euros, mais oito vírgula noventa e sete por cento relativamente ao exercício de dois mil e vinte e quatro;----------

---------Um aumento do ativo de vinte e cinco vírgula nove milhões de euros face ao ano anterior de dois mil e vinte e quatro;----------

---------O passivo consolidado de quarenta e cinco vírgula oitenta e seis milhões de euros representa apenas cerca de quinze por cento do ativo, o que significa um nível de endividamento reduzido;----------

---------Na situação da EMEC, destaque para a apresentação de um resultado positivo de trezentos e seis mil euros;----------

---------A execução orçamental da receita consolidada foi de oitenta e seis por cento e a execução orçamental da despesa consolidada foi de setenta e quatro por cento.----------

---------Concluindo, este não é um documento partidário, é o retrato contabilístico de um ano intenso de trabalho em prol de Barcelos.----------

---------Esta prestação de contas consolidadas é a prova inequívoca de que Barcelos tem uma liderança séria, rigorosa e com visão de futuro.----------

---------Demonstra que o concelho tem capacidade financeira para continuar a crescer, a atrair investimento e apoiar as famílias e empresas locais.----------

---------A saúde financeira do concelho está blindada, os compromissos com o Tribunal e com os parceiros estão honrados e o investimento nas nossas populações continua no terreno.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------O CDS votará naturalmente a favor da aprovação das contas consolidadas do exercício de dois mil e vinte e cinco.----------

---------Muito Obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Senhor deputado Alexandrino Ribeiro, do grupo municipal do Partido Social Democrata.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Senhor Presidente permita-me que em si renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos Meus Colegas e ao Público.----------

---------Esta prestação de contas consolidada reflete as opções políticas do executivo municipal e a implementação do programa eleitoral com que o PSD e a coligação se apresentaram aos barcelenses.----------

---------Mais uma vez, não podemos deixar de destacar que estamos perante uma prestação de contas consolidada que evidencia uma taxa de execução da receita de cerca de oitenta e sete por cento, e uma taxa de execução da despesa na ordem dos setenta e cinco por cento.----------

---------Estas taxas elevadas de execução, nomeadamente a elevada execução de obras e projetos na despesa de capital, demonstra a dinâmica de investimento do executivo municipal no sentido de criar melhores condições de vida aos barcelenses. Falamos na concretização de obras num montante global de trinta e três milhões de euros apenas em dois mil e vinte e cinco.----------

---------No mandato de dois mil a vinte e um a dois mil e vinte cinco, em conjunto, o investimento municipal totaliza os cerca de oitenta e sete milhões de euros, significando que, em apenas quatro anos, a coligação investiu mais no concelho que o PS em doze anos.----------

---------O elevado investimento municipal permitiu desenvolver obras e projetos importantes e impactantes em todo o território e que estão bem à vista de todos por esse concelho Fora, com um impacto muito significativo na melhoria

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

da qualidade de vida de todos os barcelenses. E esses mesmos barcelenses demonstraram que estão atentos e que valorizam e apreciam esta gestão autárquica, como ficou bem evidente na expressiva votação que o projeto político da coligação obteve nas últimas eleições autárquicas e por todo o concelho.----------

---------Por outro lado, este investimento municipal permitiu ainda a resolução de dossiers importantes e que os executivos socialistas empurraram para a frente, varreram para debaixo do tapete durante doze longos anos, como: o dossier da água, o fecho da circular urbana e a aquisição dos terrenos para o novo Hospital de Barcelos.----------

---------Discutimos as contas consolidadas de um ano em que as transferências para as juntas de freguesia totalizaram os quinze ponto oito milhões de euros, mas também uma prestação de contas onde as transferências para as instituições sem fins lucrativos rondaram os seis ponto seis milhões de euros, mostrando o importante apoio que o executivo municipal dá ao pujante movimento associativo do concelho e a forma como o executivo municipal encara os presidentes de junta como verdadeiros parceiros estratégicos na gestão autárquica.----------

---------E por muito que o PS e o senhor deputado Vítor Hugo Faria tentem iludir os barcelenses, os números falam por si senhor deputado, no mandato de dois mil e treze a dois mil e vinte e um, dois mandatos, o PS, extra protocolo, entregou às juntas de freguesia trinta ponto nove milhões de euros, como pode ver nos gráficos, que você bem gosta. Já no último mandato, mandato da coligação, extra protocolo, trinta e três ponto dois milhões.----------

---------Como na minha terra, trinta e três ponto dois é maior que trinta ponto nove, no mandato a coligação entregou mais às juntas de freguesia que o PS em dois mandatos.----------

---------Por outro lado, o PS fala, pela voz do senhor deputado Joaquim Barbosa,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

no endividamento do município, quando deixaram mais de duzentos milhões de euros de endividamento de herança à coligação sem obra feita. Ainda se atrevem a falar do dossier o da água, quando deixaram mais de metade dos barcelenses sem saneamento básico e em vinte três freguesias não existia um único metro de rede instalada. Foi essa também a herança que deixaram ao executivo da coligação.----------

---------E para terminar, pelo exposto, a bancada do PSD votará a favor das contas consolidadas de dois mil e vinte cinco.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

----------Tem a palavra o senhor presidente da Câmara, que aproveito para cumprimentar novamente.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Caras e Caros Colegas Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesias, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, Caríssimo Público, Público também que nos segue via Web, Comunicação Social.----------

---------Naturalmente que este é um documento técnico, como aqui foi referido, bem feito pelos serviços, a quem eu aproveito para agradecer o trabalho competente que desenvolveram, e que demonstra bem que o município goza de boa saúde financeira e espelha também ambição e equilíbrio. Equilíbrio de não irmos para além daquilo que é possível e ambição que está refletida nas obras que estão no terreno.----------

---------E eu pasmo-me a ouvir aqui, senhor deputado José Rosa, dizer que não há ambição. Nunca houve em simultâneo tanta obra a acontecer.----------

---------Temos na habitação, para além da OPA que está a acontecer em São Veríssimo, temos o concurso feito, ou obra já no terreno, em Campo, em Vila Cova, em Macieira, em Cambeses, em Palme, e tudo com obra e orçamento também municipal.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Na saúde concluímos a recuperação dos centros de saúde de Sequeade, Fragoso e Vila Seca. Está em curso Barcelinhos, Lama, Lijó e Barcelos um novo centro de saúde. E está em concurso público mais três, que são Aborim, Macieira de Rates e Vila Cova.----------

---------Na educação, para além da Escola Secundária de Barcelinhos, temos dezasseis escolas do primeiro ciclo a ser intervencionadas. Para além disso, ainda esta semana na reunião de Câmara de segunda-feira, pusemos em concurso mais três escolas secundárias: Vale do Este, em Viatodos; Vale do Tamel, em Lijó; e a Gonçalo Nunes. São obras importantíssimas e decisivas.-------

---------Relativamente à rede viária, nós estamos a promover uma autêntica revolução no concelho, com noventa quilómetros no chamado programa PREC, que é de recuperação, revitalização das estradas municipais, em parceria, em boa hora, com as juntas de freguesia.----------

---------E aqui o outro item era a rede de água e saneamento, que aqui foi também referenciado pelo senhor deputado Joaquim Barbosa, que durante os anos do Partido Socialista fizeram zero metros. Zero metros! Zero metros! Nós agora, para além do que está no terreno, que é: a ETAR de Barcelos, a ETAR de Fragoso, mais de cem quilómetros de rede de água e saneamento ou concluídas ou em concurso ou em obra. Para além disso, temos, como eu dizia, a parceria com as juntas de freguesia, como eu já tinha anunciado aqui numa Assembleia Municipal, onde vamos fazer intervenção sobretudo na estrada municipal trezentos e seis, pedimos a colaboração das juntas de freguesia para reforçar, ir para além quer do protocolo, quer do acordo das águas, das competências ou das obrigações que competiam à empresa ou à Câmara Municipal.----------

---------Isto chama-se planeamento, isto chama-se estratégia, para não fazer intervenção depois da obra concluída. Portanto, estamos a fazer e agradeço muito aos senhores presidentes de junta essa colaboração e esse esforço adicional porque são obras importantes.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Mas também nas creches. Nunca houve investimento público em creches há mais de duas décadas e agora estão em concretização quatro creches, que vão dar mais de duzentos e trinta lugares às crianças do nosso concelho.----------

---------Mas também no desporto. Nunca houve um investimento tão forte em parceria com as coletividades, com as juntas de freguesia e com o investimento municipal para conseguirmos ter os equipamentos desportivos com a pujança, a dignidade, o conforto e a comodidade que efetivamente têm.----------

---------O senhor deputado Joaquim Barbosa fala outra vez, tentando confundir os barcelenses, num aumento de impostos, numa cobrança de impostos que aumentou trinta por cento, é um facto, mas não resultado do aumento de qualquer tarifa ou de qualquer imposto. Quando não há aumento de impostos e há aumento de receita isto quer dizer ou quer traduzir-se numa realidade: há mais atividade económica, há mais construção, há mais dinamismo da nossa sociedade. Isso é positivo. Vocês veem isso como um fantasma. Não, isso é positivo, nós não aumentamos nenhuma taxa nem nenhum imposto. Zero. O que há é maior receita. Porquê? Porque há mais dinamismo. Mas isso é o que se pretende, que a sociedade consiga criar condições, é assim que se consegue desenvolver um território, um país, uma sociedade. Não vejo outra forma.--------

---------O senhor deputado Alexandrino Ribeiro já falou aqui sobre as questões mais técnicas, quatro município com empréstimos. Obviamente que se nós, em dois mil e vinte e quatro, tivemos que pagar, resultado do acordo em que vocês deixaram um garrote ao município e a todos os barcelenses, duzentos e catorze milhões de euros, que era uma dívida efetiva do município, que nós conseguimos resolver com dezoito milhões de euros, quer dizer que tínhamos que pagar, que nós somos pessoas de bem. Pagamos, naturalmente. Ao pagar tem obviamente a sua repercussão nas contas, como é óbvio e natural.----------

---------Aqui também o senhor deputado Alexandrino Ribeiro traduziu de uma forma muito simples estes números que são impactantes. Nós em quatro anos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

investimos oitenta e sete milhões de euros, obra feita, obra feita no terreno, mais do que o Partido Socialista em três mandatos.----------

---------E depois têm a lata de vir aqui dizer que não há ambição, que não há planeamento, que não há estratégia, que nós não temos a sensibilidade de perceber que há zonas do nosso concelho que não têm efetivamente ainda as condições que nós achamos exigíveis para a vida em sociedade, ou seja, água e saneamento. Mas lá chegaremos, como estamos a fazer paulatinamente. Se nós estamos já a investir, para além do que foi acordado com as Águas de Barcelos relativamente às obrigações deles e às nossas, nós estamos a investir mais, quer dizer que nós estamos a alargar a capacidade da rede de distribuição. E vamos conseguir. E vamos continuar. E eu faço esse apelo em vários fóruns, em que digo que o ciclo urbano da água deve ser sempre uma prioridade absoluta. E cá estaremos para sempre que surjam oportunidades nós podermos alargar essa rede de água e saneamento. Vamos fazê-lo e teremos todo o gosto de vos apresentar a seu tempo.----------

---------Relativamente ao senhor deputado Vítor Hugo, no momento certo falaremos, que é quando for das transferências para as juntas de freguesia, mas eu desafiava-o a ser concreto. Onde é que nós retiramos dinheiro? Onde é que houve a diminuição de dinheiro? Diga concretamente, é que eu gostava de saber, até para nos ajudar a perceber.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Pedia para não fazerem diálogo, por favor.-------

PRESIDENTE DA CÂMARA – No próximo regulamento é possível trocar, eu vou-lhe dar tempo para o senhor responder. Porque é importante percebermos onde é que vocês vão buscar uma diminuição de cinquenta por cento no protocolo. Isso não existe, isso é ficção, isso é mentira.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos votar as contas consolidadas do exercício de dois mil e vinte cinco!----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Vinte e cinco: dezoito PS, cinco CH, um IL e um TB)----------

---------Estão aprovadas por maioria com noventa e quatro votos a favor (cinquenta e oito PSD, doze PS, três CDS, um L e vinte IND) e vinte e cinco abstenções.----------

---------Vão apresentar declaração de voto o Chega, o LIVRE e o Todos Barcelos.--

---------Aproveito também para informar a Assembleia que, porque não pediram na altura, relativamente ao Regimento apresentou declaração de voto escrita o Partido Socialista, penso que o Todos Barcelos também vai apresentar e o LIVRE também.----------

---------Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da concessão/atribuição de comparticipações financeiras às freguesias/uniões freguesias.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Senhor deputado Luís Rosa, tenha bondade de usar a palavra, por favor, neste ponto da ordem de trabalhos.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia e a todos os Barcelenses que nos acompanham aqui ou nas redes sociais.----------

---------A iniciativa liberal entende que a descentralização não se pode limitar a uma mera transferência de responsabilidades. A atribuição de competências deve ser acompanhada de meios adequados, dos recursos financeiros correspondentes e de um enquadramento normativo claro que permita às freguesias exercer plenamente as funções que lhes são confiadas.----------

---------É neste contexto que consideramos essencial uma reflexão profunda

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

sobre a forma como se concretiza a independência funcional das autarquias. A afetação de verbas prevista nesta proposta, destinada ao financiamento de intervenções específicas, nomeadamente no âmbito da rede de saneamento, não deve ser confundida com a concretização de uma verdadeira descentralização. Estes apoios respondem às necessidades concretas, mas não substituem a criação de condições permanentes para que as freguesias disponham de capacidade efetiva de decisão e execução.----------

---------Importa igualmente abordar a questão do recuo nos apoios adicionais anunciados por este executivo. O envelope financeiro agora inscrito nesta proposta, embora relevante para intervenções previstas, não pode ser apresentado como substituto dos compromissos anteriormente comunicados às freguesias. Quando existem anúncios públicos de um valor adicional de financiamento, estes devem ser acompanhados de uma concretização formal, sob pena de se comprometer a capacidade de planeamento das juntas e das uniões de freguesia.----------

---------As freguesias aprovam orçamentos, estabelecem prioridades e assumem elas próprias responsabilidades perante as comunidades. Qualquer alteração posterior a compromissos previamente comunicados pode comprometer a sua capacidade de planeamento e limitar a execução das iniciativas previstas.---------

---------A confiança entre instituições constrói-se através da estabilidade, da transparência e do cumprimento dos compromissos publicamente assumidos. Por essa razão, defendemos que os apoios adicionais devem ser formalizados de protocolos ou contratos comparticipação, tal como este, garantindo maior segurança jurídica e de uma relação equilibrada entre o município e as freguesias.----------

---------A Iniciativa Liberal votará favoravelmente esta proposta, deixando, contudo, um princípio claro: a cooperação entre diferentes níveis da administração pública exige regras definidas, compromissos consistentes e

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

respeito para a autonomia do poder local.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado independente, João Araújo.----------

DEPUTADO IND – João Araújo – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Na minha intervenção na sessão do passado dia vinte e sete de fevereiro, na qual falei enquanto membro desta Assembleia Municipal, mas também enquanto presidente de junta de freguesia de Moure, estando nessa altura em discussão e votação os pontos cinco, seis e sete sobre transferências financeiras para as freguesias no valor global de sete vírgula sete milhões de euros, referi que, e passo a citar:----------

---------"Para mim, enquanto autarca, é irrelevante se as transferências financeiras correspondem a duzentos ou trezentos por cento do FFF. O que importa é a distribuição por um critério igual para todas as freguesias, com base no FFF, e depois outras transferências financeiras serem feitas em função das necessidades específicas de cada freguesia".----------

---------Hoje, estou aqui novamente, e com o mesmo espírito, para apreciar a transferência de comparticipações financeiras para as freguesias num valor aproximado de um vírgula dois milhões de euros, numa área que tanto se fala, critica e lamenta com a falta de investimento nas redes públicas de saneamento e drenagem de águas pluviais.----------

---------Se o modelo de gestão encontrado pelo executivo municipal e as juntas de freguesia é o que melhor responde à eficiência e eficácia no período temporal ajustado à sua execução, fico satisfeito que assim seja, pelo regresso ao investimento em infraestruturas durante muitos anos votadas ao abandono.-

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------E tenho consciência de que existem freguesias com menor cobertura de saneamento, pelo que existem prioridades de investimento, mas, tal como estas, também Moure precisa de alargar a sua rede, pelo que esperamos ser também contemplados em breve, tal como certamente os ilustres colegas aqui presentes.----------

---------Com reparo: não me preocupo se é a junta das freguesia a efetuar o trabalho ao município; o que importa é que seja feito.----------

---------É com este espírito de cooperação, de proximidade e respeito institucional que sempre irá prevalecer na defesa do bem-estar, da qualidade de vida de quem em mim confiou, que voto favoravelmente este ponto quatro da ordem do dia.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas, Público aqui presente.----------

---------Muito têm falado sobre o financiamento das freguesias e da transferência de verbas do executivo para as freguesias, o chamado FFF, o Fundo de Financiamento das Freguesias.----------

---------Mas talvez estejamos a discutir a questão errada. O LIVRE não entende que o debate se deva resumir a saber se foi mantido ou abandonado o modelo utilizado nos anos anteriores. O que nos preocupa é saber quais são hoje os critérios de financiamento das freguesias e se esses critérios são transparentes, previsíveis e, acima de tudo, equitativos.----------

---------Da análise que realizamos aos contratos Interadministrativos, contratos de execução e comparticipações financeiras atribuídos ao longo de dois mil e vinte e seis, verificámos que existe uma diferença muito significativa entre o

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

financiamento base das freguesias e o valor que acabam por receber através de comparticipações extraordinárias.----------

---------A título de exemplo, e meramente exemplificativo, o caso de Roriz, no financiamento base, surge apenas na décima sétima posição nas freguesias, com apenas oitenta e oito mil euros. No entanto, através de comparticipações financeiras aprovadas ao longo do ano, recebeu já cerca de quatrocentos e noventa e sete mil euros, tornando-se a freguesia com o maior volume de comparticipações extraordinárias.----------

---------As obras poderão até ser feitas e mais céleres se forem executadas pelas juntas de freguesia. Não é isso que está em causa. O que podemos é apresentar essas verbas como simples financiamento das freguesias quando, em muitos casos, estamos perante obras que correspondem às responsabilidades e às estruturas do município, havendo sobretudo uma transferência da execução e das responsabilidades para as juntas.----------

---------Não estamos a dizer que essas obras não são necessárias. Não estamos a dizer que essas freguesias não merecem esses investimentos. O que estamos a perguntar é outra coisa, é quais é que são os critérios? Porque quando uma parte tão relevante do financiamento das freguesias depende das comparticipações atribuídas ao longo do ano, a Assembleia Municipal e os próprios presidentes da junta têm o direito de saber quais são os critérios da atribuição. As freguesias precisam de previsibilidade, obviamente, para planear a sua ação e elaborar os seus orçamentos. E estas transferências exigem que os critérios sejam conhecidos por todos e que sejam claros e objetivos.----------

---------Por isso, reforçamos a nossa pergunta, senhor presidente da câmara. Quais são os critérios objetivos que justificam a atribuição das comparticipações financeiras extraordinárias aprovadas ao longo de dois mil e vinte e seis?----------

---------Aqui está em causa a transparência, a justiça social e a coesão territorial. E essa é a nossa única questão.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

----------Senhor deputado Nélson Brito, do Partido Socialista, tem agora a palavra, por favor.----------

DEPUTADO DO PS – Nélson Brito – Muito boa noite, Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------O que está aqui em causa hoje, e neste ponto em concreto, é fácil, estamos todos de acordo. Estamos a falar de cerca de um vírgula dois milhões de euros de investimento em saneamento ou drenagem de águas em locais, obviamente, onde isso não existia ainda.----------

---------E não vale a pena, vou gastar só dez segundos com isto, estarem sempre a falar do zero metros ou menos cinco metros, porque a herança que o PSD deixou em dois mil e nove, na dívida municipal, foi absolutamente monstruosa. Agora estão com o rei na barriga porque ganharam as eleições com muito avanço, sim senhor, legítimo, mas não se esqueçam que, em democracia, isto são ciclos, e, portanto, não digam coisas que depois venham a arrepender-se no futuro ou, se calhar, não se arrependem. Portanto, só para rematarmos em relação ao passado, porque a diferença de tempos é bastante grande e não dá para estar aqui a responder.----------

---------Em relação a esta questão, o que está a ser dito e o que eu questiono diretamente o senhor presidente da Câmara é há ou não há, não está em causa os milhões que transferem para as freguesias, aqui é um vírgula dois, mas este um vírgula dois milhões que transferem para as freguesias é uma obra municipal, e, portanto, se a partir de agora qualquer obra é transferir para as freguesias, no fim vem o seu deputado Alexandrino Ribeiro, que vai ter que comprar uma folha A três ou A dois, porque o gráfico não vai caber, porque ele

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

vai crescer até ao infinito, porque a Câmara não investe, mas as freguesias investem tudo. Por amor de Deus, vamos ser sérios e realistas e transparentes, e com os presidentes junta, porque eles aqui, tirando um ou outro caso, que vem aqui, digamos, aplaudir, mas aqueles que de facto pensam uma crítica não a vem aqui dizer como é óbvio e é completamente compreensível, mas a verdade é que não deixam de pensar, porque eles são pessoas com inteligência e com capacidade de raciocínio. E o que está aqui em causa, senhor presidente, é saber se as transferências que são feitas para as juntas, completamente independentes de critérios políticos, se essas estão a aumentar ou estão a diminuir, em termos relativos, em relação ao total das transferências que a Câmara faz. Porque a ideia que eu tenho é que a Câmara está a transferir mais dinheiro, mas essas transferências são através daquilo que são projetos e investimentos que dependem de decisão da Câmara e depois a Câmara escreve aqui que transfere para a freguesia e pronto, acabou. Mas isto é que dá autonomia aos presidentes de junta? É com isto que eles planeiam o seu orçamento e assumem responsabilidades com os seus fregueses? Com certeza que não é e, portanto, é isto que está aqui em causa.----------

---------E dito isto calo-me, porque já acabou o tempo.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Miguel Pereira, do Partido Social Municipal.----------

DEPUTADO DO PSD – Miguel Pereira – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e União de Freguesia, Caríssimo Público, Comunicado Social e todos os que nos acompanham via web.----------

---------A proposta que hoje discutimos e votamos é mais uma demonstração,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

uma visão política clara que o concelho de Barcelos tem uma visão que reconhece as freguesias com parceiros essenciais do desenvolvimento local e que lhes dá meios necessários para responder às necessidades das populações.----------Falámos muitas vezes de proximidade, mas a proximidade não se faz apenas com discursos. Faz-se com confiança, com responsabilidade, transparência e, sobretudo, com recursos.----------E os números falam por si.----------O Município de Barcelos comparticipa atualmente as suas freguesias com um montante correspondente a duzentos por cento do Fundo de Financiamento de Freguesias, ou seja, o dobro da verba que o estado central atribui através do FFF.----------Com o compromisso assumido pelo Município, foi ainda mais longe.----------Nas reuniões desta Assembleia Municipal, realizadas em fevereiro e abril, foram aprovadas adendas que permitem atribuir comparticipações financeiras, no valor global, de três milhões oitocentos e noventa e um mil euros, concretizando e atribuindo a um terceiro Fundo de Financiamento das Freguesias.----------E hoje damos mais um passo importante com a proposta de atribuição de um vírgula dois milhões de euros. Para o investimento prioritário na rede de saneamento, o mar é fundamental para a qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento sustentável do território.----------Isto significa que, tendo em referência os cerca de dois vírgula seis milhões de euros que correspondem ao Fundo de Financiamento das Freguesias, atribuído pelo Estado, o Município de Barcelos terá de disponibilizar às suas freguesias até o final do primeiro trimestre de dois mil e vinte e seis um montante próximo dos cinco milhões de euros.----------E este é um sinal político inequívoco.----------É uma prova de que este executivo municipal acredita nas freguesias,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

confia nos seus autarcas e reconhece o trabalho que desenvolvem diariamente em benefício das populações.----------

--------Quem conhece o território sabe que muitas das pequenas e grandes obras que melhoram a vida das pessoas começam precisamente nas juntas freguesia. E é por isso que reforçar a sua capacidade de intervenção é reforçar a capacidade de resposta de todo o concelho.----------

---------A bancada que representamos entende que esta proposta prossegue um caminho de valorização do poder local, de coesão territorial e de investimento equilibrado em todas as freguesias do concelho.----------

---------Por isso, votámos favoravelmente esta proposta. Certos de que os recursos agora atribuídos se traduzirão em mais investimento, melhores serviços e mais qualidade de vida para os barcelenses.----------

---------Dado que ainda tenho alguns segundos, gostaria de dizer o seguinte:------

---------É o meu primeiro mandato, fiz um plano exatamente daquilo que era os trezentos por cento do Fundo de Financiamento de Garantia. Estabeleci com prioridades para a minha freguesia, com o meu executivo, daquilo que pretendia e até ao momento não me sinto defraudado em um milímetro daquilo que foi a referência que estabelecemos.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor presidente da Câmara.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Eu gostava de começar por dizer que em nenhum lugar do mundo que eu conheça mais obra, mais investimento se traduz em menos transferências de verbas para as freguesias. Isto não existe. Isto é uma ficção. Isto é uma mentira.-

---------Tenho pena que o senhor deputado Vítor Hugo não tenha vindo aqui explicar aquela narrativa que dizem que houve uma diminuição de cinquenta

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

por cento das transferências para as juntas freguesia, dando a ideia, que depois é seguida até pelo anterior presidente da Câmara que escreve um artigo a dizer isso mesmo, enganando-o, porque ele acreditou na vossa opinião.----------

---------O FFF para Barcelos, para o total das freguesias, são dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, novecentos e quarenta e cinco euros. Os duzentos por cento são mais cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil, oitocentos e noventa euros. O que quer dizer que este valor é transferido na íntegra, exatamente igual ao que era antigamente, duzentos por cento, da seguinte forma: através de um contrato interadministrativo, um FFF; acordo de transferência de recursos, um FFF. Transparência e equidade. Senhor deputado Jorge Araújo, estes protocolos, ou estas adendas, não vinham à Assembleia Municipal. Connosco vêm todos à Assembleia Municipal, dizendo a freguesia X recebe-se Y para a obra Z. Isto é transparência.----------

---------Depois, porque é que fizemos esta distribuição? Um FFF para o contrato Interadministrativo e um FFF para acordo de transferência de recursos? Para ajudar e facilitar os orçamentos das juntas de freguesia. Porquê? Porque havia ali uma margem que não se sabia se era despesa de capital ou se era despesa corrente. O que é que nós sugerimos aos senhores presidentes de junta numa lógica de colaboração? Que um dos FFF fosse aplicado em obras e em despesa de capital, investimento. Isto é absolutamente transparente e igual e foi transmitido aos senhores presidentes de junta. Isto aqui é absolutamente claro.-

---------Quanto à questão dos critérios, a coligação, nos nossos compromissos eleitorais, dissemos que transferíamos pelo menos três FFF para as juntas de freguesia: dois através do protocolo e o outro através, já o disse aqui nesta Assembleia Municipal, de compensações evidentes. Se eu tenho uma freguesia intervencionada com uma escola, uma creche, um centro de saúde, eu tenho que compensar outras freguesias. Isto é gestão, isto é coesão territorial, isto é boa gestão. E, a propósito disso, só nos primeiros seis meses nós já

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

transferimos, com verbas transparentes e com indicação clara qual era a freguesia e qual era o objetivo concreto, mais de cinco milhões. Ou seja, nós em seis meses não só demos um terceiro FFF como demos um quarto FFF. E não parou aqui por uma razão muito simples: porque nós temos atenção e cuidado e elegemos os presidentes de junta como parceiros fundamentais na estratégia de desenvolvimento do nosso concelho.----------

---------E isto tem a ver com outra realidade que é muito importante. Se nós temos um orçamento mais robusto de sempre, alavancado, é certo, em fundos comunitários e PRR, nós naturalmente temos que ter o cuidado, a atenção e o respeito pelos barcelenses de podermos alocar as verbas que couberem ao município, participar nos investimentos que queremos fazer, naquelas várias áreas que há pouco referi: saúde, educação, habitação, rede de água e saneamento, rede viária. Nós também temos que perceber que se esse desenvolvimento está a acontecer pelo concelho, nós temos que arranjar outras estratégias para podermos ter a coesão territorial que se pretende. Isto são os critérios objetivos. Não há aqui sofismas quaisquer, não há aqui assim malabarismos. É claro e transparente como água, senhor deputado.----------

---------E mais, a relação com as juntas freguesia tem que ser vista a três níveis: intervenção direta, intervenção direta do município, intervenção em parceria com a junta de freguesia e, ambos, encontramos aqui parcerias que possamos colaborar os dois na mesma realidade.----------

---------Há bocado eu disse que era exatamente igual ao protocolo do Partido Socialista, mas enganei-me, porque nós retirámos uma das competências para aliviar as juntas de freguesia para ter a mais verba disponível, que foi os parques infantis das escolas, a conservação, recuperação e colocação. Retirámos do protocolo que existia no tempo Partido Socialista exatamente para aliviar. E fizemos uma outra adenda. Quem tem escolas do segundo e terceiro ciclo, quem tem centros de saúde teve uma compensação adicional para poder fazer

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

a sua limpeza, porque é justo que assim acontecesse.----------

---------Outra situação, fizemos nós a entrega de grades por todas as juntas de freguesia e vamos fazer a entrega também de abrigos nas freguesias que precisam, abrigos de passageiros. Porquê? Porque entendemos que é fundamental estarmos atentos, diligentes e em parceria com as juntas de freguesia.----------

---------Eu desafio novamente o deputado Vítor Hugo a vir cá dizer onde é que nós tirámos cinquenta por cento nos protocolos às juntas de freguesia.----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos então passar à votação da proposta da Câmara Municipal de concessão à atribuição de comparticipações financeiras às freguesias e uniões de freguesias!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e oito PSD, vinte e nove PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L, vinte e dois IND).----------

---------O Partido Socialista vai apresentar uma declaração de voto escrita.---------

---------Mais alguém vai? O Todos os Barcelos também.----------

---------Vamos passar ao ponto cinco da ordem de trabalhos: discussão e votação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos.----------

---------Inscrições para este ponto, por favor!----------

---------Tenho a palavra a senhora deputada Cátia Silvestre, Partido Socialista.----

DEPUTADA DO PS – Cátia Silvestre – Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras e Senhores

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Vereadores, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Senhoras e Senhores Deputados, representantes da Comunicação Social, Público aqui presente e aqueles que nos seguem à distância.----------

---------O Partido Socialista considera, antes de mais, que é importante termos garantias quanto ao término das obras do nosso mercado municipal e a respetiva abertura no próximo dia trinta e um de agosto!----------

---------Já tivemos anteriores promessas de datas e nenhuma se concretizou. Primeiro foi abril, depois maio.... aguardemos que seja em agosto.----------

---------Foi demasiado tempo sem um equipamento estruturante para o comércio tradicional de Barcelos!----------

---------Chegados aqui, a questão política que deve ser colocada não é apenas se existe um regulamento!----------

---------A questão é se este regulamento responde aos problemas criados ao longo dos últimos anos e às perspetivas do futuro que pretendemos para um mercado moderno, dinâmico e aberto à cidade e às pessoas.----------

---------Assim, importa perguntar:----------

---------Está efetivamente o mercado preparado para abrir?----------

---------Existem já operadores interessados em ocupar os espaços?----------

---------Quantos espaços se prevê que possam abrir logo na fase inicial?----------

---------Porque o mercado não vive só de um regulamento, vive de comerciantes, vive de produtores e vive de clientes.----------

---------Gostaríamos igualmente de perceber qual será o impacto das novas taxas sobre os comerciantes:----------

---------Qual será, na prática, o impacto dessas taxas para quem ali exerce ou pretende exercer atividade?----------

---------Os comerciantes pagarão mais ou menos?----------

---------Outra questão prende-se precisamente com aqueles que fizeram parte da história recente do mercado municipal.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Os comerciantes que ali exerciam atividade antes do encerramento terão algum mecanismo de salvaguarda ou prioridade no acesso aos novos espaços?--

---------Ou irão concorrer exatamente nas mesmas condições que qualquer novo interessado?----------

---------Finalmente, entendemos que o regulamento desta importância deveria prever igualmente mecanismos de monitorização da sua aplicação.----------

---------Está prevista alguma avaliação ao fim do primeiro ano de funcionamento?----------

---------Existe intenção de rever as taxas caso se verifique que constituem um obstáculo à ocupação dos espaços ou ao funcionamento do mercado?----------

---------Senhoras e senhores deputados,----------

---------O mercado municipal representa muito mais do que um edifício. Representa o comércio tradicional, os produtores locais e uma parte importante da identidade do nosso concelho e, por isso, deve ter um papel importante na dinamização cultural da cidade.----------

---------Esperamos, por isso, que esta nova fase seja acompanhada de diálogo com os comerciantes e de uma verdadeira estratégia de dinamização do mercado, para que este investimento público corresponda às expectativas que os barcelenses legitimamente criaram ao longo destes anos e que responda às necessidades futuras enquanto polo cultural e comercial do nosso concelho.-----

---------Muito obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhora deputada, muito obrigado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses que nos acompanham aqui e nas redes sociais.----------

---------A Iniciativa Liberal encara a reabertura do mercado municipal Barcelos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

como um momento relevante para a vida económica local e para a reutilização do comércio tradicional.----------

---------No entanto, uma boa decisão política não se mede apenas pela sua legalidade, mas também pela justiça na aplicação.----------

---------E é precisamente neste ponto que se centra a posição da Iniciativa Liberal.----------

---------Os comerciantes que irão regressar ao mercado municipal fazem-no depois de atravessarem um período excecional marcado pela instalação em condições provisórias e da qual corretamente beneficiaram de uma isenção de taxas. Esta realidade não pode ser ignorada num momento de transição para um novo regime regulamentar.----------

---------Por outro lado, importa questionar de que forma este regulamento foi construído e de qual o grau de participação dos principais interessados. Apesar do estudo ser realizado pelo Instituto Politécnico do Cávado e Ave, é mencionado que não existiu nenhuma sugestão ou reclamação na discussão pública.----------

---------O regulamento desta importância, que terá impacto direto na atividade económica local, principalmente neste mercado, deve ser elaborado com a auscultação pública dos comerciantes do mercado, garantindo que as soluções adotadas respondem efetivamente às necessidades daqueles que vão utilizar este espaço diariamente. Esperamos que não estejamos outra vez com um caso semelhante ao do "processo de regulamento geral de estacionamento e parqueamento do conselho de Barcelos".----------

---------Neste contexto, a Iniciativa Liberal gostaria de colocar duas questões concretas ao executivo municipal.----------

---------Primeiro, abertura do mercado a trinta e um de agosto será apenas para comerciantes ou será finalmente um mercado aberto ao público? É que, em bom rigor e segundo o orçamento e o plano orçamental, o mercado municipal

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

estará aberto ao fim deste mês, mas algo que nos diz em que moldes nada é especificado sobre a sua reabertura.----------

---------Segundo, e mais premente, senhor presidente: quando é que este documento será efetivamente submetido à publicação em Diário da República e quando está previsto a sua efetiva aplicação no mercado?----------

---------A Iniciativa Liberal entende que este regulamento é uma oportunidade, mas não pode ser uma oportunidade perdida. Não podemos colocá-lo a funcionar sem um aviso prévio e sem o envolvimento dos interessados e a comunidade no geral.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Senhora deputada Patrícia Vilas Boas, deputada independente, tenha a bondade.----------

DEPUTADA IND – Patrícia Vilas Boas – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Presente para discussão e votação o regulamento da organização e funcionamento do mercado municipal de Barcelos, este instrumento regulamentar é muito importante para agilizar, organizar e disciplinar um espaço que se foi degradando ao longo dos anos e que urge tomar as medidas adequadas para o seu normal funcionamento.----------

---------E surge num momento certo, porque como tem sido dado a conhecer publicamente pelo executivo municipal, a abertura para o renovado mercado vai proporcionar uma melhor adaptação dos serviços a prestar, quer aos agentes económicos, quer ao público em geral.----------

---------Nesse sentido, o novo espaço vai proporcionar uma melhoria das condições de higiene e segurança alimentar, em cumprimento das normas de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

garantia e defesa da saúde pública;----------

---------Uma organização mais adaptada, com a atividade dos operadores económicos;----------

---------E uma requalificação do espaço envolvente, com a criação de novas áreas públicas.----------

---------Adicionalmente, o regulamento agora em discussão e votação apresenta, também uma nova tabela das taxas a pagar, nas diversas modalidades de ocupação do espaço, e é de assinalar que mesmo com este avultado investimento, as taxas se mantenham praticamente inalteradas, e quando há diferenças, são marginais às anteriores, ou praticamente sem qualquer impacto nos custos.----------

---------Por último, salientar que o executivo municipal tem mantido a isenção das taxas na ocupação dos espaços provisórios, e tal como tem anunciado publicamente, e já o transmitiu aos seus operadores, será avaliada a isenção por mais um ano, após a abertura, de forma a compensar os prejuízos dos operadores e o incentivo para proporcionar naquele espaço a dinâmica que outrora se fez sentir.----------

---------Em face de tudo o que disse, voto favoravelmente a presente proposta, em sintonia com os demais parceiros da Coligação PSD, CDS e BTF.----------

---------Muito obrigada.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada.----------

---------Senhor Deputado António Ribeiro, do CDS-PP, tenha a bondade.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Barcelenses.----------

---------O CDS votará favoravelmente a proposta de aprovação do novo regulamento de organização e funcionamento do mercado municipal de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Barcelos.----------

---------Em primeiro lugar, porque se trata de uma atualização necessária. O regulamento anterior encontrava-se desajustado, face à evolução do enquadramento legal e à realidade atual do comércio local. Esta revisão permite dotar o mercado municipal de regras mais claras, mais transparentes e mais adequadas às exigências atuais.----------

---------Em segundo lugar, porque o mercado municipal é muito mais do que um espaço de venda. É um ponto de encontro entre produtores, comerciantes e consumidores, um elemento identitário do nosso concelho e um instrumento importante de dinamização econômica e social. Garantir o seu bom funcionamento é também valorizar os produtos locais, apoiar os pequenos operadores económicos e preservar uma tradição que faz parte da nossa comunidade.----------

---------Importa igualmente destacar que o regulamento foi acompanhado por um estudo de fundamentação económico-financeira, das taxas aplicáveis, assegurando o respeito pelos princípios da legalidade, da proporcionalidade e da equivalência. É importante que os utilizadores do mercado tenham a confiança de que as taxas cobradas assentam em critérios objetivos e devidamente fundamentados.----------

---------Naturalmente, a aprovação deste regulamento não encerra o trabalho que deve ser desenvolvido em torno do mercado municipal.----------

---------Continuaremos a defender a sua valorização, a promoção da sua atratividade comercial, a melhoria contínua das condições oferecidas aos comerciantes e aos consumidores e a afirmação deste espaço como uma referência no concelho de Barcelos.----------

---------Mas hoje estamos perante um passo importante: a criação de um quadro regulamentar atualizado, mais claro e mais adequado aos desafios atuais.---------

---------Por isso, entendemos que esta proposta serve o interesse público,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

contribui para uma gestão mais eficiente do mercado municipal e reforça as condições para a sua sustentabilidade futura. Assim, acompanharemos a sua aprovação.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE, tem agora a palavra.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Senhor presidente, em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------São boas notícias o facto de o mercado reabrir, Uma obra inaugurada em mil novecentos e sessenta e nove, em dois mil e vinte surgiram obras de reestruturação que deviam demorar três anos.----------

---------Neste momento já passaram seis e eu felicito se é realmente o caso que vai ser inaugurada no dia trinta e um de agosto. Portanto, acho que é de louvar e agradecemos que isso aconteça, eu como barcelense e todos os barcelenses.--

---------Realmente, o mercado é a alma de uma cidade, muito mais Barcelos, que tem uma das feiras mais antigas. É uma cidade que sempre viveu de mercados, desde o século treze e catorze. Até havia a famosa medida de Barcelos nos cereais. Portanto, é uma cidade que sempre teve essa tradição de pequeno comércio, sempre fez parte da alma da cidade, da alma das pessoas.----------

---------É importante também que este mercado consiga transmitir e passar esta parte, não só da tradição e de uma certa identidade que temos aqui no território, mas também ter essa capacidade de valorizar aquilo que é a cultura local, os produtos locais e numa altura em que tanto se fala em descarbonização, tanto se fala em quilómetro zero naquilo que são os produtos alimentares. Espero que este seja mais um foco de dinamismo dessa mesma dinâmica local.----------

---------Duas questões que gostávamos de pôr aqui e nós lemos o regulamento, o Regulamento Técnico, obviamente que o LIVRE vai votar a favor, mas dois

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

pontos importantes que gostávamos de referir.----------

---------Um tem a ver com as situações de força maior que podem levar ao encerramento. Nós compreendemos que, e isso está espelhado no artigo catorze do regulamento, que é possível fazer um encerramento por questões de força maior, e ainda por cima no mundo atual com tantas alterações e tantas mudanças muito rápidas, mas também este regulamento é omisso em relação, e até ilibando a câmara, de qualquer indeminização por parte desse encerramento. Se calhar era importante ter acautelado aqui eventuais casos de encerramento, algumas contrapartidas para os comerciantes.----------

---------Outro tem a ver com as taxas pagas. Eu percebo que as taxas foram feitas segundo um estudo, e não estamos a pôr isso em causa, mas se calhar numa fase inicial deviam ser acompanhadas de perto pelo município, em estreita colaboração com os comerciantes, com quem lá vende. Neste momento de transição, para perceber se essas mesmas taxas aplicadas são suportadas, existe um esforço maior, tendo em conta que estamos a falar de uma obra que está no centro da cidade, em zonas com difícil estacionamento. Perdeu-se se calhar também ali um bocado o hábito de ir a esse mercado, e é importante também que se faça uma campanha de comunicação, já que às vezes a comunicação não é o forte quando se faz alterações aqui na cidade.----------

---------É importante também fazer uma boa campanha de comunicação, que promova a participação e a utilização deste equipamento, e que atraia as pessoas novamente para os mercados locais, e para a valorização daquilo que são os produtos de que nós fazemos de melhor, os produtos de mercado e os produtos agrícolas.----------

---------Neste caso, obviamente que o LIVRE votará a favor, e espero mesmo que as portas sejam abertas a trinta e um de agosto.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Tem a palavra o senhor deputado José Rosa, do Todos Barcelos.----------

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente, permita-me, uma vez mais, que na sua pessoa renove os cumprimentos a todos os presentes.----------

---------Este regulamento está bem feito, bem estruturado, rigoroso. É quase tudo aquilo que o mercado não conseguiu ser.----------

---------Se quiséssemos contar a história completa do mercado, provavelmente precisávamos de uma Assembleia Municipal extraordinária, e com um bocado de sorte não chegaria. Mas há episódios e falhas que dispensam explicações longas, mas merecem ser referidas, e cujas responsabilidades não podem ser ignoradas. Bancas viradas para a parede, talvez para promover a meditação dos comerciantes, espaços de frio sem azulejo nas paredes, uma inovação na área da higiene, falta de grades de segurança no piso superior, e até entrada principal, que simplesmente não foi contemplada na obra.----------

---------Ou seja, pequenos detalhes. Aqueles detalhes que, curiosamente, fazem toda a diferença quando alguém quer usar o espaço. E fazendo um pequeno exercício de comparação com outros mercados vizinhos, vemos o seguinte:-------

---------Famalicão, reabilitação do mercado concluída em dois anos;----------

---------Guimarães, um novo mercado construído em ano e meio;----------

---------Braga, reabilitação do mercado em cerca de ano e meio;----------

---------Esposende, reabilitação do mercado dois anos;----------

---------Viana do Castelo, novo mercado em construção, prazo de dois anos, em princípio será cumprido;----------

---------Barcelos, reabilitação. Fechou, em dois mil e dezanove, e até agora, sete anos e três meses. Ok, Dir-me-ão, estes que eu elenquei são pequenos. Vamos comparar então com o mercado de Bolhão.----------

---------Em quatro anos, obra concluída. Dois mil e dezoito a dois mil e vinte e dois. E por que não falar do mercado de Matosinhos? Uma âncora no centro

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

urbano, um conceito diferenciador, onde temos restauração, onde comemos o peixe que comprámos no próprio mercado, inclusivamente atividades culturais.----------Nada contra o regulamento. Pelo contrário, é necessário, útil e deve ser aprovado. O essencial agora é garantir que o futuro não repete os erros do passado, porque o mercado não vive de artigos, vive de pessoas e essas não precisam de um regulamento perfeito para um espaço imperfeito. Precisam, isso sim, de um mercado que funcione.----------

----------Barcelos não precisa de mais tentativas, precisa de acertar. Esperemos que desta vez seja de vez.----------

----------Votarei favoravelmente com declaração de voto escrita.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

----------Senhor deputado José Padrão, Partido Social Democrata, tem a palavra.--

DEPUTADO DO PSD – José Padrão – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadoras, Senhores Presidentes de Junta, Público, Barcelenses, Comunicação Social.----------

----------Sobre os detalhes, que não são por maiores, são por menores, que o senhor deputado José Rosa referiu, eu gostaria de saber quem era o responsável por isso, que ele não referiu.----------

----------Também começo por lamentar que, mais uma vez, zero contributos na sessão pública.----------

----------E o ponto que apreciamos, não é apenas um regulamento administrativo, é um instrumento essencial para garantir que o novo mercado municipal funciona com regras claras, transparentes, modernas e juridicamente sólidas.----

----------Durante muitos anos, Barcelos aguardou um mercado municipal à altura da sua história, da sua tradição comercial e da importância que este equipamento representa para o comércio local, para os produtores e para os consumidores.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Agora que o mercado entra numa nova fase, era indispensável o dotá-lo de um regulamento atualizado, adequado à legislação em vigor e às exigências de um equipamento moderno.----------

---------Aliás, esta proposta não resulta de uma opção política isolada, resulta de uma imposição legal, uma vez que o regime jurídico de acesso e exercício das atividades de comércio determina que os mercados municipais disponham de regulamento próprio aprovado em Assembleia Municipal.----------

---------Mas este regulamento vai muito além do simples cumprimento da lei.-----

---------Estabelece regras objetivas para atribuição dos espaços, de fim de direitos e deveres dos operadores, garante igualdade de oportunidades, reforça a transparência através de procedimentos públicos e cria mecanismos que asseguram uma gestão mais eficiente e responsável do mercado.----------

---------Importa também destacar outro aspeto particularmente relevante.--------

---------As taxas agora propostas não foram fixadas de forma arbitrária, são sustentadas por um estudo económico-financeiro por curiosidade elaborado pelo IPCA, especificamente por este efeito que demonstra a sua proporcionalidade, razoabilidade e conformidade com o regime geral das taxas das autarquias locais. Este estudo procura equilibrar a sustentabilidade financeira do equipamento com a sua função social e económica, valorizando simultaneamente o comércio tradicional e os produtores locais.----------

---------Por isso, quem hoje votar favoravelmente esta proposta está a votar por um mercado municipal mais organizado, mais transparente, mais competitivo e com melhores condições para servir quem nele trabalha e todos os barcelenses.----------

---------Este regulamento cria estabilidade para os operadores económicos, reforça a confiança dos utilizadores e valoriza um equipamento público que constitui um elemento central da identidade comercial de Barcelos.----------

---------Senhoras e Senhores Deputados,----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Governar também é preparar o futuro. E preparar o futuro significa criar regras justas, claras e duradouras.----------

---------É precisamente isto que este regulamento faz.----------

---------Por essas razões, o grupo municipal do PSD votará favoravelmente esta proposta porque acreditamos que elá representa um passo importante para a valorização do mercado municipal e para o fortalecimento da economia local.---

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

----------Senhor presidente da Câmara, tem a palavra, por favor.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia novamente.----------

---------Começo por dizer ao senhor deputado Luís Rosa que este documento naturalmente teve discussão pública, consulta pública e quem quis pronunciar-se naturalmente teve a oportunidade de o fazer. Com certeza que também foram escutados e foram contactados os comerciantes e lojistas que estão no mercado provisório.----------

---------Relativamente às questões da senhora deputada Cátia Silvestre, o regulamento esclarece todos eles, todas as dúvidas que coloca. Desde a tipologia, os custos, a taxa, o porquê da taxa, qual é a estrutura de custos que foi apurada e qual é a dinâmica que está prevista.----------

---------Naturalmente que o objetivo é que seja ocupado na íntegra, neste momento, em alguns setores, temos já lista de espera, noutros ainda há algumas vagas, mas a seu tempo será ocupado.----------

---------Naturalmente também que o senhor deputado José Rosa quis, ao seu estilo, brincar com uma situação que é uma situação muito séria e que importa que os barcelenses saibam. Porque o mercado municipal e as obras do mercado municipal têm uma história e naturalmente muitas vezes por demagogia política, por tentar passar uma mensagem diferente da realidade, confunde-se

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

tudo. Aquilo que o senhor deputado José Rosa disse é verdade e é por isso que nós tivemos que fazer um novo concurso.----------

---------E deixem-me historiar, em dois mil e oito o projeto de autoria do senhor Arquiteto José Carlos Loureiro, um dos grandes homens da arquitetura portuguesa, foi aprovado em reunião de Câmara o projeto de execução para a recuperação do mercado – dois mil e oito. Em janeiro de dois mil e dezanove o executivo socialista fez novamente uma aprovação para ir a concurso público e foi remetido para o Tribunal de Contas em trinta e um de julho de dois mil e dezanove. Portanto, a partir daí estava em condições de começar a obra. Só que o Partido Socialista esqueceu-se de duas coisas fundamentais:----------

---------Primeira, revisão do projeto. Um projeto de dois mil e oito com a alteração legislativa que existiu até dois mil e dezanove não está adequado à nova realidade. E depois isso paga-se em obra. E foi o que aconteceu.----------

---------Mas também estava previsto em dois mil e oito a construção de um parque subterrâneo no Campo de São José que iria, naturalmente, dar suporte e oportunidade de mobilidade, mais uma vez é de mobilidade que estamos a falar, é ter uma perspetiva de futuro e ter estratégia de desenvolvimento, e o Partido Socialista pura e simplesmente retirou essa possibilidade. E isto tem, naturalmente, custos e impactos na mobilidade.----------

---------O que acontece é que essa obra que foi a concurso, que foi visada pelo Tribunal de Contas, foi na íntegra cumprida.----------

---------Só que depois, em dois mil e vinte e três, quando a obra estava para ser concluída em abril de dois mil e vinte e três, eu convidei todos os senhores membros da Assembleia Municipal, os líderes parlamentares, a acompanhar-me numa visita ao mercado e lá, *in loco*, constatamos que não era possível abrir porque não cumpria as regras regulamentares das novas exigências legais. Desde logo, o pavimento interior, o pavimento exterior, guardas de proteção, as questões caricatas que há pouco o senhor deputado José Rosa falou que ele

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

tomou nota quando estava lá a ver o que faltava, o tratamento de muretes, o tratamento urbanístico no Largo da Madalena junto à entrada principal da Rua Filipa Borges e, naturalmente, também toda a identificação e sinalização que é obrigatória. Isto originou o quê? Que nós tivéssemos que fazer um segundo concurso que foi lançado de imediato, no final do verão de dois mil e vinte e três, que ficou deserto. Ficou deserto, não houve concorrentes.----------

---------Não havendo concorrentes, tivemos que rever o projeto, rever os custos e lançar um novo projeto. Esse projeto foi lançado e foi iniciada a obra em outubro/novembro de dois mil e vinte cinco. Está concluída ou está prestes a ser concluída e será inaugurada no dia trinta e um de agosto.----------

---------Esta história é importante para as pessoas perceberem que estes tempos que o senhor deputado José Rosa aqui falou têm responsáveis e nós temos que os apontar naturalmente, mas também temos que perceber que o nosso mercado ficou amputado de uma solução que iria permitir mobilidade. Isto é estratégia. Isto é desenvolvimento. Isto é uma visão de futuro que não foi conseguida com a decisão que o Partido Socialista tomou e que tem impacto.----

---------Este regulamento, e voltando aqui que é o que importa, aliás, no nosso orçamento nós já previmos uma redução de taxas. No orçamento aprovado em dezembro nós previámos uma redução de taxas precisamente para incentivar neste primeiro ano os lojistas, os comerciantes a poderem ter uma recuperação do seu investimento inicial e para também atrair mais pessoas para o mercado. Isso vai ser uma realidade, está prevista no orçamento e assim irá acontecer.-----

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos passar à votação do Discussão e votação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e oito PSD, vinte e nove PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte IND).----------

---------Fica registado em ata a declaração de voto do Todos Barcelos.----------

---------Vou passar ao ponto seis da ordem de trabalhos, que é: a votação do Regulamento do Cartão Barcelos Sessenta e Cinco Mais do Município de Barcelos.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses que nos acompanham aqui ou nas redes sociais.----------

---------A Iniciativa Liberal saúda e reconhece a importância do regulamento do cartão Barcelos sessenta e cinco mais. Este é um instrumento que promove o envelhecimento ativo, valoriza a autonomia dos nossos seniores e facilita o acesso a bens e serviços essenciais, muitas vezes a custos reduzidos ou gratuitos. E é, sem dúvida, uma medida justa e necessária.----------

---------No entanto, permita-me sublinhar um ponto crítico: a eficiência deste regulamento não depende apenas da sua existência, mas sim da sua capacidade de chegar a quem precisa. E o público-alvo - os nossos munícipes com mais de sessenta e cinco anos - é reconhecidamente um grupo com o maior défice de utilização das novas tecnologias. Muitos não navegam na internet, não acedem às redes sociais, nem consultam regularmente o site da Câmara Municipal ou o boletim eletrónico.----------

---------É por isso que defendemos que a verdadeira divulgação deste cartão tem de ser feita no terreno de forma próxima e personalizada. E é aqui que as juntas de freguesias, as comissões sociais interfreguesias da rede social de Barcelos,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

têm um papel absolutamente central e são eles que conhecem as realidades locais e que têm contacto direto com as nossas pessoas e idosas e que podem explicar, ouvir, esclarecer dúvidas e ajudar no processo de adesão.----------

---------A Iniciativa Liberal claramente apoia a medida, mas alerta. O sucesso do cartão Barcelos sessenta e cinco mais, mede-se pela adesão e pela satisfação dos seus destinatários. E isso só será possível com uma divulgação ativa, descentralizada e humana.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Tiago Dias, deputado independente.----

DEPUTADO IND – Tiago Dias – Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Colegas, Boa noite.----------

---------No ponto seis da ordem do dia, discutimos e votamos o regulamento do cartão sessenta e cinco mais do Município de Barcelos.----------

---------Último passo de um processo no âmbito da ação social, que vem responder às necessidades de um instrumento regulamentar e legal para capacitar os serviços da ação social, à tomada de decisões com outros parceiros e agentes económicos para conceder apoios a um escalão etário às vezes mais esquecido.----------

---------Este regulamento permite, assim, que os detentores do cartão sessenta e cinco mais, tenham acesso à aquisição de bens e serviços em condições mais vantajosas, adaptadas às necessidades de cada um dos aderentes.----------

---------Não obstante a diversidade dos apoios prestados pelo Município de Barcelos, através do pelouro e dos serviços da ação social, com impacto muito significativo no orçamento municipal, como demonstram os instrumentos financeiros do município, a aprovação deste regulamento demonstra a dinâmica e a inovação na busca de políticas de ação social em parceria com os demais

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

agentes da economia local.----------

---------Louvamos, por isso, esta iniciativa.----------

---------Em face de tudo o que disse, voto favoravelmente a presente proposta em sintonia com os demais parceiros da coligação PSD/CDS/BTF.----------

---------Muito obrigado e boa noite.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado António Ribeiro, do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro – Senhor Presidente da Assembleia, permita-me que em si renove os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Vivemos numa sociedade cada vez mais envelhecida. O aumento da esperança média de vida é uma conquista civilizacional na qual nos devemos orgulhar. No entanto, essa realidade traz também novos desafios sociais, económicos e de saúde que exigem respostas concretas por parte dos poderes públicos.----------

---------Ser idoso é, muitas vezes, um fator acrescido de vulnerabilidade. Falamos de pessoas que enfrentam maiores dificuldades de mobilidade, rendimentos mais limitados, isolamento social e, não raras vezes, problemas de saúde que condicionam o seu dia a dia. É precisamente nestes momentos que a comunidade deve demonstrar solidariedade e gratidão para com quem tanto contribuiu para o desenvolvimento das nossas freguesias, das nossas empresas, das nossas associações e das nossas famílias.----------

---------O cartão Barcelos sessenta e cinco mais constitui um instrumento simples, mas importante, para promover um envelhecimento ativo e saudável. Ao facilitar o acesso a bens e serviços, através de descontos e benefícios proporcionados por entidades aderentes, cria-se uma rede de apoio que valoriza os nossos seniores e incentiva a sua participação na vida comunitária.---

---------Mas esta medida tem também uma dimensão simbólica muito relevante. Transmite uma mensagem clara de que os idosos não são um peso para a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

sociedade. Pelo contrário, são um património humano, cultural e afetivo que merece o nosso respeito, reconhecimento e políticas públicas adequadas às suas necessidades.----------

---------O CDS-PP acredita numa sociedade que protege os mais vulneráveis, que promove a dignidade humana em todas as fases da vida e que não deixa ninguém para trás.----------

---------Votaremos favoravelmente o regulamento do cartão sessenta e cinco mais por considerar que esta é uma medida justa, necessária e que reconhece o valor daqueles que construíram o concelho que hoje temos.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE, tem a bondade de usar a palavra.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Muito obrigado, senhor presidente. Renovo em si os votos a todos aqui presentes.----------

---------O LIVRE parte do princípio fundamental que a velhice não é uma condição a esconder ou agir em silêncio, mas um desafio coletivo que exige respostas concretas assentes na inclusão social. Envelhecer com dignidade, participação e sentido de pertença deve ser uma prioridade das políticas e não uma aspiração residual ou alvo de medidas avulso para o parecer.----------

---------Neste sentido, o cartão sessenta e cinco mais é uma medida com potencial, mas corre o risco de se tornar apenas um agregador de benefícios já existentes, reunidos num único suporte físico sem valor acrescentado real. Para que este instrumento cumpra verdadeiramente o seu propósito, é necessário que vá além da forma e que se traduzem novas oportunidades de participação, mobilidade e bem-estar para os cidadãos com sessenta e cinco anos ou mais. Um cartão que apenas consolida o que já existe não é uma política, é uma embalagem.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------A verdadeira inclusão dos cidadãos seniores passa pela criação e manutenção de atividades contínuas, pensadas não apenas para os centros urbanos, mas também e sobretudo para os munícipes mais isolados, onde o envelhecimento e a solidão são mais acentuados nas freguesias e sem recursos ou quando os recursos são mais escassos. Não podemos consentir, por isso, que a política de envelhecimento se ignore precisamente aqueles que mais necessitam.----------

---------Por outro lado, é importante também relevar a preocupação de natureza burocrática.----------

---------Neste regulamento, temos o artigo décimo número dois, alínea c, agora em discussão, exige a apresentação de outro estado de residência emitido pela junta de freguesia. Hoje em dia, esses documentos e essa informação está disponível nas informações do cartão de cidadão e nas assinaturas de chave móvel digital, e era desnecessário talvez estar a criar esse peso de ter que ir à junta a fazer um documento de uma informação que já está disponível.----------

---------Em suma, a inclusão dos cidadãos de mais de sessenta e cinco anos não pode ser tratada como mero capítulo à parte das políticas públicas, e deve ser antes um indicador de saúde democrática, de coesão de um país, mas também de um município.----------E obviamente que o LIVRE defende que esta inclusão seja transversal, temporizada e contínua, recorrendo a, reconhecendo em cada cidadão sénior não um encargo, mas uma presença ativa e substituível no bem comum.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

----------Vamos passar à votação do Regulamento do Cartão Barcelos Sessenta e Cinco Mais do Município de Barcelos!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e dois PSD, vinte e quatro PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte IND).----------

---------Vamos então passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é: discussão e votação do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Não há inscrições.----------

---------Portanto, vamos votar o Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta PSD, vinte e quatro PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte IND).----------

---------Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é o ponto oito: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do contrato interadministrativo de legação de competências entre o Município de Barcelos e agrupamento de escolas e escola não agrupada para os anos letivos e escolares de dois mil e vinte seis/dois mil e vinte sete, dois mil e vinte e sete/dois mil e vinte e oito e dois mil e vinte e oito/dois mil e vinte e nove, com prorrogação até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e nove com a prorrogação a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte nove.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Senhor deputado José Ilídio Torres, então tem a palavra.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

DEPUTADO DO PSD – José Ilídio Torres – Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. ----------

---------A delegação de competências entre o município e os agrupamentos de escola e escola não agrupada por dia de contratos plurianuais constitui um importante passo na autonomia das direções para gerirem verbas e tomarem opções de continuidade que são garante da estabilidade e sustentabilidade dos projetos de cada agrupamento ou escola não agrupada.----------

---------O executivo confia no excelente trabalho dos diretores da gestão dos recursos que só não são mais elevados e há que dizê-lo aqui, devido ao imobilismo de anteriores executivos do Partido Socialista no âmbito da descentralização e delegação de competências.----------

---------Podiam não concordar politicamente com este desidrato mas essa posição não acautelou o futuro, estando o atual executivo a negociar com as entidades competentes o aumento de verbas a serem afetadas.----------

---------Barcelos tem os melhores resultados escolares do quadrilátero. É simultaneamente o concelho que menos alunos perdeu - razões para confiar e apoiar, delegando.----------

---------Vejamos de forma rápida alguns benefícios destes contratos plurianuais:-

---------De três em três meses são revistas as necessidades da atualização de verbas;----------

---------Há um reforço de verbas para limpeza e economato e consideramos também fotocópias e serviços de manutenção que é muito importante e significativo;----------

---------Mantém-se a verba para pequenas intervenções e arranjos de vinte mil euros considerada significativa e ajustada;----------

---------Reforçam-se as questões pedagógicas com aumento de verba para material didático e inclusão de apoio ao plano anual de atividades (PAA);----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Finalmente as CAF, AAAF e AEC são colocadas no contrato mediante o que está plasmado na portaria seiscentos e quarenta e quatro A barra dois mil e quinze.----------

---------Por todas estas razões o grupo municipal do PSD vota favoravelmente a esta proposta.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE, tenha a bondade.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Muito obrigado, senhor presidente, saúdo todos aqui presentes na sua pessoa.----------

---------Muito rapidamente, enquanto tenho tempo e não mudamos o regimento. Obviamente que o LIVRE acompanha favoravelmente esta proposta de delegação de competências das escolas. Entendemos que a proximidade da comunidade educativa pode contribuir para uma gestão mais eficiente e para uma maior capacidade de resposta às necessidades concretas de cada estabelecimento de ensino, de cada agrupamento, saudamos também o esforço dos recursos disponibilizados nos agrupamentos, quer a nível de funcionamento das escolas, quer a nível de manutenção dos edifícios e de apoio às atividades.--

---------Mas gostaríamos de aproveitar esta discussão para deixar aqui duas notas muito breves:----------

---------Primeira, prende-se com o investimento nas infraestruturas escolares. Nos últimos anos, muitos têm falado sobre a descentralização de competências, mas importa também garantir que esta descentralização é acompanhada com os recursos necessários para que as escolas possam responder às exigências atuais. Continuamos a defender que o investimento na educação deve ser encarado como investimento estratégico no futuro do concelho.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Uma segunda nota prende-se também com a educação na primeira infância. Temos discutido frequentemente os desafios...----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Ó senhor deputado, isto são os contratos interadministrativos.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – OK, então fico-me por aqui. Muito obrigado.--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Vamos passar à votação do ponto oito!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e um PSD, vinte e seis PS, cinco CH, três CDS, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------O senhor deputado do Todos os Barcelos vai apresentar a declaração de voto escrita.----------

---------Portanto, vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à minuta de Contrato-Programa a outorgar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube.----------

---------Inscrições para este ponto, por favor!----------

---------Senhor deputado Luís Rosa, tem a palavra, por favor.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhores Vereadores, Excelentíssimos Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses.----------

---------Entendemos que o Gil Vicente Futebol Clube é, sem dúvida, um ativo muito importante para Barcelos e para toda a região. E é uma instituição com enorme dimensão desportiva, social e identitária da nossa terra.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Saudámos, por isso, a aprovação recente pelos seus associados de um orçamento de dezasseis milhões de euros para a época de dois mil e vinte seis dois mil e vinte sete, sete milhões se não estou em erro a mais, em comparação ao período homólogo. Com uma previsão de resultado líquido positivo de cento quarenta e um mil euros.----------

---------Mas é precisamente por isto que esta discussão deve ser feita não com a base da emoção, mas com a razão e no campo da moralidade.----------

---------O novo protocolo mantém uma renda anual de dezoito mil euros, o que ronda a mais ou menos mil e quinhentos euros por mês. Permanecendo inalterado desde dois mil e dois, em que o clube beneficiou com o estádio, mas para além do estádio, um centro de treinos novo e um sistema de iluminação ao nível dos melhores estádios do nosso país.----------

---------Perante esta realidade, questiono quais são os critérios para manter esta renda, sabendo que, em termos de saúde financeira, o clube se apresenta positivo. Desculpem a ironia, mas se os valores das rendas mensais não pararem de subir, o inclino que menos pagará nas imediações daquela zona de Vila Boa, será precisamente do clube da nossa terra.----------

---------Como dizia o filósofo espanhol José Ortega, "O homem é o homem e as suas circunstâncias". Adaptando esta ideia ao caso em análise, podemos dizer que "o clube é o clube e as suas circunstâncias". As circunstâncias atuais do Gil Vicente apresentam um valor positivo, extremamente sólido e positivo. Sendo assim, e numa altura em que as rendas não param de aumentar, em que as infraestruturas não param de ser cada vez mais caras, parece-nos que, no campo da moralidade, esta renda não está a acompanhar a realidade atual socioeconómica do nosso concelho.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Senhor deputado Victor Pinho, do Partido Social Democrata, tem a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

palavra.----------

DEPUTADO DO PSD – Victor Pinho – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes da Junta e de União de Freguesias, Caros Amigos Deputados Municipais, Senhores Representantes da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------Ali o senhor deputado José Rosa parece que não gosta do Gil Vicente, mas isso são outras histórias.----------

---------Eu vou defender aqui a nossa proposta e o Município de Barcelos, de facto, e o Gil Vicente Futebol Clube, têm uma longa tradição de colaboração na gestão de instalações desportivas, designadamente no caso do estádio Adelino Ribeiro Novo.----------

---------O presente contrato-programa, a outorgar entre o município, que é proprietário do estádio municipal "Cidade de Barcelos" e do centro de treinos Adelino Ribeiro Novo, e o Gil Vicente de Futebol Clube, visa entregar a um dos mais populares e representativos clubes barcelenses, parte da gestão daquelas infraestruturas desportivas, designadamente no âmbito da organização de espetáculos desportivos, tendo em vista a sua rentabilização e dinamização.------

---------Fora deste contrato fica a parte inferior da bancada nascente, até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte sete, altura em que terá de ficar livre.--------

---------O presente contrato, que deverá ser revisto de cinco em cinco anos, protege o interesse público e reforça uma parceria histórica entre duas instituições que muito têm contribuído para a projeção de Barcelos.----------

---------E como ao tempo urge o grupo municipal do PSD vota a favor deste contrato-programa, por ser um documento equilibrado e responsável, por um lado valoriza um património municipal relevante, assegurando a sua utilização, dinamização e rentabilização.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Por outro lado, transfere para o Gil Vicente um conjunto significativo de encargos de gestão, manutenção e funcionamento, garantindo simultaneamente mecanismos de fiscalização, prestações de contas e salvaguarda dos interesses do município. E é por isso que nós votamos a favor.---------Viva o Gil Vicente!----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS-PP.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Respetiva Mesa, Senhor Presidente da Câmara, demais Vereação, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.----------

---------O que está aqui em discussão e eventual aprovação, é em minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube para a exploração do estádio Cidade de Barcelos e do centro de treinos Adelino Ribeiro Novo.----------

---------Como será por todos reconhecido, o Gil Vicente é o maior embaixador desportivo do nosso concelho, elevando o nome de Barcelos ao mais alto nível do futebol nacional.----------

---------O estádio Cidade de Barcelos é a sua casa natural, mas é também um património municipal, edificado com o esforço de todos os contribuintes.---------

---------A cedência de exploração através deste contrato-programa é um passo lógico, pois garante que infraestruturas desta dimensão tenham uma utilização regular, profissional e de excelência.----------

---------Este contrato-programa pretende salvaguardar o interesse dos barcelenses e garantir a sustentabilidade destas infraestruturas desportivas.---------

---------Este acordo servirá ao Município de Barcelos, os barcelenses e o Gil Vicente Futebol Clube, pois:----------

---------Serão transparentes os apoios públicos municipais e as contrapartidas financeiras pela cedência;----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------O Gil Vicente assumirá a gestão corrente e o município fiscalizará a conservação do edificado;----------

---------O estádio não se fechará sobre si mesmo, estando salvaguardada a utilização do espaço pelo município para eventuais eventos desportivos, culturais ou lúdicos.----------

---------O CDS apoia a cooperação estreita entre o município e o Gil Vicente Futebol Clube.----------

---------Os barcelenses querem um clube forte e um estádio vivo.----------

---------Pelas razões expostas, o voto do CDS é favorável, manifestando total confiança no futuro desportivo de Barcelos.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Para encerrar, tem a palavra o senhor presidente da Câmara.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Naturalmente que este contrato visa formalizar uma relação de parceria que, desde sempre, o município de Barcelos tem tido com uma das maiores coletividades do concelho e o maior embaixador desportivo de Barcelos e que importava regulamentar, regularizar de uma forma transparente e clara.----------

---------Na verdade, para chegarmos a este contrato tivemos várias reuniões e tivemos também uma análise comparativa com o que acontece noutros municípios com outras realidades desportivas. E entendeu-se que era preferível, nesta primeira fase, chegarmos a este entendimento e, como bem dizia o senhor deputado Firmino Silva, as despesas correntes estarão a cargo do Gil Vicente e isso também desonera o município de uma responsabilidade financeira que vinha tendo que não faria sentido. Mas nós continuaremos a ser os senhorios do espaço e, como sabe, aos senhorios compete-lhes a responsabilidade de manter o espaço em ótimas condições e assim fizemos.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Portanto, não percebi essa ligação às obras que fizemos do centro de treinos e da iluminação.----------

---------O Estádio Cidade de Barcelos é hoje reconhecidamente por todas as entidades como um espaço de excelência para a prática desportiva e é referenciado em diversos fóruns nacionais e internacionais como o estádio mais equilibrado e aquele que oferece quer aos praticantes, quer aos adeptos a melhor experiência de espetáculo desportivo.----------

---------Depois, também não nos podemos esquecer que o Gil Vicente neste caso é dos poucos clubes do distrito que tem todos os escalões, todos os géneros a trabalhar, feminino, masculino, em todos os escalões e isso faz com que muitos jovens barcelenses possam ter a sua formação, substituindo-se ao Estado e ao poder nacional na formação desportiva dos nossos jovens. E isso também tem que ser valorizado e tem que ser apoiado e é isso que estamos a fazer. Eu julgo que é sempre preferível fazer um contrato deste género e ter bem definidas as responsabilidades de cada um, do que, como até agora, haver apenas uma parceria não formal, só verbal.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente, muito obrigado.----------

---------Vamos passar então à votação da proposta da Câmara relativa à minuta do Contrato-Programa a outorgar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Um IL)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por maioria com cento e quinze votos a favor (cinquenta e seis PSD, vinte e oito PS, cinco CH, três CDS-PP, um TB, um L e vinte e um IND) e um voto contra.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Há uma declaração de voto do LIVRE e uma declaração de voto do Todos os Barcelos relativamente ao ponto nove.----------

---------Ponto dez: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração do domínio privado do município de uma parcela de terreno com área de trezentos e vinte e oito metros quadrados, para posterior alienação, sita na Urbanização do Sardoal, freguesia de Abade Neiva.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Não há, vamos passar à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e seis PSD, vinte e oito PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Ponto onze: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais.--

---------Há inscrições para este ponto?----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses.----------

---------Segundo o Instituto Nacional de Estatística, em Barcelos temos cidadãos de diferentes nacionalidades que vivem, trabalham, estudam, investem e contribuem para a economia local. Esta é uma realidade que não devemos ignorar, mas sim compreender e saber aproveitar.----------

---------Permitam-me também uma nota pessoal. Pela atividade profissional que tenho, tenho contato diário com pessoas de vários países, como o Brasil, Índia,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

África do Sul, Inglaterra ou Marrocos. São pessoas que escolheram Portugal para viver, trabalhar e construir o seu futuro. E há algo muito curioso: em poucos meses depois de chegarem, muitos deles identificam rapidamente um problema que os portugueses conhecem há décadas: o excesso de democracia.----------Quem chega de fora percebe muitas vezes aquilo que se tornou normal para quem cá vive: em procedimentos demasiado complexos, com grandes barreiras administrativas e serviços públicos pouco acessíveis.----------A verdadeira integração mede-se pela capacidade de encontrar emprego, de aprender português, participar na comunidade, criar empresas, frequentar as nossas escolas e sentir que Barcelos é a sua nova casa.----------Por isso espero, esperamos, que esta adesão se traduza em medidas práticas, desde a disponibilização do portal município em várias línguas, permitindo que as informações essenciais sobre educação, habitação, licenciamento ou apoio ao cidadão sejam facilmente compreendidas. Também a capacidade dos serviços municipais para comunicar numa língua estrangeira, como o inglês, pode fazer a diferença significativa perante estas pessoas oriundas destes países.----------São medidas simples, com custos reduzidos, mas com um impacto direto na vida destas pessoas.----------Em suma, mais importante do que pertencer a uma rede, é garantir que Barcelos continue a ser um concelho onde qualquer pessoa, independentemente da sua origem, possa prosperar pelo seu mérito, pelo seu trabalho e pela sua iniciativa.----------Sem fronteiras, sem barreiras, sem burocracia, sem complicações.----------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------Tem a palavra o senhor deputado António Jardim, do Chega.----------

DEPUTADO DO CH – António Jardim – Senhor presidente, permita-me que na

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

sua pessoa renove uma vez mais os cumprimentos a todos os presentes.----------

---------O ponto que hoje discutimos - a adesão à rede portuguesa das cidades interculturais - pode parecer, à primeira vista uma simples formalidade administrativa, mas não é. É uma opção política e uma opção ideológica, e com consequências para os barcelenses.----------

---------O Município de Barcelos está a ser chamado a integrar um programa internacional que parte de um princípio com o qual o Chega não concorda: a ideia de que a diversidade é sempre uma vantagem e que devemos orientar políticas públicas para promover modelos de integração que, na prática, acabam por colocar os portugueses em segundo plano.----------

---------Nós não ignoramos a realidade. Sabemos que Portugal vive hoje um aumento sem precedentes de imigração, que já ultrapassa os vinte por cento em poucos anos. E sabemos também que este crescimento não tem sido acompanhado por políticas eficazes de controlo, fiscalização ou integração. O resultado está à vista: pressão sobre a habitação, sobre a saúde, sobre a escola pública e sobre o mercado de trabalho.----------

---------Perante esta realidade, o que nos é pedido? Que Barcelos pague cotas anuais, que adote estratégicas impostas por organismos internacionais e que se comprometa com programas que, mais uma vez, desviam recursos e prioridades daquilo que realmente importa: os barcelenses, os portugueses, as famílias que aqui vivem, trabalham e pagam impostos.----------

---------Não aceitamos esta lógica. Não aceitamos que se continue a empurrar para cima dos municípios responsabilidades que o estado não cumpre. Não aceitamos que se continue a promover políticas que ignoram os problemas reais das pessoas e não aceitamos que se peça aos contribuintes que financiem programas que não respondem às suas necessidades.----------

---------O nosso dever é claro: proteger os cidadãos nacionais, garantir que os recursos públicos são usados para melhorar a vida dos portugueses na

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

habitação, na saúde, na segurança, na educação e no apoio às famílias.----------

---------Por isso, votámos contra. Não por rejeitarmos a convivência pacífica entre todos, mas porque recusámos políticas que colocam a ideologia acima do interesse nacional. Barcelos precisa de soluções reais, não de programas internacionais que não resolvem os problemas do dia a dia.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Senhor deputado António Ribeiro, do CDS-PP, tem a palavra.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Vivemos num Conselho cada vez mais diverso, com cidadãos de diferentes nacionalidades que escolhem Barcelos para viver, trabalhar, investir e constituir família. Esta realidade não deve ser ignorada nem encarada como um problema; deve ser gerida com responsabilidade, integração e respeito pelos valores da nossa comunidade.----------

---------A adesão a esta rede não representa qualquer perda de identidade local nem qualquer imposição externa. Pelo contrário, permite ao município aceder a ferramentas, metodologias e boas práticas internacionais que podem melhorar as políticas públicas nas áreas da integração, da educação, da participação cívica e do combate à discriminação.----------

---------O CDS-PP acredita numa sociedade assente na dignidade da pessoa humana, na coesão social e na responsabilidade partilhada. Quem chega a Barcelos deve respeitar as nossas leis, os nossos costumes e os nossos valores, mas também deve encontrar condições para se integrar plenamente na comunidade.----------

---------Por isso, não compreendemos o voto contra o CHEGA, ou talvez compreendamos. Numa matéria que visa promover a inclusão, a convivência harmoniosa e a boa gestão da diversidade, o CHEGA opta por uma posição de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

isolamento e rejeição sem apresentar alternativas concretas para os desafios que os municípios enfrentam nesta área.----------

---------Barcelos sempre foi uma terra aberta, empreendedora e acolhedora. Esta adesão reforça essa tradição e dota ao município de mais instrumentos para construir uma comunidade mais coesa, mais segura e mais preparada para o futuro.----------

---------Por essas razões, o CDS votará favoravelmente esta proposta de adesão do Município de Barcelos à rede de cidades interculturais.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor deputado, muito obrigado.----------

---------Tem a palavra o senhor presidente da Câmara.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Barcelos, enquanto este executivo estiver em funções, não abdica da dignidade da pessoa humana e não abdica de fazer todos os esforços para acolher com dignidade todos aqueles que escolhem Barcelos para viver, para trabalhar.----------

---------E ao não abdicarmos dessa postura e dessa ideologia, se quiser, nós queremos estar na vanguarda das soluções e na vanguarda também de boas práticas que existem por esta Europa fora, por este país fora, no sentido de acolhermos melhor, podermos candidatar-nos a projetos europeus que possam prevenir, solucionar e resolver algumas das questões que a imigração coloca, desde logo no âmbito da educação. Como aqui já referi, naturalmente que tem um impacto enorme nas nossas escolas ter várias línguas, várias culturas.---------

---------Quanto mais em rede trabalharmos e quanto mais estivermos preparados e informados, melhor lidamos com a situação. Não adianta, como dizia, e bem, o senhor deputado António Ribeiro, viver numa ilha isolado ou ser isolacionistas e pensar que o problema resolve-se por si. Não. Nós temos que

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

acolher bem, com dignidade, e fazer todos os esforços para que aqueles que decidem viver ou trabalhar em Barcelos possam ser integrados, possa haver coesão social, possa haver segurança, possa haver respeito, possa haver tolerância. São esses os princípios que nós defendemos e que não abdicaremos deles.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhor presidente, muito obrigado.----------

---------Vamos então passar à votação da adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Quatro CH)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por maioria com cento e nove votos a favor (cinquenta e quatro PSD, vinte oito PS, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND) e quatro votos contra.----------

---------O Todos os Barcelos tem declaração de voto escrita.----------

---------Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que é: a votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Cidades Europeias para a Saúde Mental.----------

---------Senhor deputado António Ribeiro, tem a palavra.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro – Senhor Presidente da Assembleia, renovo em si os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Barcelos tem vindo a afirmar-se como uma referência nacional e internacional na promoção da saúde mental. A designação como capital mundial da saúde mental para o período dois mil e vinte e três dois mil e vinte e seis não surgiu por acaso. É o resultado de uma estratégia consistente, de um trabalho continuado e da capacidade de mobilizar instituições, profissionais e a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

comunidade em torno de uma causa que é hoje uma das maiores prioridades das políticas públicas.----------

---------Tudo começou com a criação da Rede Municipal de Saúde Mental, um projeto pioneiro que permitiu aproximar diferentes entidades e criar respostas mais articuladas para a promoção do bem-estar da população. Esse trabalho ganhou dimensão e projeção internacional, contribuindo para a criação da Rede Europeia de Saúde Mental e colocando Barcelos no centro deste debate.----------

---------Importa também destacar que este caminho continua a produzir resultados de reconhecimento. Depois da realização em Barcelos, em outubro passado, do Congresso Mundial da Saúde Mental, com a presença dos nomes mais sonantes a nível mundial, ainda recentemente o Município de Barcelos foi distinguido pela DECO, na categoria de Bem-Estar e Saúde Mental, um prémio que confirma a qualidade do trabalho realizado e o impacto positivo das políticas implementadas junto da comunidade.----------

---------Este reconhecimento demonstra que Barcelos não se limita a proclamar objetivos; Barcelos concretiza projetos, cria redes de cooperação e desenvolve iniciativas que melhoram efetivamente a qualidade de vida das pessoas.----------

---------A formalização desta adesão representa mais um passo na consolidação deste percurso de excelência e reforça o compromisso do concelho com uma área que exige visão, responsabilidade e continuidade.----------

---------Por isso, o CDS acompanha favoravelmente esta proposta.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Vamos passar à votação da proposta da Câmara!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte e oito PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e vinte e um IND).----------

---------Há declarações de voto escrita do Todos Barcelos.----------

---------Ponto treze: discussão de votação da aposta da Câmara Municipal de adesão no Município de Barcelos à Rede de Autarquias para a Igualdade.----------

---------Há aqui inscrições?----------

---------Senhor Deputado António Ribeiro, faça o favor.----------

DEPUTADO DO CDS-PP – António Ribeiro – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, renovo em si os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------O CDS votará favoravelmente esta proposta de adesão à rede de cidades para a igualdade. Fá-lo porque entendemos que esta adesão não representa um ponto de partida, mas sim a continuação natural de um percurso que Barcelos tem vindo a construir ao longo dos últimos anos.----------

---------O nosso concelho é hoje um território de referência na promoção da coesão social, da igualdade de oportunidades e da não discriminação. Este trabalho tem sido reconhecido externamente desde logo através da atribuição, nos últimos anos, do Prémio "Viver em Igualdade", Município da excelência para Viver em Igualdade, concedido pela SIG, que distingue as boas práticas municipais nesta área.----------

---------Este reconhecimento não surge do acaso. Resulta de políticas concretas desenvolvidas no âmbito da Estratégia Barcelos mais igual, do plano municipal para a igualdade e não discriminação, do trabalho realizado pelo NPISA, do CLA-IM, do trabalho realizado com as comunidades ciganas e com os migrantes, entre outros.----------

--------Mas resulta, sobretudo, de uma visão mais ampla: a de um concelho que procura criar oportunidades para todos, respeitando as diferenças e valorizando a participação de cada cidadão na vida da comunidade.----------

---------A adesão a esta rede permitirá reforçar esse compromisso, partilhar

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

experiências com outros municípios, aprender com boas práticas e continuar a afirmar Barcelos como um concelho moderno, inclusivo e socialmente responsável.----------

---------Num tempo em que tantas vezes assistimos ao crescimento da intolerância e da exclusão, é importante que os municípios assumam um papel ativo na defesa da igualdade, da cidadania e da coesão social. Por tudo isto, o CDS acompanhar favoravelmente esta proposta.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE, tenha a bondade.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Muito obrigado, Senhor Presidente.----------

---------Renovo em si os cumprimentos a todos aqui presentes.----------

---------Acima de tudo, falar de igualdade e desta rede de autarquias para a igualdade, esta rede nacional de municípios. É importante perceber esta partilha de boas práticas e de ferramentas que promovam políticas locais de igualdade entre mulheres e homens e a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. É uma das medidas que nós no LIVRE sempre defendemos.----

---------Não é por acaso que somos o partido que acreditamos que no futuro próximo teremos semanas de quatro dias, teremos tempo para as pessoas para viver, semanas de trabalho de quatro dias, obviamente. E teremos, como é um termo que eu já uso muitas vezes, têm que perceber.----------

---------E certamente que esta igualdade de oportunidades ainda está muito longe de ser alcançada. E também aproveito estes momentos para congratular-me pelo facto que não andámos para trás na igualdade, naquilo que era uma reversão das leis do trabalho que iam dificultar a igualdade entre homens e mulheres no trabalho, precisamente nas mães em fase de amamentação e outras medidas.----------

---------Igualdade não é só igualdade de género, é também igualdade na boa

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

gestão das pessoas que trabalham, na boa gestão familiar, na boa gestão profissional, na educação igual e partilhada, nas oportunidades, na ação social, na cultura, na mobilidade e nos transportes, no urbanismo e na habitação, no ambiente, na segurança e na proteção contra a violência. Porque é importante também perceber que não teremos igualdade enquanto vivemos violência que toca muito mais um género do que toca o outro.----------

---------Portanto, nestes poucos segundos que me faltam, faço aqui algumas questões ao executivo:----------

---------Gostava de saber que objetivos concretos pretende o município alcançar com esta adesão?----------

---------Que medidas e projetos estão previstos para reforçar a igualdade no concelho de Barcelos?----------

---------E de que forma será avaliado o impacto da participação que esta Assembleia possa depois acompanhar os resultados alcançados.----------

---------E gostaríamos obviamente de ver refletidas estas políticas de igualdade nesta adesão que nós saudamos e que votamos a favor.----------

--------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Vamos votar o ponto treze!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte e oito PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezanove IND).----------

---------Chamava a atenção dos senhores deputados para os pontos seguintes: catorze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito.----------

---------Faremos uma discussão conjunta e votação em separado.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cambeses e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário cento e noventa/dois mil e vinte cinco LOEDI).----------

---------Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Pereira e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário GUD oitenta e seis mil e vinte e um).----------

---------Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Fornelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário trezentos e dez/dois mil e vinte e cinco LEGED).----------

---------Ponto dezassete - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Abade de Neiva e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário doze/dois mil e vinte e seis LOEDI).----------

---------Ponto dezoito - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Alvelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário quarenta e cinco/dois mil e vinte e seis IPSIM).----------

---------Inscrições para estes pontos!----------

---------Senhor deputado Vítor Hugo Faria, do Partido Socialista, tem a palavra.---

DEPUTADO DO PS – Vítor Hugo Faria – Senhor Presidente, renovo, na sua pessoa os cumprimentos toda a casa. Boa noite.----------

---------Antes de mais, queremos manifestar aqui o nosso agrado de finalmente vermos agendado o PDM para a reunião de câmara. Uma reunião agendada já depois da convocatória desta nossa Assembleia e após a reunião ordinária do executivo de segunda-feira.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Só é uma pena que este PDM também não possa ter ido à reunião de vinte e cinco de maio, no qual foi referido o corte do adicional para as transferências das freguesias. E é uma pena também que o senhor presidente não estar cá neste momento.----------

---------Fazendo esta parte, vemos o PDM como um elemento essencial e estratégico para o nosso concelho. Não faz milagres, nem vai eliminar a falta de capacidade de execução que se vem a demonstrar pelo executivo, mas, à partida, terá a responsabilidade de ser um instrumento mais atualizado e consentâneo com a realidade local.----------

---------Quanto aos processos em discussão aqui hoje, fica claro. Só estamos aqui a discutir estes processos devido a um motivo. O atraso sistemático que tivemos na aprovação do PDM. Por outro lado, e tendo em conta os diferentes processos que aqui temos em votação, vemos que, de facto, em algumas situações em concreto, verificamos uma celeridade efetiva no respetivo tratamento. E nada contra.----------

---------Aquilo que nós queremos, de facto, é que esta mesma celeridade seja verificada nos demais requerentes que esperam ainda uma decisão do executivo. Temos processos apresentados praticamente em março, com elementos novos dos requerentes apresentados em junho, e que nestas três semanas de junho conseguiram ser aprovados em reunião de câmara e está cá hoje para aprovação. Parabéns! Por isso, louvamos e reconhecemos esta celeridade ao qual pretendemos que seja aplicável aos mais requerentes.---------

---------Assim, e sabendo que terão, certamente, estes números, gostaríamos de saber o tempo médio de decisão dos processos do urbanismo. Por isso, deixamos as seguintes questões, se possível para resposta ainda hoje.----------

---------Qual o tempo médio nos processos relativos a pedidos de informação prévia?----------

---------E nos casos de aprovação de projetos de arquitetura?----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------E nos licenciamentos?----------

---------O senhor presidente está a chegar agora. Eu dei aqui a deixa relativamente à reunião de vinte cinco de maio. Realmente foi essa a reunião em que foi assumido o corte do adicional das transferências para as freguesias.-

---------Só decidi dizer isto aqui porque, de facto, o senhor presidente chegou e ele já tinha mencionado isto na sua ausência.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Alexandrino Ribeiro.----------

DEPUTADO DO PSD – Alexandrino Ribeiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Permita-me que em si renove os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos meus Colegas e ao Público.----------

---------O PS volta a aproveitar a discussão destas propostas para falar do PDM e falar da revisão do PDM de Barcelos é também falar da forma embrionária e bastante atrasada que o executivo da coligação encontrou o processo em finais de dois mil e vinte e um, o que exigiu um trabalho árduo para recuperar o tempo perdido. Atrasos esses que têm responsáveis muito claros. O Partido Socialista, que deixou este dossiê, à semelhança do que fez, aliás, em tantos outros, arrastar-se no tempo sem respeito pelo planeamento estratégico que Barcelos merece.----------

---------Mas não podemos olhar para a revisão do PDM de forma isolada. Ele está diretamente ligado a outras áreas onde o PS também falhou de forma grave aos barcelenses, como dossiê da água. O concelho de Barcelos apresenta níveis de cobertura, como já vimos, bastante baixos, fruto de zero investimento, zero investimento na rede de água e saneamento no concelho de Barcelos durante doze anos.----------

---------E se a revisão do PDM está sujeita a perder área construtiva, também se deve muito à falta destas infraestruturas. E se hoje temos um PDM preste a

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

entrar em discussão pública, senhor deputado Vítor Hugo Faria, deve-se aos executivos da coligação e aos técnicos do município pelo trabalho que desenvolveram para recuperar o atraso que vinha da gestão socialista e para minimizar a perda de área construtiva por falta de infraestruturas básicas.--------

---------Por muito que tentem apagar o passado, por muito que esse passado vos envergonhe, não vão eludir os barcelenses, nem nós vamos permitir.----------

---------E, como é óbvio, o PSD votará favoravelmente as propostas em discussão.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Eu quero dizer aos senhores deputados que fiquei deliciado com o que disseram sobre as eliminações de vias. É que sobre a eliminação das vias que são as propostas não falaram.----------

---------Eu limitei-me a não interromper, foi só uma pequena abordagem e depois foi a revisão do PDM. Portanto, eu pedia que não se volte a repetir. Se querem debater o PDM, fazem um debate do PDM, está bem?----------

---------Senhor presidente da Câmara, faz favor.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Vou passar primeiro ao senhor vereador Carlos Reis e depois concluo.----------

VEREADOR DA COLIGAÇÃO – Carlos Eduardo Reis – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

---------Sobre a eliminação de vias, eu já aqui falei sobre isso. Sempre que levámos uma proposta destas à Assembleia Municipal, e o senhor deputado devia estar mais atento, nós só levamos estas alterações da planta de ordenamento porque o Partido Socialista não transpôs estas vias em dois mil e dezanove para o PDM. Portanto, não tem nada que ver com atrasos no PDM ou com correria em fazer alterações. É só isso, devia estar mais atento.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Cumprimento novamente o senhor presidente e em

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

si toda a Assembleia.----------

---------Só para dizer ao senhor deputado Vítor Hugo que não sabia que ia intervir, portanto, ausentei-me, mas consegui apanhar o que quis dizer.----------

---------O adicional não faz parte do protocolo. O adicional entre dois mil e treze e dois mil e dezassete foi zero. Quando vocês dizem que há um corte nas transferências para as juntas, o compromisso são o protocolo duzentos por cento e aí não há corte absolutamente nenhum. Deixe-me concluir, por favor, eu ouvi-o. Não há corte absolutamente nenhum. Há retirada de competências e há o alargamento de algumas verbas para poder corresponder à dinâmica das juntas de freguesia.----------

---------Relativamente ao adicional, não integra o protocolo, não integra o FEF, é o excedente orçamental e nós não o retiramos a ninguém porque isso é dado diretamente do Estado. O que nós não fizemos, e avisamos os senhores presidentes de junta em dois mil e vinte cinco, em ano eleitoral, que não íamos dar duzentos por cento do adicional e não demos duzentos por cento do adicional.----------

---------E este ano, também devido ao volume de obras e que havia naturalmente uma necessidade de darmos também da nossa parte do orçamento municipal uma correspondência ao volume de candidaturas que fizemos, também não haveria hipótese de termos o adicional.----------

---------Não há corte nenhum! Não há corte nenhum! É isto que fica claríssimo. Não há corte nenhum!----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos passar à votação do ponto catorze!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte sete PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND).----------

---------Ponto quinze.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte sete PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND).----------

---------Ponto dezasseis.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte sete PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND).----------

---------Ponto dezassete.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte sete PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND).----------

---------Ponto dezoito.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte sete PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND).----------

---------Portanto, antes de passar ao ponto seguinte, eu efetivamente queria pedir desculpa ao senhor deputado Jorge Araújo. Eu interrompi-o efetivamente ao desvio que ele teve na ordem de trabalhos, ou no ponto, e depois aconteceram aqui situações em que houve desvios nítidos dos pontos que estavam em discussão.----------

---------Estão aqui eliminação de vias, houve uma pequena abordagem, depois houve até pedido de tempo médio da duração dos projetos no planeamento e gestão urbanística, depois uma intervenção sobre o Plano Diretor Municipal e depois o senhor presidente da Câmara também complementou com uma coisa que tem a ver com a parte das freguesias.----------

---------Portanto, vamos evitar que isto aconteça, vamos cingir-nos aos pontos da ordem de trabalhos. Há sempre aquele ponto que é, por assim dizer, a válvula de escape de tudo isto, que é na informação escrita fazerem as perguntas, aí podem abordar todos os pontos. Está bem?----------

---------Muito obrigado pela vossa atenção e compreensão e pedir a vossa ajuda.----------

---------Ponto dezanove: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da terceira alteração pontual ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Barcelos.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Vamos passar então à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte sete PS,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND).----------

---------Ponto vinte: discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição do júri de recrutamento e instalação do cargo de direção intermédia de terceiro grau de Chefe da Unidade Municipal do Gabinete de Gestão Financeira e Reporte de Informação a prover na autarquia.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Vamos passar à votação!----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovado por unanimidade (cinquenta e quatro PSD, vinte sete PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND).----------

---------Discussão conjunta dos pontos vinte e um e vinte e dois.----------

---------Ponto vinte um: apresentação para conhecimento, do Quarto Relatório trimestral de execução orçamental da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de dois mil e vinte cinco.----------

---------Ponto vinte e dois: apresentação para conhecimento do Relatório de Gestão da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de dois mil e vinte cinco.----------

---------Inscrições para este ponto!----------

---------Senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Caros Membros desta Assembleia, Caros Barcelenses.----------

---------Tendo em conta o relatório da EMEC de dois mil e vinte cinco, esta empresa municipal apresenta um ativo de cerca de dois vírgula quatro milhões euros, mas um passivo superior a três vírgula três milhões euros, com resultado

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

líquido positivo de cerca de trezentos e seis mil euros em dois mil e vinte cinco, é uma melhoria, mas não resolve o problema estrutural: a EMEC continua altamente dependente do município e da banca. A sua receita própria representa pouco mais de quatro por cento da receita total.----------

---------Esta é uma questão central, não podemos limitar-nos em injetar dinheiro público para compensar fragilidades permanentes. É necessária uma reforma profunda nesta empresa municipal.----------

---------Dou um exemplo: o estudo do Politécnico do Cávado e do Ave aponta para um impacto económico das Festas das Cruzes em dois mil e vinte cinco, entre trinta e um a setenta e quatro milhões de euros. A questão que colocámos é simples: onde está refletido este impacto nos resultados da empresa municipal?----------

---------Também na área educativa é necessária uma reflexão. O que diferencia atualmente a oferta da Escola de Tecnologia e Gestão face a outras entidades como a Associação Comercial e Industrial de Barcelos ou a Profitecla de Barcelos? E segundo, e tendo em conta que esta escola tem "gestão" no seu nome, não deixa de ser preocupante a ausência de uma aposta clara na formação e gestão, empreendedorismo e criação de projetos empresariais.-------

---------Por fim, é indispensável uma revisão rigorosa dos custos e dos compromissos assumidos. Veja-se, por exemplo, a diferença entre o valor orçamentado para credores por transferências e subsídios não reembolsado é de cerca de novecentos mil euros e o resultado executado é próximo de um vírgula oito milhões de euros.----------

---------Porque a responsabilidade política exige que o dinheiro público seja gerido com mesmo rigor, da mesma maneira que qualquer empresa ou entidade privada, a EMEC, precisamente por ser financiada pelos barcelenses, não pode ser exceção.----------

---------Tenho dito.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado Joaquim Barbosa, do Partido Socialista, tem a palavra.--

DEPUTADO DO PS – Joaquim Barbosa – Senhor Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento mais uma vez todos os presentes.----------

---------Dizer que este relatório, e vou-me referir sobretudo ao relatório de gestão de dois mil e vinte cinco, espelha de facto a situação da EMEC já de todos conhecida, mas que de facto em dois mil e vinte cinco registou um agravamento. Basta ver que as transferências do município são responsáveis por dois terços do financiamento da EMEC e estas transferências que ano após ano têm vindo a subir, atingiram finalmente os dois milhões de euros.----------

---------Eventualmente argumentariam que isto se trata de um documento técnico, mas a nossa leitura tem que ser obviamente política e o resultado líquido positivo, de facto espelha o peso das transferências. E aqui surge-nos uma questão que gostaria sinceramente de senhor presidente da câmara que nos respondesse para sobretudo compreendermos.----------

---------Qual é a forma de cálculo das transferências do município para a EMEC?--

---------Referem que de facto realizam um conjunto de colaborações, a Festa das Cruzes, as AECs que asseguram, mas como é que se chega a este resultado que significou dois milhões de euros?----------

---------Depois, sobretudo, falar do plano de reestruturação. Quando é que sai afinal o plano de reestruturação, que na verdade há um amplo consenso, será a única forma de sanear financeiramente a EMEC. E uma curiosidade, a primeira versão foi apresentada em dezembro de dois mil e vinte e quatro e pressupunha que já em dois mil e vinte cinco teria que ser obtida uma poupança de cento e cinquenta mil euros.----------

---------Ora, de acordo com o próprio relatório, houve de facto uma redução de zero vírgula vinte cinco por cento, mas de sete mil e trezentos euros. E, portanto, à medida que não é apresentado este plano, mais a situação da EMEC

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

se afunda. E, portanto, coloca-se aqui verdadeiramente uma questão de vontade política e o Partido Socialista, obviamente, espera e exige, no fundo, que o plano de reestruturação da EMEC seja, de facto, finalmente apresentado.----------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Senhora deputada Cristiana Faria, do Partido Social Democrata, tem a palavra.----------

DEPUTADA DO PSD – Cristiana Faria – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimos Colegas Deputados desta Assembleia Municipal, Excelentíssimo Público aqui presente e a quem é que nos acompanha via web. Muito boa noite.----------Hoje analisamos um conjunto de resultados que demonstram uma evolução muito significativa da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos e que merecem ser devidamente assinalados.----------Ao longo dos últimos anos, a EMEC enfrentou desafios exigentes, quer ao nível da sua sustentabilidade financeira, quer ao nível da modernização das suas instalações e da oferta formativa. Contudo, os dados agora apresentados revelam uma realidade substancialmente diferente daquela que conhecíamos há alguns anos.----------A concretização dos centros tecnológicos especializados constitui um dos exemplos mais evidentes desta transformação. O investimento realizado permitirá disponibilizar equipamentos modernos e tecnologicamente avançados criando condições para uma formação mais qualificada e mais ajustada às necessidades atuais das empresas e dos setores produtivos.----------Os resultados financeiros apresentados demonstram igualmente uma evolução encorajadora. A melhoria dos indicadores económicos e a perspetiva de reforço dos capitais próprios evidenciam que a estratégia seguida tem

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

produzido efeitos positivos e que a empresa está hoje mais robusta e mais preparada para enfrentar os desafios dos próximos anos.----------

---------Importa igualmente valorizar o crescimento da atividade formativa desenvolvida pela ETG. O aumento do número de alunos, a diversificação da oferta educativa e a aposta em áreas emergentes como a cibersegurança e o multimédia são sinais claros de uma instituição que procura acompanhar as transformações do mercado de trabalho e responder às necessidades de qualificação da população.----------

---------Senhoras e Senhores Deputados,----------

---------A educação e a formação profissional são pilares essenciais para qualquer estratégia de desenvolvimento local. Investir nesta área significa investir na competitividade do território, na valorização das pessoas e na construção de um futuro mais próspero para o concelho.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhora deputada, muito obrigado.----------

---------O senhor presidente da Câmara deseja falar, tenha a bondade.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Só para responder rapidamente ao senhor deputado Joaquim Barbosa. Naturalmente que há dois mecanismos de transferência para a EMEC: o contrato-programa e a compensação indemnizatória para garantir o equilíbrio financeiro.----------

---------A Câmara, como sabem, é único acionista, e naturalmente tem que manter equilibradas as finanças da EMEC. Aliás, o senhor esteve numa instituição pública e sabe que são os dois mecanismos que existem. O contrato-programa vem tipificado que tipo de competências, delegação de competências são atribuídas pela Câmara à empresa e com o respetivo enquadramento financeiro.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Relativamente às compensações indemnizatórias, tem a ver com o quê? Como sabe, sete municípios deste país têm uma empresa municipal para dar aulas para o ensino profissional. E o Estado, desde o tempo do engenheiro Cravinho, que não paga quinze por cento como paga às empresas privadas que fazem o mesmo tipo de ensino.----------

---------Eu já expliquei isto aqui numa reunião e já disse que estes sete municípios, entre eles Felgueiras, Póvoa de Lanhoso, Coimbra, Barcelos e mais dois, que há pouco fui conferir quais eram, fizemos uma carta conjunta para o senhor ministro da Educação, para o senhor ministro das Finanças dando conta desta desigualdade que provoca esse desequilíbrio. Estamos a falar em mais de um milhão de euros por ano e isso cria um desequilíbrio fundamental. Mas a Câmara assume esse valor porque efetivamente é para dar oportunidade aos jovens, e neste momento a escola tem mais de trezentos jovens a aprenderem e a estudarem na Escola de Tecnologia e Gestão, e que, portanto, tem naturalmente que ser garantido, não sendo garantido pelo Estado, é garantido pela autarquia.----------

---------E deixe-me dizer, já o disse várias vezes, o grau de empregabilidade dos alunos que saem da EMEC ou da ETG é absolutamente notável: mais de oitenta e cinco por cento de taxa de empregabilidade, o que quer dizer que fazem lá um trabalho muito válido e que não pode ser desprezado.----------

---------Quando damos oportunidade a um jovem de estudar, quando damos oportunidade aos jovens barcelenses e aos jovens de Cabo Verde de se poderem formar, nós estamos a contribuir para uma sociedade mais justa, para uma sociedade mais equilibrada e estamos a contribuir decisivamente para o desenvolvimento do nosso território.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Vamos entrar no último ponto de ordem de trabalhos: informação escrita

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.----------

---------Inscrições para este ponto! se faz favor.----------

---------Senhor Deputado José Rosa, do Todos Barcelos, tenha a bondade.----------

DEPUTADO DO TB – José Rosa – Senhor Presidente, permita-me que na sua pessoa renove cumprimentos a todos os presentes.----------

---------Começo por questionar a autarquia relativamente ao aterro de Paradela.-

---------Dizer o seguinte: como toda a gente sabe, no mandato anterior existiu uma comissão que fez o seu trabalho e, entretanto, extinta e não sabemos se vai continuar ou não. De qualquer forma, o problema continua, sobretudo na zona da Cristelo, que tem feito chegar relatos.----------

---------E dizer o seguinte: no passado existiu uma comissão de acompanhamento que fizeram três reuniões, às quais as atas estão disponíveis no site da CCDR. Entretanto, passou para o grupo de trabalho e as atas não estão disponíveis, mas dizer que, nas primeiras três atas da comissão de acompanhamento, o representante de Barcelos teve zero minutos de intervenção, que é uma coisa curiosa.----------

---------Ao contrário dos Esposende, Viana, Ponte Lima, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, que é uma coisa curiosa, um concelho dos mais fustigados e o nosso representante, não sei porquê, provavelmente terá sido mal escolhido, não sei, mas não teve nenhuma intervenção.----------

---------Depois, também já agora dizer que a política também se faz de reconhecimento. E quero deixar uma palavra de apreço à senhora Vereadora Dalva Rodrigues, pela forma como me acompanhou e ajudou a resolver uma situação que eu não fui beneficiado, eu apenas fui segundo intermediário de alguém que conhecia uma família cujo filho tinha problemas e fez-me chegar o problema e ela, de uma forma ágil, acabou por resolver e não posso deixar de agradecer.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Depois também surgiu aí um problema do foro profissional com um funcionário e também louvar o seu sentido de responsabilidade, que tomou conta da ocorrência e está a fazer as diligências.----------

---------Depois, senhor presidente, uma nota breve sobre a Ponte Medieval e a sua intervenção do dia nove. Nada contra, no dia nove, das nove às dezassete, nada contra essa intervenção, porém é uma intervenção que nós chamamos preventiva. O que é que eu quero dizer com isto? Esta intervenção podia, quanto a mim, e devia ter sido feita em horário não útil. É possível? Sim, com a iluminação que existe agora. Eu trabalho numa empresa que, se alguma vez alguém fizesse uma intervenção deste tipo, que causasse os constrangimentos que o fecho da ponte causou, essa pessoa provavelmente era despedida.---------

---------Claro que fica caro, fica, tem que se pagar horas extras, tem que se pagar subsídio noturno, provavelmente se se estender para domingo tem que se dar mais uma folga, mas eu acho que os barcelenses merecem essa deferência e era uma questão da autarquia pensar essas intervenções mais impactantes serem feitas fora de hora. É um custo que, do meu ponto de vista, vale a pena e deve ser acautelado. Eu confesso que, nesse dia, fui um dos lesados porque não sabia que a ponte estava fechada e tive que dar a volta. E como eu, imensas pessoas.

Fica aqui esta nota.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor deputado Luís Rosa, da Iniciativa Liberal, tem a palavra.----------

DEPUTADO DA IL – Luís Rosa – Boa noite, senhor presidente e a todos os membros desta Assembleia.----------

---------Eu venho trazer aqui várias situações, desde logo a situação de acessibilidade à zona industrial de Arcozelo, na Rua do Seixo. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se existe algum projeto de requalificação integral desta Rua do Seixo. Pelo que temos de informação, o senhor presidente da

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

junta de freguesia de Arcozelo já reportou esta situação a sua excelência. Gostaríamos de ter alguma informação a mais sobre um calendário, sobre que tipo de intervenção será feita nesta rua.----------

---------Sobre os novos parquímetros, pergunto a sua excelência se a Câmara Municipal naturalmente está aberta a novos contributos para este regulamento. Uma vez que há uma petição no terreno, naturalmente, os barcelenses estão preocupados com este regulamento. Portanto, se existe essa abertura para uma possível retificação deste regulamento.----------

---------Quanto à habitação, há uma correlação que gostaria de compreender, visto que o doutor Carlos Reis, vereador do urbanismo, disse-nos há pouco tempo que entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte cinco, os processos analisados pela Divisão de Planeamento de Gestão aumentaram quarenta e seis por cento.----------

---------Contudo, em março/abril saiu a notícia de que Barcelos registra uma subida de quarenta e um por cento, sendo uma das mais elevadas entre os maiores municípios portugueses. Gostaria de saber porque é que há um aumento tão grande, de um ano para o outro, sobre as rendas destes apartamentos.----------

---------Sobre o novo centro de saúde, relativamente ao futuro centro de saúde de Barcelos, gostaria de saber qual é o ponto de situação desta obra, se existe alguma nova previsão para a conclusão, entrada e funcionamento desta infraestrutura?----------

---------Depois, sobre a liberdade de expressão na utilização dos espaços municipais. Foi amplamente divulgado um caso relacionado com a apresentação de livro "Por Dentro do Chega", inicialmente prevista na Biblioteca Municipal. Por que motivo foi retirada a autorização a um jornal online de Barcelos, que já tinha sido concedida para a utilização daquele espaço municipal? E quem tomou essa decisão?----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------A Feira Medieval de Barcelos, que teve este ano um caris diferente das edições dos anos anteriores. Porque é qua a sua divulgação foi tão tardia? Qual é o modelo de organização desta edição? Por que motivo não foi envolvida nesta edição a Associação Burgo Divertido? Entidade que colaborou em edições anteriores e que possui experiência na organização deste evento, aliás, é padrinho do nome deste evento. Qual é o motivo para a realização da edição de dois mil e vinte seis da Feira Medieval, em simultâneo com as festividades de São João em Barcelinhos e a Arte em Movimento em Barcelos?----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Senhor Presidente da Câmara, tenho um cardápio para responder.---------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente. Em si renovo os cumprimentos a toda a Assembleia.----------

---------Vou tentar responder de uma forma telegráfica a todos.----------

---------Relativamente ao terro de Paradela, na verdade, a comissão de acompanhamento tem acompanhado o processo e a Resulima vai ser obrigada a desenvolver a segunda etapa de trabalhos para minorar o impacto dos odores naquela região.----------

---------O representante de Barcelos é um técnico superior do município e tem feito as suas intervenções sempre que vem a propósito e tem sido dos mais críticos e dos mais atentos a essa realidade. Até porque nós temos procurado insistentemente que esse investimento seja feito, porque é um investimento que será decisivo para o bem-estar das populações, sobretudo de Barcelos, Póvoa e Esposende, e tentamos sensibilizar os outros quatro municípios que integram a Resulima a poderem contribuir, porque o bem-estar das populações é fundamental.----------

---------Relativamente à questão da Ponte Medieval, fica aqui a sua recomendação. Não foi uma intervenção na ponte em si, foi no acesso à ponte,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

na intervenção junto à Senhora da Ponte, em Barcelinhos.----------

---------Quanto à questão do senhor deputado Luís Rosa, da Rua do Seixo, sinceramente não sei, vou tentar perceber o que é que se passa. Se o senhor presidente da junta já enviou, eu vou ver o que é que se passa com os serviços.-

---------Relativamente aos parquímetros, a maior manifestação de abertura foi a recomendação que foi feita hoje pelo PSD. Eu não sou alheio ao partido, ainda sou o presidente da concelhia, eu tive conhecimento, ao contrário do que disseram, que havia desarticulação ou falta de articulação, não há desorganização.----------

---------Naturalmente que nós estamos abertos e essa abertura reflete o seguinte:----------

---------Na verdade, houve uma discussão pública, houve uma aprovação maioritária na Assembleia Municipal, cerca de noventa e seis por cento, e unânime na Câmara Municipal. Em nenhum momento nenhum dos senhores deputados colocou qualquer reserva ou qualquer sugestão. Naturalmente que nós ouvindo e não estando alheados e sendo flexíveis, e atendendo à realidade, também procuramos encontrar soluções.----------

---------Nós temos vários estudos, apresentei em conferência de imprensa essa realidade, temos três estudos, um ainda em curso, que apontam numa direção, todas as conclusões apontam numa direção, que a forma inteligente de gerir o espaço público é efetivamente taxar nas zonas de maior pressão, quer seja através dos serviços públicos, quer seja do comércio.----------

---------Nós procuramos atender também e equilibrar essa medida com três medidas que pudessem salvaguardar os interesses dos comerciantes, dos trabalhadores e dos moradores.----------

---------Para os comerciantes isentamos duas horas, no início da manhã e início da tarde, para poderem ir ao seu espaço e terem também a possibilidade de ali poderem fazer o seu comércio normal. Também alargamos e fiscalizamos os

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

espaços de paragem para os comerciantes poderem, nesses locais de paragem, fazer as suas descargas e também isentamos, para quem paga através de aplicações digitais, quinze minutos para que aquele comércio rápido possa ser concretizado.----------

---------Para os trabalhadores, todos os trabalhadores que estejam a exercer funções no centro histórico, nas zonas onde vai haver estacionamento tarifado, têm a oportunidade de ter um passe TUBA gratuito, convidando dessa forma a duas realidades que podem ser combinadas e articuladas: o transporte público e a diminuição de mobilidade por transporte próprio no centro da cidade. Combinando isso nós conseguimos de alguma maneira aliviar a pressão junto do centro histórico.----------

---------Para os moradores, na verdade, nós tínhamos uma medida que, se o tarifário aponta para das nove da manhã às seis da tarde, nós temos uma redução de uma hora no início da manhã, uma hora no fim da tarde e hora e meia na hora do almoço. Foram-nos colocadas várias questões e nós abrimos a possibilidade de podermos ter um dístico de morador que poderá permitir, num universo de até vinte cinco por cento dos lugares de estacionamento naquela zona, poder ser ocupado e por qualquer morador, mas com um destaque especial a quem tem filhos com menos de seis anos, quem tem idosos a cargo que tenham dificuldade de mobilidade ou quem tenha uma circunstância pessoal que, naturalmente, será atendível. Portanto, dessa forma, nós estamos a tentar equilibrar todo esse sistema.----------

---------Eu disse já várias vezes, e volto a referir, que os dois exemplos tidos na Europa como aqueles mais avançados no que ao estacionamento diz respeito e no que há mobilidade diz respeito, Ponte Vedra e León, Pontevedra aqui nosso vizinho, até é cidade geminada, eliminaram completamente o estacionamento no centro histórico, o trânsito no centro histórico. E, ao contrário do que era previsível, aumentou o número de moradores no centro histórico, aumentou o

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

número de visitantes e aumentou o número de trabalhadores. Ou seja, uma medida que à partida era restritiva, foi uma medida que veio dar uma dinâmica diferente.----------

---------Não vamos tão longe, mas é um exemplo que também ilustra que, às vezes, não podemos ser imobilistas, deixar estar tudo como está e esperar que por artes mágicas as coisas se resolvam. Temos que ir ao encontro, e fizemo-lo, ao encontro dos melhores tratadistas, o professor Álvaro da Costa, o professor Batista da Costa e a OPT, que são reconhecidos na área da mobilidade como entidades com grande prestígio e com grande capacidade, que nos deram estes inputs e estas conclusões que nos ajudam a avançar.----------

---------E, reafirmo, temo-lo feito sempre com humildade, mas com convicção, com respeito pelas pessoas, mas com um objetivo de melhorar a vida das pessoas. E é assim, combinando as duas realidades, que nós conseguimos fazer desenvolvimento e é assim que nós conseguimos dar melhores condições e melhor qualidade de vida aos barcelenses. Sempre com flexibilidade, com respeito, com tolerância e com, naturalmente, também, empatia com os problemas das pessoas.----------

---------No que diz respeito ao Centro de Saúde de Barcelos, como sabe, as obras PRR é um assunto que não só em Barcelos diz respeito, diz respeito a todo o país, mas que nos preocupa. O Centro de Saúde de Barcelos não vai estar concluído no dia trinta e um de agosto, não é possível. Hoje mesmo fiquei contente por ver nos jornais o senhor presidente da Associação Nacional de Municípios, o doutor Pedro Pimpão, ter dito que terá na quarta-feira uma reunião com o senhor Ministro da Coesão e que tinha a garantia do senhor primeiro-ministro que nenhuma obra PRR iria ser travada e que os municípios não iam ser lesados com essa realidade. Não sei qual é o instrumento que está previsto, nomeadamente na saúde. Sabemos que existe na educação e na habitação. Na saúde ainda não conhecemos o instrumento, mas estamos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

confiantes, até porque houve um compromisso de uma mais alta figura do Estado, portanto, é para acreditar claramente.----------

---------Relativamente aquela questão que colocou do livro criou-se um burburinho à volta de uma realidade que não tem nenhuma realidade dessas. Se há pessoa que é democrata sou eu. Eu não me importo, e já o fiz publicamente, e já o demonstrei variadíssimas vezes, que não me importo de ceder os espaços para falarem mal de mim, é democracia e quem vem para estes cargos sujeita-se a essa realidade. Agora não podemos ser exigentes para uns e para outros não. O que foi feito, e os serviços assim mo transmitiram, é que solicitaram para que o pedido fosse feito dentro dos termos que o regulamento indica. Não foi mais do que isto. E a entidade promotora entendeu que não era preciso fazer isso porque já tinha uma informação anterior, que é verdade que tinha, mas, em vez de numa lógica de tentar resolver um problema, aproveitou, e bem, para criar um facto político e ter o impacto nacional que teve.----------

---------Obviamente que a minha primeira sensação foi pedir à senhora vereadora da cultura para que na feira do livro esses senhores viessem a apresentar o livro, porque não temos nada contra a apresentação do livro, pelo contrário, absolutamente nada. Agora, houve um episódio infeliz e não houve da parte da entidade promotora a tolerância e a paciência para refazer o pedido e fazê-lo nos termos que os serviços solicitaram. Não há nada mais do que isto.--

---------Relativamente à Feira Medieval, o Burgo Divertido foi envolvido, o Burgo Divertido, inclusive, apontou aquela data como uma data indicada, só que nós pedimos um parecer, a senhora vereadora da cultura fez um pedido de parecer para ver de que forma que se poderia, se era por ajuste direto ou se era por concurso, e o parecer vem no sentido que tinha de ser concurso. Alertámos as pessoas, gostaríamos que tivessem sido, estamos contentes com o trabalho que realizaram nos últimos anos, pelo seu voluntarismo, pelo seu empenho, pela sua

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

dedicação, no entanto, não concorreram. Não concorrendo, não há hipótese de ganhar o concurso, não ganhando o concurso, foi quem ganhou que realizou a Feira Medieval.----------

---------Infelizmente não teve um impacto nos órgãos de comunicação local que eu acho que merecia, mas as pessoas aderiram de uma forma muito significativa e tivemos três dias de grande envolvimento da população, com grande participação da população e com grande animação. E isso também é o que se pretende com este tipo de realidades e festas.----------

---------Para terminar, dizer que é sempre agradável ouvir elogios, senhora vereadora, são merecidos, e, portanto, fiquei contente também com esse registo, porque na política reconhecer o que está bem feito também é agradável para quem ouve.----------

---------Vou passar agora a palavra ao senhor vereador Carlos Reis.----------

VEREADOR DA COLIGAÇÃO – Carlos Eduardo Reis – Só para não deixar o senhor deputado sem resposta.----------

---------Eu quanto às rendas não sei. Vamos lá ver se percebi o que o senhor perguntou. Quis fazer uma correlação entre o nosso aumento de processos novos e o aumento do valor das rendas que foi publicitado num órgão de comunicação social. Estava à espera que o seu partido pudesse explicar isso, porque o seu partido diz sempre que quanto mais construirmos, que a única forma de combater a bolha imobiliária e os preços é nós construirmos mais. Nós estamos a entregar mais casas públicas e mais casas privadas e o valor das rendas subiu. Portanto, eu não lhe sei responder. Aquilo que lhe posso dizer é que a minha leitura pode ser um ajustamento em alta por haver mais procura para viver em Barcelos e o valor supostamente estar muito baixo e haver essa correção. Eu não faço uma correlação entre uma coisa e a outra e, portanto, não lhe posso dizer mais do que isso.----------

---------Mas é um bom exemplo para no seu partido poder fazer também uma

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

reflexão, porque, se sabe disso, durante estes anos em que se falou muito de habitação o seu partido teve uma posição muito vincada sobre essa matéria, sempre com esta receita de para resolver o problema são mais casas, mais construção. Portanto, nem sempre isso tem o resultado que se espera em relação aos valores do mercado. Mas enfim, vamos continuar...----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vereador.----------

---------Tem a palavra agora o senhor deputado António Reis, deputado independente.----------

DEPUTADO IND – António Reis – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Doutor Fernando Pereira, na sua pessoa, cumprimento a Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, Professor Mário Constantino, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Presidentes das Uniões de Freguesia, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Público presente e todos aqueles que nos acompanham esta sessão através da internet. Boa noite.----------

---------Antes de começar, deixo claro que considero a implementação dos parquímetros uma medida positiva. Se o objetivo é melhorar a mobilidade, retirar veículos do centro da cidade, promover a rotatividade do estacionamento e contribuir para uma cidade mais sustentável, então estamos perante um princípio com o qual ninguém de bom senso poderá discordar.-------

---------Senhor presidente de câmara,----------

---------Como referi, considero que a implementação dos parquímetros pode trazer benefícios para a cidade. No entanto, como acontece com qualquer medida, importa avaliar os seus impactos e procurar soluções para as situações que não foram inicialmente previstas.----------

---------Hoje, fruto da evolução das formas de trabalho, há cada vez mais barcelenses que desempenham a sua atividade profissional em regime de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

teletrabalho. Estas pessoas permanecem durante todo o dia nas suas habitações, necessitando naturalmente de estacionar os seus veículos nas imediações das residências.----------

---------Compreendo que o objetivo dos parquímetros seja evitar a ocupação prolongada dos lugares por quem se desloca diariamente ao centro. Contudo, a realidade de quem trabalha a partir de casa é diferente. Obrigar estes cidadãos a procurar parques gratuitos afastados da sua residência não é na maior maioria dos casos uma solução prática nem razoável.----------

---------Assim, gostaria de questionar o executivo e na sequência da recomendação do Partido Social Democrata, se estará disponível para estudar a criação de um regime de discriminação positiva ou de um mecanismo específico destinado aos residentes que comprovarem e exercerem a sua atividade em regime de teletrabalho?----------

---------Penso que uma medida desta natureza permitiria conciliar os objetivos da política de mobilidade com a realidade das novas formas de trabalho, sem desvirtuar o espírito da implementação dos parquímetros.----------

---------Ao contrário de quem, a nível nacional, insiste limitar o diálogo político ao parceiro de sempre, perpetuando o modelo de negociação que se arrasta desde a implementação da democracia, considero que seria um sinal de verdadeira maturidade democrática que o executivo estivesse disposto a ouvir e analisar as propostas de todos. Repito, de todos. Quando o objetivo é servir a população, as boas ideias não têm exclusividade partidária. Ignorá-las apenas por conveniência estratégica é desperdiçar oportunidades de melhorar políticas públicas. Governar deve significar, escolher as melhores soluções, independentemente de quem as apresenta.----------

---------Disse.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra o senhor deputado Alfredo Cardoso.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

DEPUTADO DO PS – Alfredo Cardoso – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores.----------

---------Declaração de interesses porque vou referir duas vezes a Avenida Alcaides Faria em dois aspetos concretos. Aliás, antes da declaração de interesses, eu trato mercearia, como diz o Herberto Hélder, e a informação escrita é um bocado a mercearia disto, não fala de milhões, mas fala de coisas concretas. Portanto, eu vou seguir o caminho do Herberto Hélder, já perdi muito tempo.----------

---------Mas a declaração de interesse é a seguinte:----------

---------Eu nasci na Avenida Alcaides Faria, número cento e setenta e cinco. E porque vou abordar o GASC, quero dizer que eu não descobri Santo António agora. Em Santo António fiz a catequese, em Santo António integrei o primeiro coro que houve em toda a região do Minho, e acho pornográfico, e é o termo que considero, que o GASC, nesta informação escrita, leve mais duzentos mil euros. Continuamos a pensar que efetivamente a constituição de um Conselho Municipal para a Economia Social resolveria estas questões pelo todo, pelo mérito e por aquilo que deve ser a intervenção social nestas matérias.----------

---------Em vinte e três do cinco, o senhor presidente há um bocado até diminuiu, anunciou quatro creches. Não são duzentos e quarenta e um, são duzentos e sessenta e um lugares. São duzentos e sessenta e um lugares: trinta e nove na Várzea; quarenta e seis em Macieira; cento e trinta e dois em Arcozelo; quarenta e quatro. Queria saber concretamente, mas queria mesmo saber, como é que estamos para o exercício do direito de creche gratuita, uma vez que *La Palice* não diria melhor, o senhor presidente diz os novos equipamentos vão entrar em funcionamento após a conclusão das obras.---------

---------Gostaríamos de saber quando e depois qual é o ponto de situação em relação às creches. E estou a falar de informação escrita, não estou a falar de

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

coisas que não estão na informação escrita.----------

---------Quanto à questão que está na moda hoje dos parquímetros, do estacionamento à superfície, permitam-me dar um exemplo e não vou ter tempo. Na minha rua o condomínio escreveu uma coisa a favor disto, que é: "a partir de agora os estacionamentos pagos são em exclusividade".----------

---------Eu queria contribuir para isto com o seguinte: ó senhor presidente, meteram um centro de saúde no meu prédio, cravaram lá com dois lugares em exclusividade, o centro de saúde só funciona das tantas às tantas, à noite ninguém lá para. É que efetivamente os técnicos que fizeram o estudo, eu não estive nesse estudo, nem estava cá nessa altura, provavelmente tem um grande interesse em favorecer os condomínios e, portanto, queria que a questão da exclusividade…----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

DEPUTADO DO PS – Alfredo Cardoso – E ficamos por aqui, porque é isto… Volto ao regimento, nós temos três minutos e o senhor presidente da Câmara tem o dobro para responder.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Tem a palavra a senhor presidente da Câmara. São dois pedidos de esclarecimento ou duas intervenções, faz favor.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Eu gosto de responder por respeito às pessoas. Se as pessoas me fazem perguntas, eu procuro estudar antes de vir para aqui para poder responder, mas se prescindirem das minhas respostas, eu também democraticamente e humildemente aceito essa realidade.----------

---------Ora bem, relativamente à questão colocada pelo senhor deputado António Reis, na verdade nós atenderemos, e na proposta que foi hoje apresentada na recomendação, às realidades que são aquelas que mais impactam na vida das pessoas. Não podemos ir a todas porque senão

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

desvirtuava o espírito também deste regulamento.----------

---------Aliás, o próprio regulamento aponta uma realidade para quem quiser pode efetivamente, eu tenho aqui o regulamento e em algures no ponto do regulamento diz que as pessoas podem adquirir um lugar anual por dois mil euros se não estou em erro. Esta lá no regulamento que foi aprovado por todos. Portanto, esse regulamento existe e essa possibilidade existe. Portanto, qualquer pessoa tem essa possibilidade. Fora das freguesias urbanas são quinhentos euros. Nas freguesias que não Barcelos são mil euros e nas zonas taxadas são dois mil euros, o regulamento prevê isso. Para além disso, como disse há pouco, beneficia o regulamento as pessoas que são moradores e que efetivamente têm uma hora de manhã, uma hora e meia ao almoço e uma hora ao fim da tarde.----------

---------Mas a realidade barcelense aponta, e daí nós temos essa flexibilidade, que existem, sobretudo no centro histórico, alguns prédios, algumas casas sem garagem e essas pessoas deviam também ser atendidas. E é nesse sentido que iremos rever esta situação de forma a acomodar também uma solução. Mas quero-lhe dar nota que das ruas que existem em Barcelos apenas trinta e uma serão taxadas. Eu vi setenta e nove, setenta e cinco, por aí fora... São trinta e uma e são mil, trezentos e quarenta e nove lugares que são taxados. E temos no centro parques no Vouga, em Casal de Nil, Vila Frescainha São Martinho, e também no Campo da Feira, lugares gratuitos. E nas ruas paralelas a algumas das que vão ser taxadas também tem estacionamento gratuito.----------

---------Portanto, eu percebo que é uma incomodidade para as pessoas terem que meter o carro na garagem. Mas também é uma incomodidade para o trânsito e para a mobilidade as pessoas deixarem ficar o carro durante as férias, durante o dia, quando têm garagem. Tem que haver aqui equilíbrio.----------

---------Claro que todas as alterações provocam resistência e esta é mais uma resistência. Mas nós temos que ter também a convicção de que estamos, e é

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

essa a nossa convicção, que estamos efetivamente a melhorar a mobilidade em Barcelos e acredito que vai melhorar. Caso surjam algumas situações que impactem na vida das pessoas, cá estaremos para também, com a humildade democrática que nos caracteriza, corrigir o que estiver errado e alterar.----------

---------Mas aqui permita-me mostrar a minha incredulidade pela forma como o PS votou. O PS não apresentou uma proposta, criticou na intervenção inicial, em que não há a hipótese do presidente da Câmara intervir, o modelo e depois vota contra quando há uma alternativa ou uma flexibilidade que se demonstra para poder ir ao encontro da vontade das pessoas. É estranho e acho que os barcelenses terão que ter boa nota disto. Votam favoravelmente o que existia. Há uma alteração que vai ao encontro das pessoas, votam contra. O que quer dizer, o reflexo é esse, a tradução é essa, como está é que está bem, não vamos mexer.----------

---------Relativamente à questão do GASC, como sabe, é uma questão que me toca muito e falo com a maior tranquilidade possível, porque eu também vivi, como sabe, ali e também frequentei Santo António, o Adonai e naturalmente também o GASC. Naturalmente, dito assim, parece que nós estamos a fazer um privilégio fantástico a uma instituição. Mas eu convido, convido mesmo, a ver quais são os protocolos, qual é a atividade que desenvolvem e já não é a primeira vez que tem esse ressabiamento com o GASC, quando é um homem ligado... Eu vou-lhe explicar porque é que digo isto. Porque quando houve, por parte da entidade nacional que superentende a gestão e a preocupação com os sem-abrigo, o GASC foi distinguido, e a cidade de Barcelos foi distinguida como a cidade que melhor tratava essa situação.----------

---------Aliás, a senhora vereadora do seu partido trabalha no GASC e poderá melhor que eu explicar, e pedia isso à Dra. Raquel que fizesse mesmo uma visita guiada, e a senhora vereadora Armandina que foi ela que iniciou estes projetos e estes protocolos com o GASC, que também o elucide sobre o trabalho que o

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

GASC desenvolve, o trabalho meritório e não só, substituindo-se ao Estado muitas vezes, com três programas que são fundamentais para o *Housing First*, que vai permitir que muitos sem-abrigo possam ter um teto para todos, que foi uma brilhante ideia do município quando a Dra. Armandina, como vereadora da Ação Social, desafiou o GASC, foi a Câmara que desafiou o GASC a fazer esse processo: "Um Teto Para Todos".----------

---------"Um Teto Para Todos" consiste em quê? Tirar as pessoas da rua e dar-lhes um teto. E dar-lhes um teto não chega. É preciso dar formação e para isso é preciso técnicos. É preciso dar acompanhamento e para isso é preciso técnicos, meios e equipamentos. E depois o *Housing First* é quando começam a autonomizar essas pessoas para poderem ser reintegradas na vida ativa. E isso tem custos, naturalmente, mas tem benefícios evidentes.----------

---------Nós não podemos dizer, como frequentemente se diz, que nós gastamos dinheiro em excesso em medicamentos e pouco em prevenção. Nós, neste caso em concreto, fazendo um comparativo, estamos a investir de uma forma certa, estruturada e consistente na prevenção, na promoção da integração e da inserção. Isto é serviço público fundamental. Portanto, se calhar é pouco o que se atribui, se calhar é pouco, se calhar é pouco.----------

---------Quanto à questão da Rua Elias Garcia e dos parcómetros, não percebi essa dos condomínios, não percebi. E não está nenhum centro de saúde na avenida, está a saúde pública num espaço que era do Tribunal de Trabalho. Não é centro de saúde, é saúde pública. E os lugares que estão atribuídos são os mesmos que estavam para o Tribunal de Trabalho. Portanto, não há aqui nenhum acréscimo.----------

---------E como sabe, eu também vivi na Avenida Alcaides Faria, e era vereador do trânsito quando foram implantados os parquímetros em dois mil e um/dois mil e dois e a Rua Alcaides Faria já tinha parcómetros. Portanto, não é uma realidade nova e exclusiva para aqueles moradores, como o senhor sabe bem,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

que vivia lá também e tinha lá comércio. Portanto, é uma realidade que já... a exclusividade da saúde pública de ter as condições que estão...----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Pedia ao senhor deputado, não pode interromper o orador. Se o orador permitir… permite senhor presidente? Não está a permitir, pedia ao senhor deputado para não interromper o orador.--------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Eu permito, eu gosto do diálogo, eu permito tudo, faz favor. Mas nós quando estamos a discutir uma coisa convém estudá-la antes. O regulamento prevê as condições em que as instituições públicas, as empresas, os particulares podem ter um espaço dedicado. Acontece no nosso regulamento e em todos os regulamentos que existem nas diferentes cidades. O regulamento diz em que condições. Se as pessoas reunirem as condições fazem-no. Este regulamento é de dois mil e vinte e quatro, foi aprovado em dois mil e vinte e quatro. Quem reúne as condições pode requerê-las e tem o direito que o regulamento prevê. E o regulamento é geral e abstrato para todos. Portanto, não percebo essa sua pergunta. Leia o regulamento e se houver alguma desconformidade de uma qualquer entidade, de uma qualquer empresa, faça-nos chegar que nós atuaremos naturalmente com todo o vigor e com toda a pujança.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Então vamos passar ao pedido de esclarecimento seguinte, senhor deputado Jorge Araújo, do LIVRE.----------

DEPUTADO DO L – Jorge Araújo – Muito obrigado, senhor presidente.----------

---------Sendo assim, se calhar agora posso começar por falar em educação na primeira infância, se me permite.----------

---------Gostava de perguntar ao executivo, questionar o senhor presidente, sobre o ponto da situação da rede de creches no concelho e sobre que medidas estão a ser equacionadas para aumentar esta oferta disponível e responder às

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

necessidades dos barcelenses e em que ponto estamos na rede de creches. Já que eu não pude finalizar isso em outro ponto.----------

---------Outra coisa que eu gostava de falar aqui, muito brevemente, era sobre o Festival *Square.* É um festival internacional que aconteceu em dois mil e vinte cinco, no âmbito do Braga Capital Portuguesa da Cultura, e aí se calhar perguntava ao senhor presidente e à vereação da Cultura, à doutora Dalva.-------

---------É um festival que celebra música independente, oriunda de continentes banhados pelo Oceano Atlântico, Europa, Américas e África. É uma rede que também envolve agentes culturais profissionais, artistas locais e tradicionais, artistas locais, e que esta ano, na próxima edição, Barcelos não vai participar, e eu gostava de questionar qual é a razão, quais são os motivos para Barcelos não fazer parte da edição que será em janeiro de dois mil e vinte sete.----------

---------Até agora tinha sido o quadrilátero, neste momento e a próxima edição, de quanto sei será, Barcelos não participa, participará de Viana do Castelo. Portanto, era isso.----------

---------Gostava também de questionar como é que estamos em relação à habitação pública, que está prevista para o concelho, e se ainda está previsto que nós respeitemos aquilo que são os prazos do PRR.----------

---------Portanto, só para terminar, enquanto tenho aqui alguns minutos, eu não queria muito falar disso, porque eu acho que estas questões da mobilidade devem ser discutidas realmente com calma, com ponderação, com uma discussão, e não com remendos e com coisas muito avulsas. E falar de estacionamento, e eu gostei muito que o senhor presidente falasse de Ponte Vedra, porque essa é a visão que eu e o meu partido temos de uma sociedade moderna. Mas não se pode chegar a Ponte Vedra sem passar, se calhar, por muitas outras cidades. Não se pode chegar a uma cidade sem carros, sem passar por aquilo que é uma transformação. E nós defendemos que realmente Barcelos, ainda por cima sendo uma cidade geminada, deve ser como Ponte

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Vedra.----------

---------A questão aqui é perceber até que ponto é que nós vamos ter uma correção deste regulamento, se calhar, ou algumas medidas, não só com esta ideia de fazer esta recomendação que o PSD aqui apresentou, que é um bocado quase na lógica de uma certa doutrina cristã, de que nós vamos ver aqueles que são as pessoas com mais necessidades, mas perceber também que nós temos que ver o todo da cidade. E perceber se as pessoas que têm carros e precisam de estacionar são moradores, e se calhar não podem estar todos os dias a ir lá pôr o parquímetro nas horas que têm de pagar, porque se calhar estão com o tempo de trabalho, trabalham noutra cidade, se podem realmente ter uma solução que corresponde a essas necessidades.----------

---------Muito obrigado.----------

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------

---------Para responder à ultima intervenção, o senhor presidente da Câmara, faz favor.----------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Eu há pouco, na verdade, esqueci-me de concluir a questão do ressabiamento, peço desculpa, mas tem a ver com o facto de ter votado contra e ter misturado um louvor que foi dado por uma instituição credível de apoio aos sem-abrigo e misturar com o relatório da pobreza que tinha surgido. O que mostra bem que uma coisa é importante, a outra também, e, portanto, tem que haver, para coisas diferentes, posições diferenciadas.--------

---------O Partido Socialista optou por votar contra um voto de louvor para uma realidade em que nós fomos distinguidos com muito orgulho, Barcelos, não foi a Câmara, não era um elogio à Câmara, a Câmara também participou porque teve a iniciativa, mas naturalmente foram as instituições que no terreno resolveram um problema, um flagelo, que é os sem-abrigo nas nossas ruas. E isso é demasiado importante para depois ser confundido com outra realidade, que também nos preocupa, que também nos inquieta, que também temos que

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

resolver, mas em conjunto porque nós não somos uma ilha. Naquilo que pudemos resolver temos mostrado que conseguimos, não Câmara Municipal, a sociedade barcelense.----------

---------Relativamente às creches, são Fonte Coberta, Macieira, Várzea e Arcozelo. Várzea já está concluída, vai com uma parceria, com o Moinhos de Vento, começar em setembro, e é gratuito, como sabe, até aos três anos, por deliberação, e bem, da Assembleia da República e do Governo. Fonte Coberta e Arcozelo queremos crer que até trinta e um de agosto estarão concluídas. Macieira está ligeiramente mais atrasado, e estou a olhar para a senhora presidente da junta, não sei se vai começar em setembro ou outubro, mas está mais atrasada, portanto, não tenho uma previsão de data para conclusão. As outras, a expectativa que temos, é que terminem em trinta e um de agosto.------

---------Relativamente às questões do senhor deputado Jorge Araújo, relativamente à habitação pública e PRR, eu como disse já numa intervenção anterior, não me vou repetir, estão em curso, quer em termos de obra, quer em termos de concurso público, várias obras neste domínio da habitação.----------

---------O que é que acontece? O Governo lançou uma portaria, em finais de dois mil e vinte e quatro, em que deu a oportunidade de esticar até dois mil e trinta a possibilidade da construção da habitação, com penalizações naturalmente que podem ir dos zero aos quarenta por cento, conforme o términos da construção. Mas no Programa Vinte Trinta abriu-se uma possibilidade que foi, e mudaram os KPIs agora em abril último, em que permitiram que os municípios pudessem concorrer para a habitação, através do Vinte Trinta, com oitenta e cinco por cento de financiamento no caso da habitação Primeiro Direito e vinte cinco por cento no caso do arrendamento acessível, para construção nova ou para completar a obra que não foi concluída no prazo do PRR.----------

---------Os serviços estão a estudar esta realidade para acomodar da melhor forma para conseguirmos garantir o maior financiamento possível.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Quanto à questão, novamente, dos parquímetros, eu já disse, à flexibilidade total, vai haver a monitorização e acompanhamento, até porque, como disse, está a decorrer o PMUS, que é um Plano Municipal de Mobilidade em que, naturalmente, serão envolvidas, como já foram, vários agentes e a comunidade barcelense, que vai monitorizando e vai dando dicas e sugestões sobre as alterações, sobre o caminho a percorrer.----------

---------Quando falei há bocado em Pontevedra não quer dizer que eu acho que seja o modelo que nós devemos fazer. Dei como exemplo, e o exemplo que eu quis dar, com mais impacto, foi que ficar parado, sem fazer nada, é que não é solução. A solução é, se nós temos um problema, enfrentá-lo e encontrar um caminho. E o que nós estamos a fazer é encontrar um caminho. Se vai resultar já amanhã ou depois, logo se verá. E estaremos disponíveis para monitorizar, de três em três meses, numa primeira fase, para corrigir, alterar, consolidar tudo o que vier a ser apresentado pelos diferentes agentes.----------

---------Passava agora a palavra à vereadora Dalva.----------

VEREADORA DA COLIGAÇÃO – Dalva Rodrigues – Muito obrigada, senhor presidente.----------

---------Relativamente ao Festival *Square*, de facto, terá o seu valor, e nós reconhecemos, mas nós temos uma agenda cultural muito preenchida, como é sabido e é notório, e, portanto, não podemos ir a todas, como se diz em linguagem futebolística, mas fica a nota e estamos sempre atentos.----------

---------Obrigada.----------

PRESIDENTE ASEEMBLEIA – Muito obrigado, senhora vereadora.----------

---------Para dar execução imediata às deliberações tomadas, proponho a aprovação da ata em minuta.----------

---------Quem vota contra?----------

---------(Ninguém)----------

---------Quem se abstém?----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------(Ninguém)----------

---------Está aprovada por unanimidade (quarenta e nove PSD, vinte cinco PS, cinco CH, três CDS-PP, um IL, um TB, um L e dezoito IND)----------

---------Depois desta maratona, declaro encerrada a sessão.----------

---------Muito obrigado.----------

---------A sessão terminou à uma hora do dia vinte sete de junho de dois mil e vinte e seis.----------

---------Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Pedro André Gomes Martins, para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia.----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Fernando Santos Pereira

(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O ASSISTENTE TÉCNICO

Pedro André Gomes Martins

(Pedro André Gomes Martins)

---------Apensa-se a esta ata a Recomendação "*Reforçar a posição do Município de Barcelos no Índice de Transparência DYNTRA*", apresentada pela IL, constituída por duas páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Apensa-se a esta ata o Voto de Congratulação e Reconhecimento *"Dez de junho – Comunidades Portuguesas e Diáspora Barcelense"*, apresentado pelo TB, constituída por uma página, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e um.----------

---------Apensa-se a esta ata a Moção do L, constituída por quatro páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e um.----------

---------Apensa-se a esta ata a Recomendação "*Pela Criação do Regime Especial de Estacionamento para Residentes com Necessidades Familiares Específicas nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada*", do PSD, constituída por três páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e dois.----------

---------Apensa-se a esta ata a Proposta de Recomendação "*Candidatura de Barcelos a Capital Nacional de Juventude dois mil e vinte sete*", apresentada pelo PS, constituída por duas páginas, cuja votação encontra-se inserta na página quarenta e três.----------

---------Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do TB atinentes aos pontos:-

---------Dois – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;----------

---------Três – Discussão e votação das Contas Consolidadas do Exercício de dois mil e vinte cinco;----------

---------Quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/Uniões de Freguesias;----------

---------Cinco – Discussão e votação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos;----------

---------Seis – Discussão e votação do Regulamento do Cartão Barcelos sessenta e cinco mais do Município de Barcelos;----------

---------Sete – Discussão e votação do Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos;----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

---------Oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, para os anos letivos e escolares de dois mil e vinte seis barra dois mil e vinte sete, dois mil e vinte e sete barra dois mil e vinte e oito e dois mil e vinte e oito barra dois mil e vinte e nove, com prorrogação até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e nove;----------

---------Nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à minuta de Contrato-Programa a outorgar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube;----------

---------Onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais;----------

---------Doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Cidades Europeias para a Saúde Mental – European Mental Health Cities Network (EMHCN);----------

---------Treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Autarquias para a Igualdade.----------

---------Apensa-se a esta ata a Declaração de Voto do L referente ao ponto três: discussão e votação das Contas Consolidadas do Exercício de dois mil e vinte cinco;----------

---------Apensa-se a esta ata as Declarações de Voto do PS relativas:----------

---------Recomendação do PSD – Pela Criação do Regime Especial de Estacionamento para Residentes com Necessidades Familiares Específicas nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada;----------

---------Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/Uniões de Freguesias.----------

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

ÍNDICE

Ata nº 9 de 26 de junho de 2026

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
08	Período de antes da ordem do dia
45	Período da ordem do dia
46	Aprovação das atas das sessões de 17 e 25 de abril e 19 de maio de 2026 (Ponto 1)
47	Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal (Ponto 2)
62	Discussão e votação das Contas Consolidadas do Exercício de 2025 (Ponto 3)
77	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/Uniões de Freguesias (Ponto 4)
89	Discussão e votação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos (Ponto 5)
103	Discussão e votação do Regulamento do Cartão Barcelos 65+ do Município de Barcelos (Ponto 6)
108	Discussão e votação do Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos (Ponto 7)
108	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, para os anos letivos e escolares de 2026/2027, 2027/2028 e 2028/2029, com prorrogação até 31 de dezembro de 2029 (Ponto 8)
111	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à minuta de Contrato-Programa a outorgar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube (Ponto 9)
117	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de 328 m², para posterior alienação, sita na Urbanização do Sardoal, freguesia de Abade de Neiva (Ponto 10)
117	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais (Ponto 11)
122	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Cidades Europeias para a Saúde Mental – European Mental Health Cities Network (EMHCN) (Ponto 12)
124	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Autarquias para a Igualdade (Ponto 13)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cambeses e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 190/2025 LOEDI) (Ponto 14)
127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Pereira e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário GUD86021) (Ponto 15)
127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Fornelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 310/2025 LEGED) (Ponto 16)
127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Abade de Neiva e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 12/2026 LOEDI) (Ponto 17)
127	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Alvelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 45/2026 IPSIM) (Ponto 18)
133	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 3ª alteração pontual ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Barcelos (Ponto 19)
134	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição do júri de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de 3º grau de Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão Financeira e Reporte de Informação a prover na autarquia (Ponto 20)
134	Apresentação, para conhecimento, do 4º Relatório trimestral de execução orçamental da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de 2025 (Ponto 21)
134	Apresentação, para conhecimento, do Relatório de Gestão da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de 2025 (Ponto 22)
139	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município (Ponto 23)
162	Aprovação da ata em minuta

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

BARCELOS
MUNICÍPIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Hora de Abertura: 18h00

Minuta da ata da sétima Sessão da Assembleia Municipal de Barcelos, realizada em 26 de junho de 2026
Ao abrigo do preceituado no n.º 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do estipulado no n.º 3 do artigo 21.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi deliberado, com vista à sua executoriedade imediata, aprovar em minuta as deliberações desta sessão ordinária, constituindo o presente documento a ata em minuta:

Período de Antes da Ordem do Dia

Recomendação "*Reforçar a posição do Município de Barcelos no Índice de Transparência DYNTRA*", apresentada pela IL – aprovada por unanimidade (59 PSD, 26 PS, 20 IND, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

Voto de Congratulação e Reconhecimento "*10 de junho – Comunidades Portuguesas e Diáspora Barcelense*", apresentado pelo TB – aprovado por unanimidade (59 PSD, 26 PS, 20 IND, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

Moção do LIVRE – rejeitada por maioria com 97 votos contra (59 PSD, 20 IND, 9 PS, 6 CH, 3 CDS) e 20 votos a favor (17 PS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

Recomendação "*Pela Criação de Regime Especial de Estacionamento para Residentes com Necessidades Familiares Específicas nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada*", apresentada pelo PSD – aprovada por maioria com 101 votos a favor (59 PSD, 21 IND, 9 PS, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L) e 17 votos a contra (PS).

Proposta de recomendação "Candidatura de Barcelos a Capital Nacional de Juventude 2027", apresentada pelo PS – aprovada por unanimidade (59 PSD, 26 PS, 21 IND, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim da Costa Pereira – aprovado por unanimidade (59 PSD, 26 PS, 21 IND, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

Registaram-se intervenções de deputados do PSD, PS, CH, CDS, IL, TB, L.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Período de Intervenção do Público

Não se registaram inscrições.

Período da ordem do dia

1. **Aprovação das atas das sessões de 17 e 25 de abril e 19 de maio de 2026;**

   - Sessão de 17/04/2026 – aprovadas por unanimidade (59 PSD, 26 PS, 21 IND, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).
   - Sessão de 25/04/2026 – aprovada por unanimidade (59 PSD, 26 PS, 21 IND, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).
   - Sessão de 19/05/2026 – aprovada por unanimidade (59 PSD, 26 PS, 21 IND, 6 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

2. **Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal;**

   Aprovado por maioria com 82 votos a favor (57 PSD, 19 IND, 5 PS, 1 IL), 23 votos contra (21 PS, 1 TB, 1 L) e 9 abstenções (6 CH, 3 CDS).

3. **Discussão e votação das Contas Consolidadas do Exercício de 2025;**

   Aprovado por maioria com 94 votos a favor (58 PSD, 20 IND, 12 PS, 3 CDS, 1 L) e 25 abstenções (18 PS, 5 CH, 1 IL, 1 TB).

- Intervalo – das 20h00 às 21h30

4. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/Uniões de Freguesias;**

   Aprovado por unanimidade (58 PSD, 29 PS, 22 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

5. **Discussão e votação do Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos;**

   Aprovado por unanimidade (58 PSD, 29 PS, 20 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

Largo do Município – 4750-323 Barcelos – Tel: 253 809 600 / 253 825 251 – Email: gabinetedeapoio@am-barcelos.pt

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

6. **Discussão e votação do Regulamento do Cartão Barcelos 65+ do Município de Barcelos;**

   Aprovado por unanimidade (52 PSD, 24 PS, 20 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

7. **Discussão e votação do Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos;**

   Aprovado por unanimidade (50 PSD, 24 PS, 20 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

8. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, para os anos letivos e escolares de 2026/2027, 2027/2028 e 2028/2029, com prorrogação até 31 de dezembro de 2029;**

   Aprovado por unanimidade (51 PSD, 26 PS, 21 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

9. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à minuta de Contrato-Programa a outorgar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube;**

   Aprovado por maioria com 115 votos a favor (56 PSD, 28 PS, 21 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 TB, 1L) e 1 voto contra (IL).

10. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado do município de uma parcela de terreno com a área de 328 m², para posterior alienação, sita na Urbanização do Sardoal, freguesia de Abade de Neiva;**

    Aprovado por unanimidade (56 PSD, 28 PS, 21 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

11. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais;**

    Aprovado por maioria com 109 votos a favor (54 PSD, 28 PS, 21 IND, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L) e 4 votos contra (CH).

12. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Cidades Europeias para a Saúde Mental – European Mental Health Cities Network (EMHCN);**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 28 PS, 21 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

13. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Autarquias para a Igualdade;**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 28 PS, 19 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

Largo do Município – 4750-323 Barcelos – Tel: 253 809 600 / 253 825 251 – Email: gabinetedeapoio@am-barcelos.pt

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

14. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Cambeses e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 190/2025 LOEDI);**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 27 PS, 18 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

15. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Pereira e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário GUD86021);**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 27 PS, 18 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

16. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Fornelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 310/2025 LEGED);**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 27 PS, 18 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

17. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Abade de Neiva e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 12/2026 LOEDI);**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 27 PS, 18 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

18. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de eliminação da via prevista para a freguesia de Alvelos e respetiva alteração/correção da Planta de Ordenamento I do Plano Diretor Municipal (processo camarário 45/2026 IPSIM);**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 27 PS, 18 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

19. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 3ª alteração pontual ao Regulamento Orgânico dos Serviços do Município de Barcelos;**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 27 PS, 18 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

20. **Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à composição do júri de recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de 3º grau de Chefe de Unidade Municipal do Gabinete de Gestão Financeira e Reporte de Informação a prover na autarquia;**

    Aprovado por unanimidade (54 PSD, 27 PS, 18 IND, 5 CH, 3 CDS, 1 IL, 1 TB, 1 L).

21. **Apresentação, para conhecimento, do 4º Relatório trimestral de execução orçamental da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de 2025;**

    Apreciado.

Largo do Município – 4750-323 Barcelos – Tel: 253 809 600 / 253 825 251 – Email: gabinetedeapoio@am-barcelos.pt

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

22. **Apresentação, para conhecimento, do Relatório de Gestão da Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos de 2025;**

    Apreciado.

23. **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.**

    Verificaram-se as intervenções do TB, IL, IND, PS e L e os respetivos esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

À 01h00 do dia 27 de junho de 2026 foi aprovada e assinada esta minuta, sendo posteriormente encerrada a sessão.

Eu, Celestino Linhares da Silva, Coordenador Técnico, a subscrevi.

O Presidente da Assembleia,

(Fernando Santos Pereira, Dr.)

O Coordenador Técnico,

(Celestino Linhares da Silva)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Largo do Município – 4750-323 Barcelos – Tel: 253 809 600 / 253 825 251 – Email: gabinetedeapoio@am-barcelos.pt

Data: 26 JUNHO 2026

N/Refª.: P - 06/2026

Assunto: **Recomendação**
Reforçar a posição do Município de Barcelos no Índice de Transparência DYNTRA

Considerando que a transparência constitui um dos pilares fundamentais de uma governação democrática, assumindo um papel determinante na responsabilização dos decisores públicos, na qualidade das políticas municipais e na confiança dos munícipes nas instituições.

Considerando que o acesso simples e atempado à informação, a divulgação clara da atividade municipal e a possibilidade de acompanhamento das decisões tomadas pelos órgãos autárquicos são condições essenciais para uma participação cívica mais informada e para um maior escrutínio da gestão pública.

Considerando que cabe aos municípios promover uma cultura institucional aberta, garantindo que a informação de interesse público é disponibilizada de forma acessível, organizada e compreensível, acompanhando as exigências de uma sociedade cada vez mais informada e participativa.

Considerando que o Município de Barcelos tem registado uma evolução favorável neste domínio, ocupando atualmente a 20.ª posição no índice DYNTRA, com uma classificação próxima dos 63 pontos em 100, refletindo melhorias nas práticas de divulgação e acesso à informação.

Considerando, contudo, que esta avaliação evidencia ainda um espaço relevante para progressão, nomeadamente através do reforço da disponibilização de dados abertos, da melhoria da estruturação dos conteúdos públicos, da simplificação do acesso aos documentos municipais e do desenvolvimento de mecanismos mais eficazes de acompanhamento da atividade autárquica.

Considerando que a transparência deve ser entendida como um compromisso permanente de melhoria institucional e não apenas como uma avaliação periódica, exigindo objetivos claros, monitorização contínua e adoção das melhores práticas de governação pública.

Considerando que o índice DYNTRA constitui uma ferramenta útil de diagnóstico e comparação, permitindo ao Município identificar oportunidades de aperfeiçoamento e orientar a evolução das suas práticas de transparência institucional.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em 26 de junho de 2026, delibera recomendar à Câmara Municipal de Barcelos que estabeleça como objetivos a atingir, até ao final de 2027, as seguintes metas:

- Integrar o grupo dos dez municípios melhor classificados no índice DYNTRA;
- Alcançar uma pontuação mínima de 90% nos principais indicadores nacionais de avaliação da transparência municipal;
- Atualização permanente dos indicadores municipais avaliados pela plataforma DYNTRA.

A concretização desta recomendação permitirá ao concelho de Barcelos destacar-se no panorama autárquico nacional pelas suas boas práticas de transparência e governação aberta, consolidando uma cultura de maior escrutínio e participação.

O Deputado Municipal da Iniciativa Liberal

Assinado por: **LUÍS MIGUEL FERREIRA ROSA**
Num. de Identificação: 13571274
Data: 2026.06.26 15:01:53+01'00'

Luís Miguel Ferreira Rosa

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

23 JUN 2026

TB TODOS BARCELOS

Voto de Congratulação e Reconhecimento
10 de Junho – Comunidades Portuguesas e Diáspora Barcelense

Há datas que se celebram dentro de portas e há datas que obrigam a olhar para fora. O 10 de Junho é uma delas. É o dia em que se afirma que Portugal não se esgota no seu território. Que há um país que continua para lá das fronteiras, feito de pessoas que partiram, mas que nunca deixaram de pertencer.
Barcelos conhece bem essa realidade. Ao longo de décadas, muitos dos seus filhos procuraram noutros países aquilo que a terra nem sempre conseguiu oferecer. Não foram casos isolados. Foram gerações inteiras. Percursos que se abriram em França, na Suíça, nos Estados Unidos, no Reino Unido, no Luxemburgo, na Alemanha, no Canadá e em tantos outros destinos.
Hoje, a par de quem cá vive, existem milhares de barcelenses espalhados pelo mundo, formando uma extensão real do concelho, ainda que invisível no mapa.

Essa diáspora não é apenas memória. É presença e é influência. Está no apoio às famílias, no dinamismo económico que ajudou a construir, nos investimentos que regressam à terra e no nome de Barcelos que continua a circular, muitas vezes com orgulho, muito para além da sua geografia.
Mas há algo ainda mais relevante, difícil de quantificar, mas impossível de ignorar. A identidade. Quem emigra não leva apenas uma mala. Leva língua, hábitos, cultura e histórias. E, sem o procurar, torna-se também representante da sua terra.
Importa dizê-lo com clareza: muito do que Barcelos hoje é não se compreende sem este contributo contínuo, discreto e tantas vezes pouco reconhecido.
Por isso, este não deve ser apenas um gesto formal. Deve ser um ato de reconhecimento devido. Porque há uma evidência simples que importa afirmar: Barcelos não termina onde acaba o seu território. Continua onde houver um barcelense.
Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos delibera:

- ✓ Congratular e reconhecer o contributo de todas as comunidades portuguesas, e em particular da diáspora barcelense, para o desenvolvimento económico, social e cultural do concelho e do país.
- ✓ Reconhecer o papel dos emigrantes como verdadeiros embaixadores da identidade portuguesa e barcelense, mantendo viva a ligação à terra de origem, independentemente da distância.
- ✓ Expressar o orgulho coletivo numa comunidade que, estando longe, nunca deixou de fazer parte de Barcelos.

Assembleia Municipal 26 de junho de 2026,

TB - Todos Barcelos

J. Rosa

(Jose Rosa)

Este voto deverá ser endereçado às seguintes entidades:

- Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
- Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP)
- Assembleia da República
- Presidência da República

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

24 ... 2026

Autarcas LIVRE

Moção

A mobilidade urbana, ou a falta dela, tem sido um dos problemas que tem acompanhado o crescimento da cidade de Barcelos, nas últimas décadas. Este resultado é, no entender do LIVRE, fruto da falta de planeamento e implementação integrada de soluções que promovam o equilíbrio entre a melhoria da qualidade de vida urbana, o desenvolvimento económico local, a redução da poluição, o incentivo ao comercio local e a defesa dos interesses dos seus moradores. São também evidentes os significativos atrasos de décadas em obras estruturantes como o fecho da circular urbana e periurbana, em particular a conclusão do nó de Santa Eugénia, a ligação entre a estação de comboios de Barcelos e a central de camionagem ou a requalificação da ponte medieval.

A Assembleia Municipal de Barcelos aprovou em 2024 o Regulamento Geral de Estacionamento e Parqueamento do Concelho de Barcelos. Este regulamento constitui um instrumento relevante para a organização do estacionamento, para a gestão do espaço público, para a disciplina da circulação automóvel e para a promoção de uma utilização mais equilibrada das zonas urbanas do concelho. No entanto, a sua aplicação prática tem impactos diretos na vida quotidiana de residentes, comerciantes, trabalhadores, estudantes, pessoas com mobilidade condicionada, utilizadores de transportes públicos, juntas de freguesia, operadores económicos e demais cidadãos que vivem, trabalham, estudam ou se deslocam em Barcelos.

No LIVRE reconhecemos a importância da regulação do acesso automóvel à cidade como um instrumento necessário na modernização da mobilidade de Barcelos e dos Barcelenses que visa melhorar a circulação urbana. Contudo essas medidas devem de ser acompanhadas com soluções alternativas à utilização do automóvel privado e Barcelos deve evoluir num caminho mais verde promovendo o uso do autocarro, das bicicletas e o tráfego pedonal para que os nossos concidadãos tenham uma melhor qualidade de vida, mais predisposição a visitar o centro e o comércio que nela existe.

A mobilidade não pode assim ser tratada apenas como uma questão de acesso à cidade, estacionamento ou de circulação automóvel, mas sim como uma visão integrada da cidade

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

que queremos projetar para o futuro, nas suas valências, interações da comunidade e qualidade de vida urbana que queremos implementar. A mobilidade urbana deve ser assim encarada como uma política pública integrada, ligada ao direito à cidade, à acessibilidade universal, à segurança rodoviária, à qualidade do espaço público, à proteção ambiental, à coesão territorial, à vitalidade do comércio local e à transição para formas de deslocação mais sustentáveis.

Para o Partido LIVRE, a mobilidade urbana deve assentar numa visão democrática, ecológica e socialmente justa. Isto significa promover alternativas reais ao uso excessivo do automóvel individual, valorizar o transporte público, a mobilidade pedonal, a bicicleta e outros modos suaves, garantir acessibilidade para todas as pessoas e assegurar que as decisões públicas são tomadas com transparência, participação e proximidade às comunidades afetadas.

A implementação de um regulamento desta natureza deve, por isso, ser acompanhada com uma comunicação contínua dos órgãos autárquicos junto da população, transparente e participada, de forma a auscultar a sociedade civil e avaliar a experiência concreta da sua aplicação, identificar eventuais dificuldades, corrigir assimetrias, avaliar impactos sociais económicos e ambientais e preparar uma eventual revisão do regulamento.

A democracia local não se esgota assim na aprovação formal de regulamentos ou na tomada de decisões executivas. Pelo contrário, deve prolongar-se no acompanhamento da sua execução, na avaliação dos seus efeitos e na abertura de espaços de participação onde cidadãos, associações, entidades públicas, especialistas e representantes locais possam contribuir para soluções mais justas, eficazes e sustentáveis.

No âmbito da função órgão fiscalizador das atividades do concelho, do executivo Municipal, e da defesa do direito fundamental da população à qualidade de vida, um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, defendido pela Constituição Portuguesa, no seu artigo 66.º, o Partido Livre propõe a esta Assembleia Municipal, reunida a 26 de junho de 2026, que delibere apreciar e votar:

1. Criar a Comissão Municipal de Mobilidade, com natureza consultiva, destinada a acompanhar de carácter permanente, com natureza consultiva, de acompanhamento e de emissão de recomendações ao Executivo Municipal;

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

2. A Comissão será composta por um representante de cada força política com assento na Assembleia Municipal e presidida pelo Presidente da mesma. Sempre que necessário, poderão os seus membros convidar a participar, sem direito a voto, técnicos municipais da área da comissão, representantes de cidadãos, associações de moradores, associações de comerciantes, juntas de freguesia, entidades publicas e privadas ligadas à mobilidade, Instituto de Mobilidade e Transportes e autoridades nacionais e locais, CIM Cávado, Autoridade Intermunicipal de Transportes do Cávado, CP-Comboios de Portugal, AMP – Área Metropolitana do Porto, Infraestrutura de Portugal, associações ambientais, entidades públicas e privadas e especialistas nas áreas de mobilidade urbana e mobilidade sustentável e sustentabilidade.

3. Compete à comissão:

a) Acompanhar os planos e as iniciativas do Município de mobilidade urbana e periurbana, nomeadamente novos projetos rodoviários, os processos de interligação entre as várias modalidades de mobilidade ferroviárias e rodoviária, mobilidade suave e ciclovia, entre outros.

b) Propor recomendações aos planos municipais de mobilidade, nomeadamente acompanhar a criação de serviços de serviço de transporte público a pedido do cidadão, melhorias da central de camionagem, melhoria do serviço ferroviário prestado no concelho de Barcelos

c) Analisar a efetivação dos parques temporários utilizados durante grandes eventos como as 'Festas das Cruzes' como parques permanentes integrados na rede ciclável urbana e com ligação à rede de autocarros urbanos TUBA.

d) Acompanhar a construção e a evolução da utilização das ciclovias urbanas e periurbanas.

e) Acompanhar a utilização dos transportes públicos no concelho de Barcelos e as condições das paragens de autocarro

f) Propor recomendações com vista à melhoria do Regulamento Geral de Estacionamento e Parqueamento do Concelho de Barcelos, nomeadamente no ajuste ás necessidades dos moradores e residentes da cidade.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

A Comissão elaborará relatórios periódicos, a apresentar à Assembleia Municipal, contendo a avaliação da mobilidade urbana e periurbana e em particular o resultado da ocultação das várias partes interessadas do concelho.

A criação desta Comissão pretende, assim, reforçar a participação da sociedade civil nas políticas publicas polcais, promover a democracia participativa e as decisões conjuntas e partilhadas, reforçando a transparência e a cooperação institucional com a sociedade civil em matérias de mobilidade.

24 de junho de 2026

O Deputado Municipal do LIVRE,

Jorge Oliveira Araújo

Assinado por: Jorge Oliveira Araújo
Identificação: BI11987057
Data: 2026-06-24 às 12:01:14

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

RECOMENDAÇÃO

Pela Criação de Regime Especial de Estacionamento para Residentes com Necessidades Familiares Específicas nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

O Grupo Municipal do PSD Barcelos considera:

- Que o Município de Barcelos criou condições para a execução e fiscalização do Regulamento Geral de Estacionamento e Parqueamento do Concelho de Barcelos, originando um sistema de estacionamento tarifado que abrangerá 1.349 lugares em zonas de maior pressão automóvel;

- Que o estacionamento tarifado tem como objetivos aumentar a rotatividade dos lugares disponíveis; facilitar o acesso ao comércio local, à restauração e aos serviços públicos; reduzir a pressão automóvel nas zonas centrais e promover uma utilização mais eficiente do espaço público;

- Que a gestão do estacionamento constitui uma ferramenta essencial para melhorar a mobilidade urbana, reduzir a circulação desnecessária de veículos à procura de lugar e contribuir para uma cidade mais sustentável;

- Que o próprio Regulamento Geral de Estacionamento e Parqueamento do Concelho de Barcelos reconhece a necessidade de salvaguardar os interesses dos residentes e comerciantes, prevendo mecanismos específicos de apoio e diferenciação para estes utilizadores;

- Que o Regulamento Municipal já prevê a atribuição da qualidade de residente, limitada a um veículo por fogo, reconhecendo a necessidade de proteção dos cidadãos que habitam nas áreas abrangidas pelas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada;

- Que existem agregados familiares cuja situação pessoal e familiar justifica uma proteção acrescida, nomeadamente aqueles que integram pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, dependência permanente ou crianças em idade até aos 6 anos;

- Que estas famílias possuem necessidades acrescidas de deslocação e acompanhamento, sendo frequentemente obrigadas a recorrer ao transporte individual

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

para assegurar cuidados de saúde, assistência permanente, apoio escolar ou atividades essenciais do quotidiano;

- Que a cidade dispõe de uma capacidade estimada superior a 3.100 lugares de estacionamento alternativo, distribuídos por parques periféricos e parques internos de apoio à cidade, permitindo compatibilizar medidas de proteção social com os objetivos de gestão da mobilidade.

Considerando, igualmente, que o PSD reconhece a necessidade da implementação do estacionamento tarifado enquanto instrumento de organização da mobilidade urbana, promoção da rotatividade dos lugares disponíveis, melhoria da acessibilidade ao comércio local, aos serviços públicos e dinamização económica do centro da cidade, bem como, que nenhuma política pública de mobilidade estará completa se não contemplar mecanismos de proteção para os residentes que, por razões familiares, de saúde, dependência ou apoio à infância, possuem necessidades acrescidas de utilização do automóvel, o Grupo Municipal do PSD Barcelos propõe que a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária de 26 de junho de 2026, recomende à Câmara Municipal de Barcelos que:

1. Proceda à criação de um Regime Especial de Residente aplicável às Zonas de Estacionamento de Duração Limitada; que nas ruas tarifadas exista uma bolsa onde cerca de 25% lugares sejam para residentes sem garagem, preferencialmente, para os casos indicados em que o benefício possa assumir a forma de taxa com valores reduzidos, com este benefício a ser limitado a um único veículo por fogo habitacional, sendo que possam beneficiar deste regime (a) agregados familiares que integrem pessoa com deficiência; mobilidade reduzida devidamente comprovada ou com mais de 65 anos, (b) agregados familiares que integrem pessoa em situação de dependência permanente ou que necessite de assistência regular, e (c) agregados familiares com crianças até aos 6 anos de idade, inclusive; com a obrigatoriedade deste benefício ficar dependente da apresentação anual de comprovativo de residência fiscal e das condições de seriação anteriormente referidas e do Município de Barcelos proceder à avaliação anual da medida, monitorizando o número de beneficiários, os custos associados e os seus impactos na gestão do estacionamento urbano, e com o fito da implementação desta medida ser efetuada sem prejuízo dos objetivos de rotatividade, acessibilidade, sustentabilidade e gestão eficiente do espaço público que justificam a criação do estacionamento tarifado.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

A Assembleia Municipal de Barcelos entende que uma cidade mais organizada não pode deixar de ser também uma cidade mais justa.

A gestão eficiente do espaço público deve caminhar lado a lado com a proteção das famílias que enfrentam maiores dificuldades no seu quotidiano, garantindo que a modernização das políticas de mobilidade urbana seja acompanhada por critérios de equidade, inclusão e sensibilidade social.

Barcelos, 26 de junho de 2026

Os Proponentes

Grupo Municipal do PSD Barcelos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PARTIDO SOCIALISTA PS BARCELOS

Proposta de recomendação

Candidatura de Barcelos a Capital Nacional de Juventude 2027

A iniciativa "Capital Nacional de Juventude", promovida pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, pretende reconhecer os municípios que desenvolvem políticas públicas de juventude consistentes, participadas, inovadoras e capazes de produzir impacto efetivo na vida das pessoas jovens nos seus territórios.

A atribuição deste título não constitui apenas um reconhecimento institucional. Representa igualmente uma oportunidade para reforçar a articulação entre o Município, o Conselho Municipal de Juventude, as associações juvenis, os estabelecimentos de ensino e as restantes entidades que trabalham diariamente com os jovens.

O Município de Barcelos apresentou candidatura à edição de 2026 da Capital Nacional de Juventude, tendo obtido 67 pontos e alcançado o 5.º lugar entre as candidaturas admitidas, ficando a 19 pontos do Município do Porto, vencedor da edição.

Este resultado demonstra que Barcelos dispõe de condições que lhe permitem apresentar uma candidatura competitiva. Porém, demonstra igualmente que existem fragilidades que importa conhecer e corrigir.

Barcelos dispõe atualmente de uma Estratégia Municipal da Juventude para o período 2025-2030, estruturada em cinco grandes eixos e com mais de 60 medidas previstas, de um Conselho Municipal de Juventude, de uma Casa da Juventude e a distinção de "Município Amigo da Juventude – Categoria 5 Estrelas".

Estes instrumentos são elementos que fundamentam a possibilidade de uma candidatura ambiciosa, colaborativa entre os seus pares, financeiramente sustentada e acompanhada por objetivos e indicadores concretos. A acrescer, é importante que esta candidatura reflita, de facto um caráter inovatório, não se devendo limitar à agregação de atividades já existentes, mas concretizando uma preparação devidamente planeada e estruturada.

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2026, delibera recomendar à Câmara Municipal de Barcelos que:

1. **Assuma o compromisso de preparar e apresentar a candidatura do Município de Barcelos à Capital Nacional de Juventude 2027, logo que seja aberto o respetivo período de candidaturas;**

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

2. **Apresentar, até 30 de setembro de 2026, uma proposta preliminar de plano de atividades e de planeamento financeiro para a Capital Nacional de Juventude 2027, incluindo objetivos, medidas, calendário, orçamento, parceiros, indicadores de execução e resultados esperados;**
3. **Submeta a proposta à apreciação do Conselho Municipal de Juventude e a um processo público de participação dos jovens barcelenses.**

Barcelos, 23 de junho de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Barcelos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto) Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Votei contra a proposta de Regimento da Assembleia Municipal de Barcelos.

Faço-o com respeito institucional por quem trabalhou o documento e por todos os que participaram no processo da sua elaboração. Reconheço, aliás, que o texto contém aspetos positivos e algumas atualizações que acompanham a evolução do funcionamento deste órgão, nomeadamente em matérias relacionadas com a participação dos Deputados Municipais Independentes em comissões e grupos de trabalho. Também não ignoro a preocupação, expressamente assumida, de tornar as sessões mais previsíveis na sua duração.

Todavia, entendo que a principal alteração introduzida por este Regimento não melhora a qualidade do debate democrático nem reforça a capacidade fiscalizadora da Assembleia Municipal. Pelo contrário, cria limitações adicionais à intervenção dos eleitos e conduz a uma gestão excessivamente rígida do uso da palavra, assente numa lógica de controlo dos tempos que, na minha opinião, favorece quem já dispõe de maior capacidade de intervenção política e institucional.

Ao longo de mais de duas décadas de participação nesta Assembleia Municipal, observei diferentes formas de conduzir os trabalhos, diferentes maiorias e diferentes lideranças. Assisti a sessões difíceis, prolongadas para além do razoável, e a debates particularmente intensos. Mas nunca senti que o principal problema desta Assembleia fosse a existência de deputados a falar em excesso ou a impossibilidade de concluir os trabalhos por falta de regras.

Aquilo que sempre distinguiu este órgão foi precisamente a possibilidade de cada eleito, independentemente da dimensão da força política que representa, poder trazer à discussão os problemas, preocupações e aspirações dos cidadãos que o elegeram.

É por isso que me custa acompanhar uma alteração que transforma o debate político numa espécie de exercício de contabilidade de minutos.

O novo Regimento abandona o modelo que permitia inscrições individuais no Período da Ordem do Dia e substitui-o por uma grelha fechada de tempos atribuídos aos grupos municipais e aos deputados independentes, invocando o chamado "princípio da previsibilidade da duração das sessões".

Não questiono a importância da organização dos trabalhos. O que questiono é a ideia de que a previsibilidade deva prevalecer sobre a representatividade.

Uma Assembleia Municipal não é uma linha de produção nem um centro de atendimento onde cada intervenção tem de caber num cronómetro previamente definido. É, antes de mais, um espaço de debate político, de escrutínio democrático e de representação dos cidadãos.

Quando um deputado se vê obrigado a escolher entre intervir sobre a execução de uma obra, questionar uma decisão do executivo, abordar um problema identificado por munícipes ou pronunciar-se sobre um regulamento relevante, não estamos apenas a limitar um eleito. Estamos a limitar as vozes dos cidadãos que esse eleito representa. É certo que o novo modelo permite a transferência de tempos entre grupos municipais e deputados independentes. Contudo, essa possibilidade não altera a questão de fundo. A capacidade de intervenção deixa de depender do

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

mérito dos argumentos ou da relevância dos temas e passa a depender da disponibilidade de tempo cedido por terceiros. Na prática, aquilo que deveria ser um direito inerente ao mandato torna-se uma matéria sujeita à boa vontade dos restantes participantes.

Acresce que a própria grelha constante do anexo do Regimento evidencia uma lógica que considero discutível. Os grupos mais representativos continuam naturalmente a beneficiar da sua maior expressão eleitoral, o que é legítimo e decorre da vontade democrática expressa nas urnas. Porém, quando a gestão global dos tempos passa a ser rigidamente repartida, a margem de atuação dos eleitos com menor representação diminui ainda mais.

A democracia vive da regra da maioria. Mas a democracia também depende da proteção do direito das minorias a serem ouvidas. São duas dimensões inseparáveis.

A maioria governa porque venceu eleições. As minorias fiscalizam, questionam e apresentam alternativas porque esse é precisamente o seu papel. Retirar espaço a essa função não fortalece a democracia local; limita-a.

Não faço esta reflexão por interesse pessoal. Já tive oportunidade de dizer publicamente que procuro cumprir os tempos que me são atribuídos. Não é uma questão de conveniência individual nem de gestão da minha própria intervenção. É uma questão de princípio.

Acredito sinceramente que a qualidade de uma Assembleia Municipal não se mede pela rapidez com que conclui os seus trabalhos, mas pela capacidade de ouvir todas as sensibilidades representadas no plenário. Uma reunião mais curta não é necessariamente uma reunião melhor. Uma reunião previsível não é necessariamente uma reunião mais democrática.

Reconheço, naturalmente, que o Regimento agora aprovado resulta de uma opção legítima da maioria dos membros desta Assembleia. Respeito essa decisão e, como não poderia deixar de ser, cumprirei integralmente as regras em vigor.

Contudo, por entender que as alterações introduzidas no domínio da distribuição dos tempos de intervenção representam um recuo na valorização do pluralismo, da participação e da liberdade de intervenção dos eleitos, não podia associar-me a uma aprovação por unanimidade.

Há decisões que se tomam por convicção e não por conveniência. Esta foi uma delas.

Por considerar que o novo Regimento privilegia excessivamente a gestão dos tempos em detrimento da representação política plena dos eleitos municipais, e por entender que a democracia local ganha mais quando amplia as possibilidades de participação do que quando as restringe, votei contra a sua aprovação.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

J. Rosa

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto) Discussão e votação das Contas Consolidadas do Exercício de 2025

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

A prestação de contas é um dos momentos mais relevantes da vida de qualquer instituição pública, porque é através dela que se avalia não apenas o cumprimento das regras contabilísticas, mas também a forma como os recursos públicos foram geridos e transformados em respostas concretas para os cidadãos.

As Contas Consolidadas do Exercício de 2025 apresentam uma situação patrimonial sólida, com um património líquido expressivo, resultados positivos e uma posição financeira que, à primeira vista, transmite estabilidade e sustentabilidade. É justo reconhecer que estes indicadores demonstram capacidade de gestão e equilíbrio financeiro, constituindo um sinal positivo para o Município.

Da mesma forma, importa salientar que a consolidação das contas cumpre uma obrigação legal e técnica, permitindo uma visão integrada das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação e proporcionando maior transparência sobre a realidade financeira do grupo autárquico.

Todavia, a análise política das contas não pode esgotar-se na leitura dos números. A contabilidade diz-nos quanto se gastou, quanto se recebeu e qual o resultado obtido. Já a avaliação política exige algo mais: compreender se os recursos disponíveis foram suficientes para responder às expectativas da população e se a execução financeira acompanhou o ritmo das necessidades do concelho.

É precisamente neste plano que subsistem reservas que me impedem de acompanhar um voto favorável. Barcelos apresenta hoje desafios significativos ao nível da mobilidade, da habitação, da valorização do espaço público, da atração de investimento e da concretização de diversos projetos há muito ambicionados pela população. Muitos destes desafios não se resolvem apenas com capacidade financeira, mas também com capacidade de execução. E é aqui que importa refletir.

Ao longo dos últimos anos, temos assistido a investimentos importantes e a obras relevantes, facto que merece reconhecimento. Porém, também temos assistido a atrasos, sucessivos adiamentos e projetos que demoraram demasiado tempo a sair do papel ou a chegar à fase de conclusão. Há situações em que os cidadãos não avaliam a ação municipal pelos saldos de gerência, mas sim pelo resultado visível no seu dia a dia.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

Por outras palavras, uma boa saúde financeira é uma condição necessária para governar bem, mas não é, por si só, garantia de que tudo está a correr tão bem quanto os números possam sugerir.

Dir-se-á, por vezes, que é preferível ter dinheiro em caixa do que contas desequilibradas. Naturalmente que sim. Mas também é legítimo perguntar se, em determinadas circunstâncias, não haverá obras, equipamentos ou investimentos que os barcelenses gostariam de ter visto concretizados mais cedo. A boa gestão procura sempre esse difícil equilíbrio entre prudência financeira e capacidade de realização.

Também importa referir que as Contas Consolidadas têm uma natureza predominantemente técnica. Não estamos perante um documento programático nem perante um plano de ação futura. Estamos perante uma fotografia financeira de uma determinada realidade administrativa e contabilística. E, como acontece com qualquer fotografia, ela mostra uma parte da realidade, mas não a sua totalidade.

Reconheço, por isso, o rigor técnico do documento apresentado, não identificando razões que justifiquem um voto contra. Contudo, entendo igualmente que os números, por si só, não dissipam todas as dúvidas de natureza política relativamente ao ritmo de concretização de algumas prioridades municipais e à forma como certas oportunidades de investimento e desenvolvimento foram sendo aproveitadas.

A minha abstenção não representa uma censura global à gestão financeira do Município, nem tão pouco um juízo negativo sobre o trabalho desenvolvido pelos serviços e pelos profissionais que contribuíram para a elaboração destas contas. Representa, isso sim, uma posição de prudência e de equilíbrio político: o reconhecimento de aspetos positivos que são evidentes, sem deixar de assinalar reservas legítimas quanto à forma como alguns resultados financeiros se têm traduzido na velocidade e na concretização de respostas que os cidadãos justamente esperam.

Porque governar não é apenas apresentar contas certas. É também transformar recursos em resultados, projetos em realidade e expectativas em concretizações.

Nestes termos, e pelas razões expostas, optei pela abstenção na votação da Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2025.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto 4) Proposta da Câmara Municipal de concessão e atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de Freguesias

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Voto favoravelmente a proposta da Câmara Municipal relativa à concessão e atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias e Uniões de Freguesias. É um voto favorável claro, sem tibiezas, porque há matérias em que convém não complicar o que é simples, e esta é uma delas. As freguesias são o primeiro rosto da administração pública junto das pessoas. São a porta a que se bate quando há um caminho degradado, um passeio que precisa de arranjo, um cemitério que exige manutenção, uma pequena obra que não pode esperar por calendários longos, ou uma resposta de proximidade que não se compadece com discursos muito elaborados e resultados muito atrasados. A Assembleia pode, por vezes, discutir grandes opções e conceitos generosos, mas a vida concreta dos cidadãos faz se muito nos detalhes, e os detalhes, como todos sabemos, costumam aterrar primeiro nas freguesias.

Apoiar financeiramente as Freguesias e Uniões de Freguesias não é, por isso, um favor, um gesto gracioso ou uma concessão benevolente. É um reconhecimento da relevância institucional e prática de estruturas que asseguram funções essenciais de proximidade. Dizer que as freguesias são importantes e depois deixá-las a sobreviver com recursos curtos seria uma dessas contradições a que a vida pública, infelizmente, de vez em quando dá palco. E se há coisa de que não precisamos é de transformar o discurso da descentralização numa espécie de poesia administrativa que soa bem em sessão, mas chega vazia ao terreno.

Este ponto merece apoio também porque toca numa ideia de coesão territorial que nem sempre recebe a atenção devida. O concelho não se resume ao centro urbano, nem pode ser gerido como se a realidade de todas as freguesias fosse homogénea. Há freguesias com carências acumuladas, há uniões de freguesia com uma geografia operacional mais complexa, há diferenças populacionais, necessidades distintas e ritmos de resposta que obrigam a alguma inteligência na afetação de recursos. O financiamento às freguesias, quando bem pensado e adequadamente distribuído, é um instrumento de equilíbrio territorial. E num concelho como Barcelos, com realidades muito diversas, esse equilíbrio não é um luxo político, é uma exigência de justiça administrativa.

Não ignoro, evidentemente, que este é um daqueles temas em que a unanimidade de princípio nem sempre impede dúvidas de execução. Pode se estar de acordo com o reforço das freguesias e, ao mesmo tempo, exigir clareza nos critérios de distribuição, transparência na afetação das verbas e escrutínio na aplicação dos recursos. Aliás, essa exigência faz parte do próprio sentido de votar favoravelmente com responsabilidade. Ser a favor não significa assinar de olhos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

fechados, significa reconhecer a bondade da medida e, justamente por isso, querer que ela produza o efeito certo. Comparticipar é importante, mas comparticipar bem é o que verdadeiramente distingue uma boa decisão de uma mera operação de calendário.

O meu voto, sendo favorável, é também um voto que não abdica de acompanhamento. Importará perceber de que forma estas comparticipações reforçam a capacidade real das freguesias para servir as populações, se permitem responder melhor e com mais rapidez a necessidades concretas, e se o Município assume aqui uma lógica séria de parceria institucional em vez de um ritual repetido que se esgota na aprovação formal. Não é a primeira vez que este tema aparece e, por isso mesmo, seria desejável que cada nova decisão representasse não apenas continuidade, mas também aperfeiçoamento.

Voto a favor porque considero que fortalecer as Freguesias e Uniões de Freguesias é fortalecer a administração de proximidade e a capacidade de resposta do concelho. E faço o com a convicção de que, neste domínio, mais vale um Município que confia nas suas freguesias e as dota de meios do que um Município que gosta muito de lhes reconhecer mérito, desde que esse reconhecimento não mexa demasiado no orçamento. A proposta merece aprovação e merece, depois disso, vigilância séria quanto aos seus efeitos

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto 5) Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Voto favoravelmente o Regulamento de Organização e Funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos. Faço o porque o Mercado Municipal não é apenas um espaço físico com bancas, horários e regras de utilização. É um lugar de identidade económica, social e até afetiva do concelho. Há equipamentos públicos cuja relevância se mede sobretudo por indicadores de utilização. O mercado, pelo contrário, mede se também pelo que representa na memória coletiva, no comércio local, na valorização dos produtores e na vitalidade da cidade. Por isso, quando se discute o seu regulamento, não se está simplesmente a rever procedimentos ou a ordenar espaços. Está se a intervir num organismo vivo, com rotina própria, equilíbrio próprio e uma sensibilidade que nem sempre cabe inteira em artigos e números.

Um regulamento é necessário. Aliás, é mais do que necessário. É indispensável num contexto em que coexistem interesses legítimos, direitos de ocupação, exigências sanitárias, padrões de funcionamento, horários, critérios de acesso e deveres de utilização. Sem regras claras, rapidamente se instala o modelo do improviso permanente, e o improviso, embora tenha algum encanto em certas áreas da vida, costuma ser menos recomendável na gestão de equipamentos públicos. O Mercado Municipal precisa de previsibilidade, de critérios conhecidos e de justiça no seu funcionamento. Precisa de um quadro que proteja quem ali trabalha, quem ali compra e o próprio espaço enquanto ativo público.

Mas dizer isto não significa defender uma regulamentação sem alma, burocrática até ao exagero e incapaz de compreender a natureza específica do Mercado. É precisamente aqui que este ponto ganha importância. Um bom regulamento é aquele que organiza sem asfixiar, estabelece padrões sem esterilizar o ambiente, garante disciplina sem apagar a energia própria do espaço. O mercado não pode ser transformado numa montra excessivamente higienizada no pior sentido da palavra, onde tudo está tão formatado que deixa de parecer mercado e passa a parecer uma instalação decorativa sobre a ideia de mercado. A autenticidade do comércio de proximidade também precisa de espaço para respirar.

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Voto a favor porque entendo que a revisão do funcionamento do Mercado Municipal de Barcelos é uma oportunidade para reforçar a sua centralidade no tecido económico local. Não se trata apenas de garantir melhor organização interna. Trata se também de valorizar um espaço que pode e deve ter um papel ativo na dinamização do comércio tradicional, na promoção dos produtos locais e na ligação entre o mundo rural e o consumo urbano. Num tempo em que a padronização comercial avança sem pedir licença, cuidar do mercado é, de certa forma, cuidar de uma economia com rosto, de uma relação comercial com conversa, de um modelo em que a proximidade ainda tem sentido.

Naturalmente, será fundamental acompanhar a aplicação concreta do regulamento. É aí que se verá se as regras servem o mercado ou se o mercado terá de passar a servir as regras. E essa diferença não é pequena. O que se deseja é um instrumento que traga estabilidade, que resolva conflitos com justiça, que promova condições dignas para os operadores e que torne o espaço mais funcional e mais apelativo para a população. O que não se deseja é um texto impecável no papel que, na prática, venha criar bloqueios desnecessários ou penalizar precisamente os comerciantes que mantêm vivo o equipamento.

O meu voto favorável exprime, portanto, confiança no propósito e exigência quanto ao resultado. O Mercado Municipal de Barcelos merece um regulamento à altura da sua importância. Merece ordem, merece valorização e merece uma gestão que saiba distinguir entre organizar um espaço público e domesticar em excesso aquilo que o torna único. Voto a favor porque entendo que este passo é importante e porque, entre deixar tudo ao acaso e introduzir regras com inteligência, prefiro claramente a segunda hipótese. Depois, como sempre nestas matérias, será a prática a dar a nota final.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto 6) Regulamento do Cartão Barcelos 65+ do Município de Barcelos

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Voto favoravelmente este ponto com plena convicção porque as políticas dirigidas à população sénior já não podem ser tratadas como um apêndice simpático do discurso social. O envelhecimento demográfico não é uma abstração estatística nem uma nota de rodapé nos relatórios. É uma realidade estrutural que interpela todos os municípios, e interpela os sobretudo naquilo que diz respeito à sua capacidade de reconhecer, incluir e apoiar uma geração que construiu muito do que hoje existe e que continua, frequentemente, a ser chamada apenas quando é preciso invocar valores, experiência ou memória. É bom que, de vez em quando, o reconhecimento ganhe forma prática.

A criação de um cartão como o Barcelos 65+ tem méritos evidentes. Desde logo porque sinaliza que o Município entende a população mais velha não como um bloco passivo, mas como destinatária de políticas específicas, com direitos, necessidades e potencialidades próprias. Fala se muitas vezes em envelhecimento ativo, mas o conceito só ganha dignidade quando é acompanhado por instrumentos concretos que facilitem o acesso a benefícios, serviços, iniciativas culturais, desportivas, sociais ou comerciais. Caso contrário, corre se o risco de ficar outra vez naquele território muito português em que se faz um grande elogio público a uma causa e depois se entrega a essa causa uma solução pouco mais que decorativa.

O ponto merece aprovação porque se insere numa lógica de cuidado e de integração. Um cartão desta natureza pode funcionar como ferramenta de valorização da pessoa sénior, de combate ao isolamento, de estímulo à participação e de alívio em pequenas dimensões da vida quotidiana que, para quem vive com rendimentos fixos ou limitados, são tudo menos pequenas. Em política social municipal, são muitas vezes os instrumentos simples, estáveis e inteligíveis que têm maior impacto. Nem sempre o mais sofisticado é o mais útil. E no caso da população sénior, a utilidade, a clareza e a acessibilidade valem tanto como a intenção.

Mas apoio esta proposta sem ingenuidade. O êxito do Cartão Barcelos 65+ não depende da beleza do nome, nem do mérito abstrato do regulamento. Depende do conteúdo efetivo dos benefícios, da sua facilidade de utilização, da capacidade de divulgação, da adesão das entidades parceiras e da ausência de burocracias que desmotivem precisamente quem se pretende apoiar. Se para beneficiar do cartão for necessário atravessar um pequeno labirinto administrativo, preencher meia vida de formulários ou depender de informação mal comunicada, então o instrumento terá falhado antes de começar a cumprir a sua missão. A boa política social não se compraz em complicar a vida a quem já enfrenta condicionamentos suficientes.

Voto a favor porque considero que este regulamento pode representar um avanço sério na forma como o Município de Barcelos olha para a sua população sénior. Pode reforçar a dignidade, criar

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

oportunidades de participação e compensar, ainda que parcialmente, algumas desigualdades que se acumulam com a idade. Pode também afirmar uma ideia de comunidade que não empurra os mais velhos para a margem, mas os reconhece como parte integrante da vida coletiva. Essa mensagem é importante, e é importante que não fique apenas na retórica.

Não deixarei, contudo, de acompanhar a forma como este cartão será operacionalizado e vivido. Porque, como se sabe, há medidas que parecem excelentes numa apresentação institucional e depois revelam uma apetência curiosa para se tornarem invisíveis no quotidiano. O que se exige aqui é que o Cartão Barcelos 65+ seja instrumento real de utilidade e não apenas mais um símbolo simpático para fotografia de lançamento. Voto a favor precisamente porque acredito que vale a pena tentar fazer bem e porque, neste tema, seria difícil justificar a recusa de uma medida que aponta na direção certa. O importante, depois, é garantir que o caminho não acaba à entrada do regulamento.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

<u>Ponto 7</u>) Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Declaração de Voto

Sobre o Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade do Município de Barcelos, voto favorávelmente porque esta é uma matéria essencial para qualquer município que pretenda conciliar dinamismo económico, ordenamento urbano, proteção do espaço comum e qualidade de vida. O espaço público não é uma zona neutra entregue ao acaso. É o cenário onde a vida coletiva acontece, onde se cruzam mobilidade, comércio, convivência, património, circulação, fruição e, por vezes, conflitualidade. Se for mal regulado, transforma se depressa num território de desigualdade, improviso e arbitrariedade. Se for regulado em excesso e sem inteligência, sufoca aquilo que torna a cidade viva. O desafio está, pois, em encontrar um ponto de equilíbrio. E é justamente por isso que este regulamento importa.

Um município que regula a ocupação do espaço público e a publicidade está, no fundo, a decidir que cidade quer ser. Quer uma cidade em que a rua seja apropriada de forma desordenada, segundo a força ou a esperteza de cada um, ou quer uma cidade com regras claras, previsíveis e aplicadas de forma equitativa. Quer um espaço urbano em que a mensagem comercial convive com a paisagem, com o património e com o bem-estar dos cidadãos, ou quer uma sucessão de soluções pontuais em que cada interesse particular vai abrindo a sua exceção até deixar de haver regra reconhecível. Estas perguntas não são teóricas. Têm tradução concreta no quotidiano, desde a instalação de esplanadas à colocação de suportes publicitários, desde a ocupação por estruturas temporárias à pressão crescente sobre zonas mais centrais ou mais sensíveis.

Voto a favor porque considero que Barcelos precisa de um quadro regulatório claro nesta matéria. Precisa o por razões de justiça entre operadores económicos, para que os que cumprem não se sintam penalizados perante os que testam continuamente o limite. Precisa o por razões de legibilidade administrativa, para que todos saibam o que podem fazer, em que condições e com que responsabilidades. E precisa o também por razões urbanísticas e cívicas, porque o espaço público é um bem coletivo e deve ser protegido contra o risco sempre presente de ser tratado como mera extensão do interesse individual.

Dito isto, um regulamento desta natureza vale tanto pelo texto como pelo modo como é aplicado. E aqui reside, frequentemente, a diferença entre uma boa intenção e uma boa prática. Nada desgasta mais a confiança dos cidadãos e agentes económicos do que um regulamento excelente em abstrato e errático na execução. Se a interpretação depender em excesso do caso,

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

da hora ou do interlocutor, a regra perde autoridade e a administração perde credibilidade. Da mesma forma, uma leitura excessivamente rígida, incapaz de perceber especificidades ou de acomodar soluções razoáveis, pode transformar o regulamento num instrumento de bloqueio em vez de um instrumento de equilíbrio.

É por isso que o meu voto favorável é também um voto atento. Apoio a aprovação deste regulamento porque entendo que Barcelos ganha com regras claras sobre ocupação de espaço público e publicidade. Ganha em ordenamento, ganha em transparência e ganha na criação de condições mais justas para todos. Mas espero que a aplicação seja coerente, proporcional e inteligente. A cidade não precisa de permissividade descontrolada, mas também não precisa de zelo regulamentar que confunda gestão urbana com liturgia administrativa. Entre o vale tudo e o complica se tudo, há um caminho de bom senso que é precisamente o que se exige de quem governa.

Voto favoravelmente porque me parece que este ponto vai no sentido certo. A vida económica necessita de regras estáveis, a cidade merece proteção e o espaço público exige respeito. O regulamento pode e deve ser um instrumento para servir esses três objetivos ao mesmo tempo. Se o conseguir, terá utilidade real. Se não o conseguir, voltaremos a discutir o assunto, provavelmente com a mesma convicção com que hoje o aprovamos e com um pouco menos de paciência. Para já, há mérito suficiente para votar a favor.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

J. Rosa

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto 8) Celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada para os anos letivos de 2026 a 2029

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Declaração de Voto

Voto favoravelmente a proposta da Câmara Municipal que solicita autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada, para os anos letivos e escolares de 2026 2027, 2027 2028 e 2028 2029, com prorrogação até 31 de dezembro de 2029. Este é um ponto de grande relevância porque trata de algo que influencia diretamente a qualidade quotidiana da escola pública, a capacidade de resposta do sistema educativo e a articulação entre administração local e comunidades escolares. A educação é uma área em que toda a gente opina, o que é compreensível, mas em que nem sempre se discute com suficiente detalhe o lado menos vistoso e mais determinante da gestão. Ora, a delegação de competências é precisamente uma dessas matérias que parecem técnicas à primeira vista e acabam por ter consequências muito concretas na vida de alunos, docentes, assistentes operacionais e famílias.

Voto a favor porque considero que a proximidade pode melhorar a decisão. Um Município que conhece o território, os edifícios, as necessidades das escolas e a diversidade das realidades locais está, em princípio, em melhores condições para responder com mais rapidez e mais adequação do que estruturas demasiado distantes. A ideia de aproximar competências da realidade concreta tem lógica. Tem lógica na manutenção, tem lógica na gestão corrente, tem lógica na capacidade de resolver pequenos e médios problemas sem os transformar em longas epopeias administrativas. E, convenhamos, a escola precisa de muitas coisas, mas precisa seguramente de menos epopeia burocrática do que aquela a que o país já a habituou.

No entanto, apoiar este contrato não significa ignorar a exigência que ele transporta. Delegar competências sem garantir meios, articulação e definição clara de responsabilidades seria apenas deslocar problemas de uma porta para outra. O que se pretende é melhorar o funcionamento do sistema, não multiplicar zonas cinzentas. A relação entre o Município de Barcelos e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada deve, por isso, assentar numa lógica de confiança institucional, respeito pela autonomia pedagógica, coordenação operacional eficaz e capacidade de monitorização. Quando estas peças encaixam, a comunidade escolar

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

beneficia. Quando não encaixam, o que começa por parecer uma medida de racionalização depressa se torna mais um foco de tensão.

Este ponto é ainda importante porque o horizonte temporal plurianual lhe confere densidade. Não estamos a falar de uma solução improvisada para remediar um ano letivo. Estamos a falar de um enquadramento que se projeta por vários anos e que, por isso, exige visão, estabilidade e abertura a correções. O sistema educativo é sensível a descontinuidades e é particularmente penalizado quando a organização administrativa se torna errática. Por essa razão, a previsibilidade que um contrato interadministrativo pode oferecer é valiosa. Escolas, famílias e profissionais ganham quando sabem com o que contar e a quem cabe responder por cada dimensão da gestão.

O meu voto favorável é, pois, um voto de confiança na utilidade da articulação entre Município e escolas, mas também um voto que não abdica de exigência. Será essencial verificar, no decorrer da execução, se as competências delegadas são acompanhadas pelos recursos adequados, se a comunicação entre as partes é fluida, se os agrupamentos se sentem parceiros e não meros destinatários de decisões, e se as necessidades concretas das comunidades educativas são efetivamente atendidas. A educação, mais do que qualquer outra área, castiga depressa a distância entre o discurso institucional e a prática quotidiana.

Considero que Barcelos deve investir seriamente numa governação educativa mais próxima, mais funcional e mais adaptada ao território. E voto a favor porque seria incoerente defender uma escola pública de qualidade e, ao mesmo tempo, recusar instrumentos que podem contribuir para a tornar mais eficaz na resposta aos seus problemas concretos. O contrato interadministrativo merece aprovação. Depois disso, merecerá acompanhamento exigente, porque na educação as decisões não vivem do seu enunciado. Vivem do modo como chegam à escola, à sala de aula e ao dia a dia de quem lá está.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

J. Rosa

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto 9) Minuta de Contrato Programa entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Relativamente à proposta da Câmara Municipal relativa à minuta de Contrato Programa a outorgar entre o Município de Barcelos e o Gil Vicente Futebol Clube, voto favoravelmente, porque reconhecer o valor do desporto e o papel das instituições desportivas na vida coletiva não é ceder a um entusiasmo fácil. É perceber que clubes com história, implantação social e capacidade mobilizadora são parte relevante da identidade de um território. O Gil Vicente Futebol Clube tem, nesse plano, uma evidência difícil de contestar. É uma marca do concelho, um fator de projeção externa, um foco de pertença e um símbolo que, goste se mais ou menos de futebol, ocupa um espaço real no imaginário coletivo de Barcelos. Ignorar isso seria uma forma de cegueira voluntária que, sinceramente, não me parece muito recomendável em quem toma decisões públicas.

Apoiar o clube através de um Contrato Programa pode ser uma decisão legítima e adequada, desde que se compreenda bem o seu fundamento. Não se trata de patrocinar uma paixão privada com dinheiro público, como por vezes se tenta caricaturar. Trata se de reconhecer que certas instituições têm impacto social, económico, cultural e reputacional que ultrapassa em muito a sua esfera interna. O Gil Vicente gera visibilidade ao concelho, mobiliza população, cria dinâmicas associativas, influencia a economia local em dias de jogo e participa num ecossistema em que o desporto funciona como linguagem comum, espaço de sociabilidade e fator de coesão. Essa dimensão pública justifica que o Município possa estabelecer instrumentos de parceria e apoio, desde que o faça com critério.

E é justamente aqui que a seriedade da decisão deve afirmar se. Um Contrato Programa exige clareza de objetivos, transparência na afetação de recursos, definição de contrapartidas ou finalidades de interesse público e capacidade de escrutínio. Dito de outra forma, apoiar o Gil Vicente Futebol Clube não significa confundir reconhecimento institucional com cheque em branco. Antes pelo contrário. Quanto maior a relevância da entidade apoiada, maior deve ser a responsabilidade na forma como o apoio é justificado e acompanhado. A vida pública tem uma certa tendência para oscilar entre o entusiasmo absoluto e a suspeição permanente. Nem uma nem outra atitude ajudam muito. O que ajuda é rigor.

O meu voto favorável assenta, pois, numa visão equilibrada. Por um lado, considero que o Município de Barcelos ganha em manter uma relação construtiva com uma instituição que representa o concelho e projeta o seu nome. Por outro lado, entendo que esse apoio deve coexistir com critérios claros de utilidade pública e com consciência do conjunto das prioridades municipais. O desporto merece apoio, e um clube com o peso do Gil Vicente merece atenção institucional. Mas isso não dispensa a necessidade de explicar bem por que razão se apoia, em que moldes se apoia e que interesse público se pretende alcançar com esse apoio.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

Há, além disso, uma dimensão menos visível, mas importante. O apoio a uma instituição desportiva com esta notoriedade pode também funcionar como mensagem sobre o valor social do desporto enquanto ferramenta de inclusão, estímulo à prática desportiva, mobilização juvenil e afirmação coletiva. O futebol profissional tende a monopolizar o olhar público, mas a sua centralidade pode e deve ser aproveitada para reforçar uma cultura desportiva mais ampla. Se o Município souber enquadrar bem esta parceria, pode dela extrair benefícios que vão além da dimensão puramente competitiva.

Voto a favor porque considero que a proposta faz sentido e porque Barcelos não tem de agir como se o seu principal clube fosse um adereço circunstancial. Não é. Tem história, tem peso simbólico e tem impacto. Mas voto a favor também com a serenidade de quem entende que o apoio público, justamente por ser público, tem de ser transparente, explicável e monitorizado. A afetividade coletiva em torno do clube é compreensível e até saudável. O rigor na utilização dos recursos municipais é obrigatório. Entre uma coisa e outra, o equilíbrio é perfeitamente possível, e é esse equilíbrio que esta decisão deve procurar.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

J. Rosa

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto 11) Adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Voto favoravelmente a proposta de adesão do Município de Barcelos à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais. Faço o porque considero que os municípios não podem continuar a olhar para a diversidade cultural como um fenómeno lateral, algo que se observa à distância e se comenta apenas em datas simbólicas ou em discursos de circunstância. A diversidade existe, já está entre nós, molda a composição social dos territórios e desafia diariamente a forma como a comunidade se organiza, acolhe, integra e se pensa a si mesma. Ignorar isto não torna a realidade mais simples. Apenas a torna menos governada. A adesão a uma rede desta natureza representa, por isso, um passo relevante no sentido de tratar a interculturalidade como política pública e não como ornamento semântico.

Uma cidade intercultural não é apenas uma cidade onde vivem pessoas de origens diferentes. Isso, por si só, descreve uma situação. Não define uma política. O que transforma essa situação numa opção política é a capacidade do município para criar instrumentos de inclusão, participação, diálogo e reconhecimento mútuo. É aqui que a adesão à Rede Portuguesa de Cidades Interculturais ganha utilidade. Uma rede deste tipo pode proporcionar partilha de experiências, acesso a boas práticas, metodologias de intervenção e aprendizagem institucional. E, convenhamos, aprender com quem já tentou fazer melhor costuma ser mais sensato do que insistir orgulhosamente em começar tudo do zero, como se a administração pública tivesse descoberto ontem a existência da diversidade.

Voto a favor porque Barcelos tem tudo a ganhar em integrar espaços de reflexão e cooperação que permitam qualificar as suas respostas. A interculturalidade não se esgota na tolerância, muito menos na retórica da boa convivência. Exige ação concreta na educação, na mediação social, no acesso a serviços, na forma como as instituições comunicam, na participação cívica e no combate a preconceitos ou barreiras invisíveis. Exige também capacidade para perceber que a diversidade não é uma ameaça à identidade local, mas um elemento que a pode enriquecer, desde que exista uma comunidade política suficientemente segura de si para não tratar qualquer diferença como perturbação.

Naturalmente, a adesão a uma rede não é uma solução automática. Seria ingénuo imaginar que o simples ato formal de entrar numa estrutura produz, por milagre burocrático, uma cidade mais inclusiva. A história administrativa portuguesa tem um gosto antigo por aderir a redes, assinar protocolos e participar em iniciativas cujo principal mérito, por vezes, parece residir no facto de produzirem uma sigla elegante. Não é isso que se espera aqui. O que se espera é que a adesão do Município de Barcelos seja acompanhada por vontade política, por trabalho continuado e por capacidade de trazer para a ação municipal aquilo que a rede vier a oferecer em conhecimento e orientação.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

O meu voto favorável exprime, assim, apoio ao sentido estratégico deste passo. Barcelos deve querer aprender, deve querer melhorar e deve querer posicionar se como um município capaz de lidar com a diversidade de forma madura e construtiva. Isso é importante para a coesão social, para a qualidade da democracia local e para a própria imagem do concelho enquanto espaço aberto e moderno. Porém, como em quase tudo o que vale a pena, o essencial não estará no momento da adesão, mas no modo como ela será posteriormente habitada.

Voto a favor porque me parece sensato, necessário e positivo. E faço o com a expectativa de que o Município de Barcelos não entre nesta rede apenas para constar, mas para participar, aprender e, sobretudo, aplicar. Há adesões que funcionam como gesto simbólico. Esta tem de funcionar como compromisso prático. Se assim for, terá valido a pena. Se não for, teremos pelo menos mais uma sigla para acrescentar à coleção institucional. Preferia francamente a primeira hipótese, e é por isso que voto favoravelmente.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto) Adesão do Município de Barcelos à European Mental Health Cities Network

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Voto favoravelmente a proposta de adesão do Município de Barcelos à Rede de Cidades Europeias para a Saúde Mental, a European Mental Health Cities Network. Faço o porque a saúde mental deixou há muito de poder ser tratada como assunto periférico ou especializado apenas para certos serviços. É hoje uma dimensão central da saúde pública, da qualidade de vida, da coesão social e até da produtividade das comunidades. Afeta crianças, jovens, adultos e idosos. Cruza se com a escola, com o trabalho, com o envelhecimento, com a solidão, com a exclusão, com a precariedade e com a capacidade de cada território criar redes de suporte humano e institucional. Quando um município decide olhar seriamente para esta questão, está a reconhecer uma evidência que já não admite adiamentos respeitáveis.

A adesão a uma rede europeia dedicada à saúde mental tem valor porque permite alargar horizontes, comparar soluções, conhecer metodologias e inserir Barcelos numa conversa mais avançada sobre políticas locais nesta área. Durante muito tempo, a saúde mental foi remetida para um espaço de silêncio, estigma ou improviso assistencial. Felizmente, essa fase começa a ser ultrapassada, embora nem sempre com a velocidade desejável. Hoje sabe se que os municípios têm um papel importante a desempenhar na promoção do bem-estar psicológico, na prevenção, na articulação com entidades de saúde, na identificação de fatores de risco e na criação de ambientes urbanos e comunitários mais saudáveis. Não substituem o sistema de saúde, evidentemente, mas podem e devem ser parte da resposta.

Voto a favor porque entendo que esta adesão sinaliza uma mudança positiva de enfoque. Significa que o Município de Barcelos aceita que a saúde mental não é um tema de nicho nem um assunto para abordar apenas em campanhas de sensibilização pontuais. É uma questão transversal, com implicações profundas na vida das pessoas e na qualidade do tecido social. Num tempo marcado por pressões crescentes sobre as famílias, por fenómenos de isolamento, por exigências emocionais intensas sobre os jovens e por fragilidades acumuladas em muitos contextos, tratar a saúde mental como prioridade é um ato de realismo e de responsabilidade.

Mas, como seria de esperar, não confundo adesão com transformação automática. Há um entusiasmo de catálogo que por vezes acompanha este tipo de decisões e que convém manter sob relativa vigilância. Entrar numa rede europeia é positivo, mas não chega. O essencial será perceber o que Barcelos quer aprender, o que quer fazer com esse conhecimento e como pretende traduzir essa adesão em medidas concretas. A saúde mental exige continuidade, articulação e capacidade de intervenção próxima. Exige também linguagem acessível, combate ao estigma e políticas que não transformem o sofrimento em mero objeto de comunicação institucional. O assunto é demasiado sério para isso.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

O meu voto favorável tem, portanto, duas camadas. A primeira é de concordância plena com o sentido da proposta. Barcelos faz bem em integrar uma rede que pode qualificar a sua ação e reforçar a atenção pública sobre este tema. A segunda é de exigência construtiva. Espero que esta adesão conduza a estratégias locais, a parcerias eficazes, a iniciativas com presença no território e a um trabalho continuado junto das populações mais vulneráveis. Seria uma pena que um ponto com esta relevância acabasse reduzido ao conforto protocolar de mais uma ligação internacional sem tradução prática suficiente.

Voto a favor porque me parece que estamos perante uma escolha certa e atual. A saúde mental não pode continuar a ser tratada como se fosse um acessório sensível de um programa maior. É parte do centro do problema e parte do centro da solução. Se a adesão à European Mental Health Cities Network ajudar o Município de Barcelos a agir melhor, a ouvir melhor e a apoiar melhor, então estará plenamente justificada. É isso que desejo e é isso que, prudentemente, ficarei também a observar.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

(Jose Rosa)

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

TB TODOS BARCELOS

Assembleia Municipal de Barcelos 26 de junho de 2026

Ponto 13) Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Autarquias para a Igualdade

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e restante vereação; Srs. Deputados, Minhas Sras. e meus. Srs.,

Voto favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Barcelos à Rede de Autarquias para a Igualdade. Faço o porque a igualdade não é um enfeite programático nem um valor que se invoca apenas quando o calendário oferece uma efeméride conveniente. A igualdade é um princípio estruturante da vida democrática e uma medida muito concreta da seriedade com que as instituições públicas encaram a sua missão. Quando um município decide integrar uma rede dedicada a esta matéria, está a assumir que a igualdade não é uma consequência automática do tempo, mas um objetivo político e administrativo que exige atenção, instrumentos, correções e persistência.

Numa autarquia, a igualdade pode parecer um conceito amplo demais, quase abstrato, mas manifesta se em dimensões muito concretas. Está presente no acesso aos serviços, na linguagem institucional, na forma como se desenham políticas sociais, na atenção dada a grupos mais vulneráveis, no modo como se promovem oportunidades, na representação, na prevenção de discriminações e na capacidade de fazer da administração um espaço mais justo. Dito de forma simples, a igualdade vê se menos nos grandes slogans e mais nas pequenas decisões repetidas. E é justamente por isso que vale a pena tratar o tema com método, com aprendizagem em rede e com compromisso institucional.

Voto a favor porque Barcelos tem a ganhar em integrar uma estrutura que pode reforçar a qualidade das suas políticas públicas. Uma rede desta natureza permite partilhar boas práticas, definir referenciais, comparar experiências e evitar que cada município tenha de reinventar sozinho respostas para problemas que são comuns. Além disso, a adesão tem também um valor simbólico importante. Em tempos de simplificações apressadas, de alguma fadiga cívica e de uma certa tentação para tratar a igualdade como assunto excessivamente discutido, afirmar este compromisso é, em si mesmo, uma escolha relevante. Mostra que o Município não considera a igualdade um tema fechado, resolvido por decreto ou remetido apenas para a consciência individual de cada um.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Dito isto, seria ingénuo confundir adesão com realização. As redes são úteis quando servem de motor e de referência. São pouco úteis quando se tornam, apenas, um espaço onde se pertence sem verdadeiramente se participar. O meu voto favorável não pretende assinalar satisfação antecipada com resultados que ainda não existem. Pretende, isso sim, reconhecer que o passo institucional faz sentido e deve ser dado. A partir daqui o que contará será a tradução prática. Será importante perceber se esta adesão influencia políticas municipais, se produz revisão de procedimentos, se inspira medidas concretas e se ajuda a construir uma cultura administrativa mais consciente das desigualdades e mais disponível para as enfrentar.

A igualdade, vale a pena dizê-lo, não se protege com automatismos morais nem com frases irrepreensíveis em documentos oficiais. Protege se com compromisso, persistência e capacidade de olhar para a realidade sem autocomplacência. Municípios que se julgam naturalmente imunes ao problema da desigualdade costumam ser precisamente os que menos se esforçam por o compreender. Por isso, a adesão à Rede de Autarquias para a Igualdade é positiva também porque obriga a autarquia a colocar se em diálogo e, em certo sentido, em avaliação permanente. Isso é saudável. Em política pública, como na vida, um pouco de confronto com padrões exigentes costuma fazer bem.

Voto a favor porque Barcelos deve querer ser um município mais justo, mais atento e mais competente nesta matéria. E deve querê-lo não por vaidade institucional, mas porque a igualdade tem efeitos reais na qualidade de vida das pessoas e na confiança que depositam nas instituições. Se esta adesão servir para produzir políticas melhores, linguagem mais cuidada, práticas mais inclusivas e mais consciência sobre desigualdades persistentes, então terá pleno sentido. Esse é o horizonte que justifico com o meu voto favorável. Um voto favorável, sim, mas também um voto que não desliga o pensamento crítico à saída da sala.

Barcelos 26 de junho de 2026

TB - Todos Barcelos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

Rua Duques de Barcelos, ,71. 2.º andar 4750-264 Barcelos – tb.todosbarcelos@gmail.com +351 963848953

LIVRE BARCELOS

Declaração de VOTO – Ponto 3 da Ordem do dia – Discussão e votação das Contas Consolidadas do Exercício 2025

O LIVRE procura fazer uma oposição séria, informada e baseada na análise dos documentos que são submetidos a esta Assembleia. Entendemos ser a nossa responsabilidade: ler, analisar, cruzar informação e escrutinar as decisões que envolvem recursos públicos. Porque a função desta assembleia é a fiscalização e essa não se faz apenas através de discursos. Faz-se através do estudo dos documentos, da análise das contas e da capacidade de questionar quando entendemos que existem aspetos que merecem maior esclarecimento. É também por isso que olhamos para estas contas consolidadas para além dos resultados financeiros.

O Município demonstra capacidade financeira, mas o que importa agora perceber é se essa capacidade se traduz efetivamente em execução, em concretização e em respostas para os problemas do concelho.

Porque uma boa situação financeira, por si só, não resolve problemas de habitação, não melhora a mobilidade, não reforça a adaptação e a justiça climática, não requalifica o espaço público e não garante, automaticamente, melhores serviços às populações.

O que transforma a capacidade financeira em desenvolvimento é a capacidade de execução das medidas necessárias para a população, é a definição clara de prioridades. É a concretização de projetos. É a capacidade de passar dos anúncios às obras, dos compromissos aos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

resultados e dos saldos positivos às respostas concretas para as pessoas.

E é precisamente aqui que o LIVRE continua a ter reservas. O concelho continua a precisar de uma política de habitação mais ambiciosa e corajosa, de uma estratégia de mobilidade mais coerente e com prazos de execução compatíveis com a vida das pessoas (demoramos dezenas de anos para fechar uma circular ou requalificar estradas ou construir ciclovias), de respostas mais fortes na adaptação às alterações climáticas e de maior transparência na definição das prioridades de investimento a longo prazo.

Queremos também deixar uma nota sobre a Empresa Municipal de Educação e Cultura que tem um papel relevante no concelho, na diversidade cultural. Mas exatamente por isso deve merecer mais atenção por parte desta Assembleia Municipal.

Não nos parece suficiente que a Assembleia seja chamada a olhar para a EMEC apenas no momento das contas consolidadas. Uma empresa municipal deve ser acompanhada com regularidade, com informação clara, acessível e transparente sobre a sua atividade, os seus objetivos, os seus resultados e a sua sustentabilidade. A EMEC não pode ser uma zona opaca da gestão municipal. Se desempenha funções públicas relevantes, se depende da relação com o Município e se integra o universo municipal, então deve estar sujeita a um escrutínio político mais exigente. Não basta sabermos se apresentou resultado positivo ou negativo. Importa saber que objetivos concretos foram definidos, que resultados foram alcançados, qual o grau de dependência face ao Município e que estratégia existe para garantir a sua sustentabilidade futura.

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

LIVRE BARCELOS

Boa governação é planeamento, transparência e execução. É prestação de contas. É permitir que esta Assembleia tenha informação suficiente para cumprir o seu papel de fiscalização.

Por isso, a nossa leitura destas contas consolidadas é clara: reconhecemos a estabilidade financeira do Município, mas não confundimos estabilidade financeira com boa execução política.

O desafio de Barcelos é transformar esta capacidade financeira em políticas públicas que melhorem concretamente a vida das pessoas. O voto do Livre é a favor da aprovação.

O deputado Municipal eleito pelo LIVRE

Jorge Araújo

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PS
BARCELOS

Declaração de voto

Recomendação PSD – Pela criação de Regime Especial de Estacionamento para Residentes com Necessidades Familiares Específicas nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada

Barcelos tem hoje dificuldades de circulação e estacionamento evidentes para moradores, comerciantes e visitantes. O estacionamento é hoje um exercício diário de paciência para as famílias e para os comerciantes locais.

Por outro lado, conclui-se que as regras, os horários, os custos e até os regimes especiais são difíceis de compreender pelos barcelenses.

Recentemente, a agravar tudo isto, verificou-se uma falta de clarificação sobre a instalação e entrada em funcionamento dos parquímetros, sendo que alguns barcelenses pagaram mesmo essa taxa ainda que não fosse devida naquele momento.

Neste contexto, o Partido Socialista entende que a regulação do estacionamento deve ser parte integrante de uma política municipal de mobilidade e não apenas para obter uma receita municipal.

Ainda que se reconheça bondade na Recomendação apresentada, o Partido Socialista vota contra porque a considera claramente insuficiente.

Esta recomendação procura remendar, em parte, uma situação causada pelo executivo, que não conseguiu planear e antecipar a implementação desta medida.

O Partido Socialista defende a criação de um verdadeiro dístico de residente e de comerciante para estas áreas de estacionamento regulado, que permita responder às necessidades da população e que seja flexível. Estas soluções já existem noutros concelhos, sendo reconhecido aos residentes estacionar, de acordo com algumas limitações, durante todas as horas do dia.

Assim, porque não se compreende este constrangimento que pretende ser perpetuado pelo PSD e também porque não responde às efetivas necessidades das famílias e dos comerciantes, o Partido Socialista não pode concordar com esta Recomendação.

O Partido Socialista declara que apresentará uma proposta de alteração do Regulamento Geral de Estacionamento e Parqueamento do Concelho de Barcelos, no sentido de prever expressamente o reconhecimento do dístico de residente e do dístico de comerciante, sem limitação horária diária nas zonas de estacionamento abrangidas.

Barcelos, 26 de junho de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Barcelos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

PS
BARCELOS

4

Declaração de voto

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão/atribuição de comparticipações financeiras às Freguesias/Uniões de Freguesias

Considerando que:

- As juntas de freguesia são o nível de poder autárquico mais próximo das populações, desempenhando um papel essencial na resposta quotidiana às necessidades das comunidades locais, na manutenção do espaço público e na execução de serviços de proximidade;
- A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais e enquadra a delegação de competências dos municípios nas freguesias, designadamente através de instrumentos de cooperação e contratos interadministrativos, os quais devem respeitar os princípios da subsidiariedade, da descentralização, da estabilidade e da suficiência dos recursos;
- O regime financeiro das autarquias locais, previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, assenta nos princípios da autonomia financeira, da transparência, da estabilidade orçamental e da justa repartição dos recursos públicos;
- A previsibilidade das transferências municipais é condição indispensável para que as freguesias possam planear com rigor, assumir compromissos, organizar equipas, programar intervenções e responder de forma eficaz às necessidades das populações;
- A ausência de critérios objetivos ou a dependência de decisões casuísticas limita a autonomia das juntas de freguesia, fragiliza a sua capacidade de gestão e pode gerar desigualdades injustificadas entre freguesias do mesmo concelho;

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

- Os custos suportados pelas juntas de freguesia no âmbito da execução dos contratos de cooperação e delegação de competências têm vindo a aumentar, designadamente em resultado da evolução dos custos com materiais, combustíveis, energia, equipamentos, manutenção e recursos humanos;
- A atualização dos valores transferidos deve refletir, de forma transparente e proporcional, os encargos efetivamente suportados pelas freguesias, evitando que a execução de competências municipais delegadas se traduza numa sobrecarga financeira para estas autarquias;
- A adoção de um critério objetivo — como a indexação das transferências a 200% do valor do adicional relativamente ao protocolo atualmente aplicável, ou outro critério tecnicamente fundamentado, transparente e previamente conhecido — permitiria reforçar a segurança financeira das juntas de freguesia, promover maior equidade e conferir mais autonomia à gestão local;
- Uma relação institucional equilibrada entre o Município e as freguesias deve assentar na cooperação, na confiança, na corresponsabilização e na garantia de meios adequados para o exercício das competências assumidas.

Nestes termos, o Partido Socialista vota favoravelmente no presente ponto, mas reforça que é essencial que o executivo reveja esta estratégia, no sentido de:

1. Definir e apresentar às juntas de freguesia um modelo de financiamento plurianual, objetivo e previsível, aplicável às transferências municipais associadas aos protocolos, contratos de cooperação e delegação de competências;
2. Estabelecer, como referência mínima, a possibilidade de indexar as transferências a 200% do valor do protocolo atualmente em vigor, ou, em alternativa, adote outro critério objetivo, transparente e tecnicamente fundamentado que garanta previsibilidade, equidade e suficiência financeira;
3. Incluir nesse modelo uma fórmula de atualização periódica dos valores transferidos, tendo em conta a evolução dos custos suportados pelas juntas de freguesia no âmbito da execução do contrato de cooperação e delegação de competências, nomeadamente custos com materiais, combustíveis, energia, equipamentos, manutenção e recursos humanos;

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA

4. Assegurar que o critério adotado é previamente conhecido, aplicável de forma uniforme e não discriminatória a todas as freguesias, respeitando as especificidades territoriais, a dimensão das competências delegadas e as necessidades concretas de cada comunidade;
5. Promover um processo de auscultação formal das juntas de freguesia antes da aprovação do novo modelo, garantindo que os valores a transferir correspondem aos encargos reais decorrentes das competências assumidas;
6. Inscrever nos documentos previsionais do Município as verbas necessárias à execução deste modelo, permitindo às freguesias planear a sua atividade com estabilidade, autonomia e responsabilidade.

Barcelos, 26 de junho de 2026

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Barcelos

CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA CÓPIA